

Investimentos e Participações em
Infraestrutura S.A. - INVEPAR e
Controladas

Relatório de Revisão do Auditor
Independente acompanhado das
Informações Contábeis Intermediárias

Em 31 de março de 2018

Relatório de Revisão do Auditor Independente sobre as Informações Contábeis Intermediárias

Grant Thornton Auditores Independentes
Rua Voluntários da Pátria, 89 – 5º andar
Botafogo
Rio de Janeiro | RJ | Brasil
T +55 21 3512-4113
www.grantthornton.com.br

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar
Rio de Janeiro - RJ

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da **Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar (“Companhia”)**, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração intermediária e com a norma internacional “IAS 34 - *Interim Financial Reporting*”, emitida pelo “*International Accounting Standards Board (IASB)*”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações contábeis intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de informações intermediárias executada pelo auditor da Entidade e “ISRE 2410 - *Review of interim financial information performed by the independent auditor of the entity*”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas Informações Trimestrais - ITR acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Ênfases

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para as Notas explicativas nº 1.a., 13 e 14 às informações contábeis intermediárias, que indicam que a Companhia incorreu no prejuízo de R\$ 89.632 mil (individual) e de R\$ 170.302 mil (consolidado) durante o período findo em 31 de março de 2018 e, nessa data, o passivo circulante individual e consolidado da Companhia excedeu o total do ativo circulante individual e consolidado em R\$ 107.440 mil e R\$ 1.673.295 mil, respectivamente, causados, principalmente, pelo registro no passivo circulante individual e consolidado de empréstimos, debêntures e passivo da concessão de serviço público no montante de R\$ 689.573 mil e R\$ 2.702.246 mil, respectivamente. Esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos naquelas mesmas notas explicativas, indicam a existência de incerteza relevante que pode suscitar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Nossa conclusão não está ressalvada em função deste assunto.

Investigações do Ministério Público envolvendo a Companhia, acionistas e partes relacionadas

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1.b às informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, que informa que desde setembro de 2016 encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pela Justiça Federal e pelo Ministério Público Federal, no contexto da chamada Operação *Greenfield*, e que envolvem a Companhia, acionistas e partes relacionadas da Companhia. Até o presente momento não há como determinar se a Companhia e suas controladas serão afetadas pelos resultados das referidas investigações e por quaisquer de seus desdobramentos e suas consequências futuras. As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Companhia não incluem quaisquer efeitos que possam advir dessas investigações. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Procedimento arbitral em controlada - CART

Chamamos a atenção para a Nota explicativa nº. 15 às informações contábeis intermediárias, que inclui informações referentes ao recebimento pela Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. – CART (controlada da Companhia), em 24 de fevereiro de 2017, de Notificação para Instituição de Procedimento Arbitral encaminhada pelo Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CAM-CCBC), tendo como Requerente a OAS S.A. (em recuperação judicial), a fim de dirimir conflito originado do contrato de execução de obras civis firmado pelas partes. Em 16 de março de 2017, seguindo o Regulamento da CAM-CCBC, a CART apresentou resposta ao pedido de instauração de procedimento arbitral acima referido. Tanto a CART quanto a OAS indicaram os árbitros que integrarão o Corpo de Árbitros e, após

realizadas as etapas regulamentares, tiveram suas indicações confirmadas. Em 17 de outubro de 2017, a CART e a OAS firmaram Termo de Arbitragem para a instauração de procedimento arbitral. Até o momento, não foram apresentadas as alegações iniciais pela requerente (OAS). Dessa forma, os advogados da CART não têm condições de realizar uma avaliação da probabilidade de êxito dos pedidos da requerente, pois, nesse momento, não têm elementos suficientes para essa avaliação. Nossa conclusão não está ressalvada em função deste assunto.

Relicitação do contrato de concessão – Via 040

Chamamos a atenção para a Nota explicativa nº. 1.a, onde a Administração da controlada Concessionária BR-040 S.A. - VIA 040 informa que protocolou junto a ANTT - Agência Nacional de Transporte Terrestre (Poder concedente) o pedido de adesão ao processo de relicitação do Contrato de Concessão dos trechos rodoviários da BR-040/DF/GO/MG, em conformidade com a Lei nº. 13.448 em 5 de junho de 2017, visando a devolução da concessão. Até a data da divulgação dessas informações contábeis intermediárias, não houve manifestação do Poder concedente quanto a aceitação do pedido protocolado pela controlada, e, conseqüentemente, ainda não estão definidas as regras para a realização da relicitação, em particular, a definição da metodologia de indenização dos bens reversíveis. Dessa forma, conforme mencionado nas Notas explicativas nº. 8 e 11, a Administração da controlada adotou, para mensuração dos seus ativos e passivo o critério de continuidade das operações e efetuou o teste de recuperabilidade dos seus ativos, comparando o valor contábil com o valor recuperável, tendo como premissa-chave a relicitação do Contrato de Concessão dentro dos próximos exercícios sociais, fundamentados pela publicação da Lei nº. 13.448 em 5 de junho de 2017. Tal premissa tem como entendimento, entre outros, a recuperabilidade dos montantes investidos pela Concessionária até o momento da referida relicitação. Nossa conclusão não está ressalvada em função deste assunto.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2018, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas informações intermediárias foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram adequadamente elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 10 maio de 2018.

Ana Cristina Linhares Areosa
CT CRC RJ-081.409/O-3

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1 "S" - SP

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE MARÇO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
ATIVO					
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	3	521.038	616.657	833.524	835.099
Aplicações financeiras	4	-	9.170	290.105	121.110
Contas a receber	5	-	-	308.516	312.027
Estoques		-	-	59.406	64.408
Tributos a recuperar	6.a	8.001	10.542	83.441	78.468
Adiantamentos		2.479	1.694	35.444	41.236
Dividendos e juros sobre capital próprio	7	23.736	28.129	-	-
Partes relacionadas	7	46.831	36.903	26	26
Instrumentos financeiros derivativos	21.e	21.948	27.552	29.501	37.034
Outros		491	504	1.254	1.250
Total do ativo circulante		<u>624.524</u>	<u>731.151</u>	<u>1.641.216</u>	<u>1.490.658</u>
Ativos referentes a operação descontinuada	8 e 25	701	796	2.975	3.057
TOTAL		<u>625.225</u>	<u>731.947</u>	<u>1.644.191</u>	<u>1.493.715</u>
NÃO CIRCULANTE					
Aplicações financeiras	4	-	-	168.278	167.178
Contas a receber	5	-	-	27.807	27.905
Tributos a recuperar	6.a	-	-	404.125	411.022
Impostos diferidos ativos	6.b	-	-	44.867	45.442
Partes relacionadas	7	331.458	286.708	209.282	176.399
Dividendos e juros sobre capital próprio	7	11.075	11.075	-	-
Depósitos judiciais	15	475	451	91.330	88.523
Outros		-	-	15.182	15.184
Investimentos	8	3.153.922	3.075.239	375.706	376.087
Imobilizado	10	1.673	1.230	1.116.753	1.137.532
Intangível	11	22.335	22.703	21.390.227	21.550.187
Total do ativo não circulante		<u>3.520.939</u>	<u>3.397.406</u>	<u>23.843.558</u>	<u>23.995.459</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>4.146.164</u>	<u>4.129.354</u>	<u>25.487.749</u>	<u>25.489.174</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

(continua)

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE MARÇO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>					
CIRCULANTE					
Fornecedores	12	3.706	4.845	184.804	261.042
Empréstimos e financiamentos	13	-	-	1.355.544	1.498.309
Debêntures	13	689.573	887.002	847.489	1.295.951
Tributos a recolher	6.c	996	1.813	60.221	69.749
Obrigações com empregados e administradores		37.689	30.858	137.341	124.518
Concessão de serviço público	14	-	-	499.213	439.438
Adiantamentos de clientes		-	-	71.802	68.228
Provisão para manutenção		-	-	2.831	2.464
Partes relacionadas	7	-	-	487	9.135
Instrumentos financeiros derivativos	21.e	-	-	3.044	25.008
Receita diferida		-	-	25.395	25.513
Outros		-	-	126.341	166.703
Total do passivo circulante		<u>731.964</u>	<u>924.518</u>	<u>3.314.511</u>	<u>3.986.057</u>
Passivos referentes a operação descontinuada	8 e 25	-	-	2.274	2.261
TOTAL		<u>731.964</u>	<u>924.518</u>	<u>3.316.785</u>	<u>3.988.318</u>
NÃO CIRCULANTE					
Fornecedores	12	-	-	5.379	5.615
Empréstimos e financiamentos	13	-	-	3.508.965	3.641.742
Debêntures	13	460.614	217.877	3.813.200	3.053.986
Tributos a recolher	6.c	-	-	9.260	10.172
Impostos diferidos passivos	6.b	-	-	167.082	170.738
Concessão de serviço público	14	-	-	12.204.278	11.981.658
Provisão para riscos processuais	15	4.293	3.835	54.508	48.984
Dividendos	7	22.842	22.842	24.073	24.073
Receita diferida		-	-	198.666	202.679
Provisão para manutenção		-	-	100.483	94.372
Provisão para passivo descoberto	8	361.025	305.291	-	-
Outros		1.488	1.421	29.128	40.593
Total do passivo não circulante		<u>850.262</u>	<u>551.266</u>	<u>20.115.021</u>	<u>19.274.612</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	16.a	3.867.919	3.867.919	3.867.919	3.867.919
Prejuízos acumulados		<u>(1.303.982)</u>	<u>(1.214.349)</u>	<u>(1.303.982)</u>	<u>(1.214.349)</u>
		2.563.937	2.653.570	2.563.937	2.653.570
Participação dos não controladores		-	-	(507.994)	(427.324)
Total do patrimônio líquido		<u>2.563.937</u>	<u>2.653.570</u>	<u>2.055.943</u>	<u>2.226.245</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>4.146.164</u>	<u>4.129.354</u>	<u>25.487.749</u>	<u>25.489.174</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2018 E 2017

(Em milhares de reais, exceto o prejuízo por lote de mil ações)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
Receita operacional líquida	17	-	-	950.533	866.348
Receita de construção	17	-	-	31.152	70.936
Custo dos serviços prestados	17	-	-	(576.851)	(564.081)
Custo de construção	17	-	-	(30.854)	(70.408)
LUCRO BRUTO		-	-	373.980	302.795
Receitas (despesas) operacionais					
Gerais e administrativas	17	(14.996)	(9.652)	(135.211)	(146.751)
Equivalência patrimonial	8	(47.482)	(126.327)	(2.362)	(4.705)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	17	(22)	-	6.394	1.304
RESULTADO OPERACIONAL		(62.500)	(135.979)	242.801	152.643
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS					
Receitas financeiras	18	27.537	16.015	34.607	44.546
Despesas financeiras	18	(54.574)	(17.851)	(437.254)	(456.679)
Total		(27.037)	(1.836)	(402.647)	(412.133)
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(89.537)	(137.815)	(159.846)	(259.490)
Imposto de renda e contribuição social	6.d	-	-	(10.360)	203
Corrente		-	-	(13.439)	(14.722)
Diferido		-	-	3.079	14.925
PREJUÍZO DO PERÍODO DE OPERAÇÕES CONTINUADAS		(89.537)	(137.815)	(170.207)	(259.287)
Atribuível aos acionistas não controladores		-	-	(80.670)	(121.472)
Atribuível aos acionistas controladores		(89.537)	(137.815)	(89.537)	(137.815)
Prejuízo do período de operações descontinuadas atribuível aos acionistas controladores	23	(95)	(762)	(95)	(762)
PREJUÍZO DO PERÍODO		(89.632)	(138.577)	(170.302)	(260.049)
Atribuível aos acionistas não controladores		-	-	(80.670)	(121.472)
Atribuível aos acionistas controladores		(89.632)	(138.577)	(89.632)	(138.577)
Prejuízo básico por lote de mil ações continuadas (em reais - R\$)	19	(0,209)	(0,321)		
Prejuízo diluído por lote de mil ações continuadas (em reais - R\$)	19	(0,209)	(0,323)		
Prejuízo básico por lote de mil ações descontinuadas (em reais - R\$)		-	(0,002)		
Prejuízo diluído por lote de mil ações descontinuadas (em reais - R\$)		-	(0,002)		

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS
TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2018 E 2017
(Em milhares de reais)

	<u>Capital social subscrito</u>	<u>Reserva de capital</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total atribuído aos controladores</u>	<u>Participação não controladores</u>	<u>Total consolidado</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	<u>3.351.958</u>	<u>515.961</u>	<u>(731.719)</u>	<u>3.136.200</u>	<u>(556.945)</u>	<u>2.579.255</u>
Prejuízo do período	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(138.577)</u>	<u>(138.577)</u>	<u>(121.472)</u>	<u>(260.049)</u>
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2017	<u>3.351.958</u>	<u>515.961</u>	<u>(870.296)</u>	<u>2.997.623</u>	<u>(678.417)</u>	<u>2.319.206</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	<u>3.867.919</u>	<u>-</u>	<u>(1.214.349)</u>	<u>2.653.570</u>	<u>(427.324)</u>	<u>2.226.245</u>
Prejuízo do período	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(89.632)</u>	<u>(89.632)</u>	<u>(80.670)</u>	<u>(170.302)</u>
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2018	<u>3.867.919</u>	<u>-</u>	<u>(1.303.982)</u>	<u>2.563.937</u>	<u>(507.994)</u>	<u>2.055.943</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA OS
TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2018 E 2017
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
Receitas	17	-	-	1.199.142	1.113.663
Prestação de serviços		-	-	1.160.906	1.041.111
Receita de construção		-	-	47.103	96.868
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa		-	-	(8.873)	(25.353)
Outras receitas		-	-	6	1.037
Insumos adquiridos de terceiros		(2.575)	7.782	(445.047)	(452.222)
Custos das mercadorias e serviços vendidos		-	-	(278.121)	(244.898)
Custo de construção	17	-	-	(30.854)	(70.408)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(2.556)	7.782	(135.810)	(134.968)
Perda/recuperação de valores ativos		-	-	(154)	(1.743)
Outros custos		(19)	-	(108)	(205)
Valor adicionado bruto		(2.575)	7.782	754.095	661.441
Retenções		(1.438)	(1.465)	(298.409)	(279.507)
Depreciação e amortização	17	(1.438)	(1.465)	(298.409)	(279.507)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		(4.013)	6.317	455.686	381.934
Valor adicionado recebido em transferência		(19.945)	(110.312)	32.245	42.217
Resultado de equivalência patrimonial	8	(47.482)	(126.327)	(2.362)	(4.705)
Receitas financeiras	18	27.537	16.015	34.607	46.922
Total do valor adicionado das operações continuadas a distribuir		(23.958)	(103.995)	487.931	424.151
Valor adicionado das operações descontinuadas a distribuir		(95)	(762)	(95)	(762)
Total do valor adicionado a distribuir		(24.053)	(104.757)	487.836	423.389
Distribuição do valor adicionado		(24.053)	(104.757)	487.836	423.389
Pessoal e encargos		7.054	13.226	135.023	142.976
Remuneração direta		20.371	11.568	97.945	103.383
Benefícios		1.823	1.112	28.022	29.896
FGTS		1.071	546	10.004	9.281
Outros		(16.211)	-	(948)	416
Impostos, taxas e contribuições		3.920	1.991	68.755	54.188
Federais		3.913	1.991	49.429	37.115
Estaduais		-	-	2.549	1.422
Municipais		7	-	16.777	15.651
Remuneração capital de terceiros		54.605	18.603	454.360	486.274
Juros		45.337	15.204	398.760	439.994
Aluguéis		31	753	1.545	2.028
Outras		9.237	2.646	54.055	44.252
Remuneração de capital próprio		(89.632)	(138.577)	(170.302)	(260.049)
Prejuízo atribuível aos acionistas não controladores		-	-	(80.670)	(121.472)
(Prejuízo) atribuível aos acionistas controladores		(89.632)	(138.577)	(89.632)	(138.577)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2018 E 2017
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Prejuízo antes dos impostos e contribuição		(89.537)	(137.815)	(159.846)	(259.490)
Ajustes:					
Depreciação e amortização		1.438	1.465	298.409	279.507
Baixa de imobilizado e intangível		182	-	5.539	621
Provisões diversas		458	-	13.344	27.988
Provisão para manutenção		-	-	6.479	5.819
Equivalência patrimonial	8	47.482	126.327	2.362	4.705
Apropriação receita diferida		-	-	(4.131)	(4.194)
Margem de construção		-	-	(298)	(528)
Constituição de outorga variável		-	-	55.588	47.826
Ajuste de operações de hedge		-	-	11.747	16.454
Variações monetárias e encargos, líquidos		99.824	8.043	411.025	351.680
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber de clientes	5	-	-	12.483	(18.634)
Estoques		-	-	5.003	(8.851)
Impostos a recuperar	6	2.541	(255)	2.290	18.022
Depósitos judiciais	15	(24)	-	(2.807)	(750)
Adiantamentos		(785)	(266)	5.792	(12.776)
Parte relacionada	7	154.605	86.429	(8.649)	98.629
Recebimento de dividendos e JCP		1.431	(17.865)	1.431	(8.447)
Outros		10.169	-	7.156	-
(Aumento) redução nos passivos operacionais:					
Fornecedores		(1.139)	404	(26.179)	(7.361)
Obrigações com empregados e administradores		6.831	4.015	12.824	13.210
Impostos a recolher	6	(817)	(841)	(10.441)	(10.341)
Impostos pagos		-	-	(13.439)	(29.112)
Outras obrigações e contas a pagar		-	-	(82.607)	(16.025)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>232.659</u>	<u>69.641</u>	<u>543.075</u>	<u>487.952</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aporte em controladas, coligadas e controladas em conjunto	8	(83.000)	(70.700)	(4.500)	-
Redução de capital		10.000	-	-	-
Mútuo com coligada		(82.732)	(22.136)	(2.253)	(22.136)
Mútuo com controlada		(126.550)	(78.839)	(30.630)	(78.839)
Aquisição de imobilizado		(609)	-	(35.900)	(41.746)
Aquisição de intangível		-	(106)	(82.532)	(86.762)
Aplicações financeiras	4	9.170	87.649	(148.870)	(39.908)
Caixa líquido aplicados nas atividades de investimento		<u>(273.721)</u>	<u>(84.132)</u>	<u>(304.685)</u>	<u>(269.391)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Captação de empréstimos e financiamentos	13	-	-	550.000	83.596
Pagamento de empréstimos e financiamentos	13	-	-	(561.079)	(158.844)
Juros e remunerações pagas sobre empréstimos, financiamentos e Concessão/pagamento Outorga	13	(54.557)	7.195	(228.886)	(162.256)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		<u>(54.557)</u>	<u>7.195</u>	<u>(239.965)</u>	<u>(239.377)</u>
REDUÇÃO LÍQUIDA NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
		<u>(95.619)</u>	<u>(7.296)</u>	<u>(1.575)</u>	<u>(20.816)</u>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	3	616.657	7.391	835.099	196.372
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	3	<u>521.038</u>	<u>95</u>	<u>833.524</u>	<u>175.556</u>
REDUÇÃO LÍQUIDA NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
		<u>(95.619)</u>	<u>(7.296)</u>	<u>(1.575)</u>	<u>(20.816)</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS
TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2018 E 2017

(Em milhares de reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>
PREJUÍZO DO PERÍODO	<u>(89.632)</u>	<u>(138.577)</u>	<u>(170.302)</u>	<u>(260.049)</u>
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO PERÍODO	<u><u>(89.632)</u></u>	<u><u>(138.577)</u></u>	<u><u>(170.302)</u></u>	<u><u>(260.049)</u></u>
Acionistas controladores	(89.632)	(138.577)	(89.632)	(138.577)
Acionistas não controladores	-	-	(80.670)	(121.472)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
REFERENTE AO TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2018
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.a) Operações da Companhia

A Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR (“INVEPAR”, “Companhia” ou “Controladora”), cuja sede está localizada na Avenida Almirante Barroso, 52, salas 801, 3001 e 3002, Centro - Rio de Janeiro - RJ foi constituída sob a forma de “sociedade por ações”. A Companhia possui registro como Companhia Aberta, na categoria “A”, junto a Comissão de Valores Mobiliários - CVM, notadamente no setor de infraestrutura, como segue:

Empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas

Rodovias

Linha Amarela S.A. – LAMSA
 Concessionária Litoral Norte S.A. – CLN
 Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. – CART
 Concessionária Bahia Norte S.A. – CBN
 Concessionária Rio Teresópolis S.A. - CRT
 Concessionária Rota do Atlântico S.A. - CRA
 Línea Amarilla Brasil Participações S.A. - LAMBRA
 Concessionária ViaRio S.A. – VIARIO
 Concessionária BR-040 S.A. - VIA040
 PEX S.A. - PEX *

Mobilidade Urbana

Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. - METRÔRIO
 MetroBarra S.A. – METROBARRA
 Concessionária do VLT Carioca S.A. - VLT

Aeroportos

Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. - GRUPAR
 Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. - GRU AIRPORT

Fundo de Investimento

Fundo de Investimento CAIXA Mover - Fundo Mover

(*) Empresa reportada como ativos e passivos diretamente associados a operações descontinuadas.

A INVEPAR e o conjunto de empresas controladas, coligadas e controladas em conjunto são denominados “grupo INVEPAR” ou “grupo”.

As demonstrações contábeis das controladas, controladas em conjunto CBN, CRA, VIARIO e das coligadas CRT e VLT foram contabilizadas com base no método da equivalência patrimonial (Nota 8 - Investimentos). Os períodos das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com o da controladora e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme em todas as

empresas consolidadas.

Em 31 de março de 2018, a INVEPAR apresentou um capital circulante líquido negativo de R\$107.440 e R\$1.673.295, na controladora e consolidado, respectivamente (capital circulante líquido negativo de R\$193.367 e negativo de R\$2.495.399 em 31 de dezembro de 2017, na controladora e consolidado, respectivamente), causado, principalmente, pelo registro no passivo circulante individual e consolidado de empréstimos, debêntures e passivo da concessão de serviço público no montante de R\$689.573 e R\$2.702.246, respectivamente. A Administração da Companhia tem atuado ativamente nas negociações de certas dívidas das controladas, buscando a postergação dos vencimentos e/ou refinanciamentos das mesmas. Além disso:

- a) Em 17 de novembro de 2017, os acionistas da INVEPAR receberam de Mubadala Consultoria Financeira Ltda. ("Mubadala"), controlada por Mubadala Investment Company PJSC, uma proposta para aquisição de participação na Companhia. Caso a transação venha a ser concretizada nos termos da Proposta, a Mubadala poderá deter até 50,1% do capital social total e votante da INVEPAR. Até a presente data essa Proposta está sob análise dos seus acionistas, conforme descrito na Nota Explicativa 13.
- b) A Medida Provisória (MP) 752 publicada em 24 de novembro de 2016, convertida na Lei nº 13.448 em 5 de junho de 2017, pelo Governo Federal, estabelece, dentre outras, as diretrizes gerais para a prorrogação e a relicitação dos contratos de parceria definidos nos termos da Lei nº 13.334 de 13 de setembro de 2016, nos setores rodoviário, ferroviários e aeroportuários da administração pública federal. Em 11 de setembro de 2017, a VIA040 protocolou junto a ANTT o pedido de adesão ao processo de relicitação, conforme autorizado, respectivamente, pelo Conselho de Administração da INVEPAR e pelo Conselho de Administração da VIA040 em 8 de setembro de 2017. Até a data de autorização da emissão destas demonstrações contábeis o pedido ainda não havia sido homologado pelo Poder Concedente, razão pela qual a controlada continua fazendo parte do Consolidado do grupo INVEPAR.

Até que se defina um novo vencedor do Leilão da relicitação, do qual, conforme prevê a Lei, a VIA040 e seus acionistas não poderão participar, e que este assuma o sistema rodoviário sob concessão, serão mantidos os serviços de operação e manutenção do trecho sob concessão, regulados por um aditivo contratual ainda não firmado entre a ANTT e a VIA040. Após a emissão do acordo entre as partes, a duração das operações da VIA040 estará limitada ao novo prazo de cumprimento das obrigações definidas neste termo. À VIA040 caberá uma indenização pelos investimentos realizados e ainda não amortizados, conforme prevê a Lei 13.448/17, Lei 8.987/95 (Lei das Concessões) e o Contrato de Concessão.

1.b) Diligência em Acionistas, Controladora e Partes Relacionadas

A Companhia é controlada integral da Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. INVEPAR, que por sua vez tem como acionista integrante de seu bloco de controle a Construtora OAS.

No dia 5 de setembro de 2016 foram cumpridos mandados de busca e apreensão na sede da controladora INVEPAR e na sede da coligada GRUPAR (Aeroporto de Guarulhos Participações S.A), no âmbito da "Operação Greenfield". A INVEPAR celebrou, em 13 de setembro de 2016, Termo de Compromisso com o Ministério Público Federal e com a Polícia Federal, com a finalidade de colaborar com as investigações. Até onde é do conhecimento da Administração da

INVEPAR, as investigações prosseguem, mantendo a Companhia, no entanto, seu curso normal de negócios.

2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS (INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS)

A Administração da Sociedade autorizou a conclusão da preparação destas informações contábeis intermediárias (informações trimestrais) em 10 de maio de 2018, que compreendem:

As informações contábeis intermediárias elaboradas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB.

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações contábeis intermediárias e resumo das principais práticas contábeis não tiveram alterações em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 02 às Demonstrações Contábeis Anuais referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (doravante denominadas de “Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2017”), publicadas na imprensa oficial em 21 de março de 2018.

Dessa forma, estas informações contábeis intermediárias (informações trimestrais) devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017.

2.1. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

a) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019:

IFRS 16 - Leasing – estabelece novos padrões de contabilização de arrendamento mercantil.

As alterações às IFRS mencionadas anteriormente ainda não foram editadas pelo CPC. No entanto, em decorrência do compromisso do CPC de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações e modificações feitas pelo IASB, é esperado que essas alterações e modificações sejam editadas pelo CPC até a data de sua aplicação obrigatória. A Companhia não adotou tais pronunciamentos antecipadamente e os mesmos não representam impactos relevantes em suas informações contábeis intermediárias.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e bancos	2.555	2.153	138.470	156.823
Aplicações financeiras	-	-	-	8.383
Fundo Mover				
Certificados de Depósito Bancário CDB	9.074	-	12.164	-
Letras financeiras do tesouro	443.191	497.290	594.121	542.114
Títulos públicos federais - Tesouro Nacional	66.218	117.214	88.769	127.779
Total de caixa e equivalentes de caixa	521.038	616.657	833.524	835.099

Aplicações financeiras consideradas como equivalentes de caixa têm liquidez imediata e são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo. O grupo considera

aplicações financeiras de liquidez imediata aquelas que podem ser convertidas em um montante conhecido de caixa e sem risco de mudança de valor, sendo resgatáveis em prazo inferior a 3 meses contados das datas das respectivas aplicações. A rentabilidade média destas aplicações varia de 96,52% a 99,44% do CDI (93,16% a 100,80% do CDI em 31 de dezembro de 2017).

Fundo de Investimento CAIXA Mover - é um Fundo de Investimento constituído sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração e com possibilidade de resgate a qualquer momento. Destina-se, exclusivamente, a acolher investimentos da INVEPAR e/ou sempre mediante prévia autorização da INVEPAR, de empresas a ela ligadas através de participação, direta ou indireta, destina-se também a administração e a gestão da carteira e a controladoria de ativos. A escrituração da emissão e resgate de cotas do FUNDO são realizadas pela Caixa Econômica Federal. Fazem parte deste fundo, além da INVEPAR, CLN, METRÔRIO, METROBARRA, VIA040, CART e a LAMSA. A rentabilidade do fundo é equivalente a 99,11% do CDI (98,87% do CDI em 31 de dezembro de 2017).

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Taxa	Indexador	Vencimento	Controladora		Consolidado	
				31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Aplicações financeiras							
Certificados de Depósito Bancário CDB	75% a 102%	CDI	nov/19	-	9.170	269.217	115.794
Fundos não exclusivos de investimento de renda fixa	93% a 101%	CDI/IPCA/SELIC	ago/18	-	-	121.324	116.751
Outros				-	-	22.652	11.221
Fundo Cambial FIC(a)		DÓLAR	set/18	-	-	45.190	44.522
Total de aplicações financeiras				-	9.170	458.383	288.288
Circulante				-	9.170	290.105	121.110
Não circulante				-	-	168.278	167.178

(a) Nos termos do contrato de financiamento e repasse obtido pela controlada METRÔRIO junto a Caixa Econômica Federal, os recursos destinados ao fluxo de pagamento das obrigações constituídas nos termos do contrato de concessão (aquisição de novos trens) devem ser alocados em conta bancária específica para este fim e podem ser resgatados antes do vencimento somente por autorização do Agente Financeiro conforme cronograma fisco-financeiro.

As aplicações financeiras não circulantes que somam R\$168.278 (R\$3.505 para METRÔRIO, R\$46.953 para METROBARRA e R\$117.820 para GRU AIRPORT), estão vinculadas a processos judiciais e ao contrato de concessão, conforme descrito abaixo:

METRÔRIO

- R\$3.505 referem-se a processos judiciais, garantia de empréstimos e financiamentos e do contrato de concessão.

METROBARRA

- R\$46.953 referem-se a aplicações financeiras mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo atrelados aos sistemas de sinalização e piloto automático.

GRU AIRPORT

- R\$117.820 referem-se a aplicações em fundos de investimentos não exclusivos, de renda fixa, cuja carteira é composta exclusivamente por títulos públicos federais e operações compromissadas lastreadas nestes títulos. Os fundos são remunerados pela taxa média de 97,61% do CDI (97,91% do CDI em 31 de dezembro de 2017) sem prazo de carência, com baixo risco, que servem para compor o saldo da conta reserva, cumprir com as obrigações dos Contratos de Financiamentos e de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios firmado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e os bancos Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Itaú BBA, Bradesco e HSBC, além do representante dos debenturistas de ambas emissões, representado pelo Agente Fiduciário.

5. CONTAS A RECEBER

	Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017
Ativo circulante		
Aeronaves e passageiros (a)	119.698	129.635
Armazenagem e capatazia (a)	19.116	17.267
Cessão de espaço (a)	105.758	106.494
Valores a receber de pedágio (b)	53.515	51.395
Locação de espaço físico e veiculação de anúncios (c)	9.099	9.154
Valores a receber de bilhetes (d)	6.599	7.386
Locação de trens (e)	14.137	13.031
Outros	10.323	8.199
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	(29.729)	(30.531)
Total	308.516	312.027
Ativo não circulante		
Governo Estadual (f)	15.771	15.925
Outros (g)	17.730	17.730
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	(5.694)	(5.750)
Total	27.807	27.905

- (a) Refere-se a operações da concessão do Aeroporto de Guarulhos (GRU AIRPORT), representando contas a receber por receitas tarifárias como aviação, armazenagem, passageiros e receitas não tarifárias como cessão de espaço.
- (b) Contas a receber de pedágio a prazo pela utilização das etiquetas eletrônicas nas pistas automáticas das controladas do segmento de rodovias.
- (c) Contas a receber decorrentes de contratos com terceiros na cessão de espaço e veiculação de anúncios da controlada METRÔRIO e da VIA040.
- (d) Contas a receber com passagens da Fetranspor, integrações, Jogos Olímpicos e Paralímpicos da controlada METRÔRIO.
- (e) Contas a receber do METROBARRA com a CRB referente ao contrato de locação de trens e sistemas operacionais.
- (f) Valores a receber do Governo do Estado do Rio de Janeiro pela controlada METRÔRIO, referentes a gratuidades estudantil, JMJ, Copa das Confederações e Copa do Mundo. Foram constituídas perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa para todo o saldo em aberto referente aos grandes eventos ocorridos no Rio de Janeiro.
- (g) Refere-se a valores a receber de receitas de GRU AIRPORT junto à INFRAERO.

Movimentação nas perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa:

	Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017
Saldo no início do período	(36.281)	(24.384)
Adições	(2.306)	(39.888)
Baixa	1	10.466
Reversões	3.163	17.525
Saldo no fim do período	(35.423)	(36.281)

Em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017, os vencimentos de saldos de contas a receber de clientes são os seguintes:

	Total	Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	Saldo ainda não vencido e sem perda por redução ao valor recuperável	Saldos vencidos						
				< 30 dias	31 - 60 dias	61 - 90 dias	91 - 120 dias	> 121 - 150 dias	> 151 - 180 dias	> 180 dias
31 de março de 2018	371.746	(35.423)	263.946	22.975	25.280	4.107	4.718	4.707	3.997	42.016 *
31 de dezembro de 2017	376.216	(36.281)	252.927	42.771	4.723	2.392	801	612	657	71.332

* Parte do saldo vencido há mais de 180 dias não foi constituído a PECLD, pois se refere basicamente às gratuidades do METRÓRIO e os valores a receber da INFRAERO em GRU AIRPORT, nos montantes de R\$14.873 e R\$17.730 respectivamente.

Em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017, as perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

Empresas	Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	31 de março de 2018						
		< 30 dias	31 - 60 dias	61 - 90 dias	91 - 120 dias	> 121 - 150 dias	> 151 - 180 dias	> 180 dias
METRÓRIO	(11.990)	-	(37)	(20)	(152)	(34)	(105)	(11.642)
GRU AIRPORT	(23.433)	(48)	(274)	(977)	(2.169)	(2.219)	(1.465)	(16.281)
Total	(35.423)	(48)	(311)	(997)	(2.321)	(2.253)	(1.570)	(27.923)

Empresas	Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	31 de dezembro de 2017						
		< 30 dias	31 - 60 dias	61 - 90 dias	91 - 120 dias	> 121 - 150 dias	> 151 - 180 dias	> 180 dias
METRÓRIO	(11.802)	-	-	-	(159)	(102)	(101)	(11.441)
CART	(835)	-	-	(118)	(120)	(112)	(107)	(379)
GRU AIRPORT	(23.644)	(2.141)	(2.192)	(1.474)	(602)	(2)	(2)	(17.231)
Total	(36.281)	(2.141)	(2.192)	(1.592)	(880)	(216)	(209)	(29.051)

6. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

a) Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Antecipação de Imposto de renda e contribuição social(a)	692	10.542	15.366	24.965
Saldo negativo do Imposto de renda e contribuição social(b)	7.309	-	19.133	2.272
PIS e COFINS(c)	-	-	48.430	49.729
Outros	-	-	512	1.502
Circulante	8.001	10.542	83.441	78.468
Imposto de renda e contribuição social	-	-	909	48
PIS e COFINS(b)	-	-	403.216	410.974
Não circulante	-	-	404.125	411.022

(a) Antecipação de IRPJ e CSLL do ano corrente e IRRF sobre aplicações financeiras

(b) Saldo negativo de IRPJ e CSLL de anos anteriores.

(c) Os créditos de PIS e COFINS de GRU, METROBARRA e METRÔRIO decorrem, substancialmente, da aquisição de bens e serviços sobre os investimentos conforme legislação vigente. Os valores dos créditos são R\$434.613, R\$14.260 e R\$2.773, respectivamente.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos (consolidado)

Natureza	Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017
Prejuízo fiscal	569.177	568.507
Base negativa da CSLL	204.903	204.662
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	11.185	11.841
Participação nos lucros e resultado (PLR)	8.885	7.750
Provisão para riscos processuais	9.946	9.493
Provisão de fornecedor	22.453	19.692
Outros	12.810	14.645
Total do ativo fiscal diferido	839.359	836.590
Amortização de Outorga	(677.325)	(688.864)
Custo de captação	(15.118)	(15.585)
Margem de Construção	(42.389)	(43.053)
Juros capitalizados (*)	(37.427)	(34.296)
AVP - Amortização de outorga	(182.924)	(173.666)
Outros	(6.391)	(6.422)
Total do passivo fiscal diferido	(961.574)	(961.886)
Total	(122.215)	(125.296)
Impostos diferidos – Ativo	44.867	45.442
Impostos diferidos – Passivo	(167.082)	(170.738)

(*) A partir de 2016, a Companhia tomou dedutibilidade dos juros no momento em que foram incorridos conforme § 3 do art. 145 da IN RFB nº 1.700 de 2017.

As holdings INVEPAR, GRUPAR e LAMBRA não constituíram IRPJ e CSLL diferidos sobre prejuízo fiscal, base negativa e diferenças temporárias, pois a Administração entende que as projeções de resultado não apresentam base tributável para realização dos respectivos impostos diferidos. Os valores não constituídos de IRPJ e CSLL diferidos são R\$503.741, R\$5.883 e R\$981, respectivamente.

O saldo de IRPJ e CSLL diferidos não constituídos sobre prejuízo fiscal, base negativa e

diferenças temporárias nas controladas GRU AIRPORT, CART, VIA040 e METROBARRA totalizam o montante de R\$1.226.132 (a partir de julho de 2014), R\$290.458 (a partir de janeiro de 2015), R\$43.002 (a partir de janeiro de 2015) e R\$70.400 (a partir de outubro de 2015), respectivamente.

Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, as controladas estimam recuperar o crédito tributário decorrente de diferenças temporárias e prejuízos acumulados:

	<u>Consolidado</u>
	<u>31/03/2018</u>
2018	2.626
2019	4.474
2020	11.722
2021	13.821
2022	56.827
2023 a 2025	119.786
2026 e 2027	630.103
Total dos ativos fiscais diferidos	<u>839.359</u>
Total dos passivos fiscais diferidos	<u>(961.574)</u>
Total dos impostos diferidos	<u>(122.215)</u>

c) Tributos a recolher

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Imposto de renda e contribuição social	-	-	12.984	17.055
PIS e COFINS	891	1.589	28.796	29.546
ISS	2	17	13.766	15.231
IRRF e CSRF	96	149	2.467	4.628
INSS sobre terceiros	7	12	1.715	2.513
Outros	-	46	493	776
Circulante	<u>996</u>	<u>1.813</u>	<u>60.221</u>	<u>69.749</u>
Imposto de renda e contribuição social (*)	-	-	8.345	9.286
PIS e COFINS (**)	-	-	915	886
Não circulante	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>9.260</u>	<u>10.172</u>

* Tributos parcelados e Incentivos fiscais na área de atuação da SUDENE.

**PIS e COFINS sobre gratuidades e depósitos judiciais de PIS e COFINS.

d) Imposto de renda e contribuição social no resultado

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social das operações continuadas	(89.537)	(137.815)	(159.834)	(259.490)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	30.443	46.857	54.344	88.227
Adições permanentes	(89)	(16)	(436)	(1.303)
Exclusões permanentes	-	-	691	852
Equivalência patrimonial	(16.143)	(42.951)	(803)	(1.600)
IR/CS diferidos não constituídos - diferenças temporais	(14.211)	(3.890)	(69.149)	(86.120)
Outros	-	-	4.989	147
Total dos impostos no resultado	-	-	(10.364)	203
Impostos correntes	-	-	(13.439)	(14.722)
Impostos diferidos	-	-	3.079	14.925
	-	-	(10.360)	203

7. PARTES RELACIONADAS

As operações entre quaisquer das partes relacionadas do grupo INVEPAR, sejam elas administradores e empregados, acionistas, controladas ou coligadas, são efetuadas com taxas e condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas demonstrações contábeis.

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas segue os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

Em relação aos mútuos realizados entre a controladora e suas partes relacionadas, estes que ocorrem em função da necessidade temporária de caixa destas controladas para o cumprimento de seus investimentos e/ou de suas operações, sendo sujeitas aos encargos financeiros pactuados entre as partes, conforme praticado no mercado e aprovados pelos órgãos da Administração.

Composição

Controladora							
31/03/2018							
Parte relacionada	Transação	Relação	Ativo		Passivo		Resultado mar/18
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
OAS/FUNCEF/PETROS/PREVI	Dividendos	Acionista	-	-	-	22.842	-
LAMSA	Nota de Débito(a)	Controlada	4.601	-	-	-	-
VIA040	Nota de Débito(a)	Controlada	-	79.704	-	-	-
CART	Nota de Débito(a)	Controlada	21.125	-	-	-	-
CLN	Nota de Débito(a)	Controlada	1.987	-	-	-	-
METRÓRIO	Nota de Débito(a)	Controlada	19.113	-	-	-	-
METROBARRA	Nota de Débito(a)	Controlada	-	42.472	-	-	-
LAMBRA	Nota de Débito(a)	Controlada	5	-	-	-	-
GRUPAR	Dividendos	Controlada	-	11.075	-	-	-
LAMSA	Dividendos	Controlada	18.498	-	-	-	-
METRÓRIO	Dividendos	Controlada	3	-	-	-	-
CLN	Dividendos	Controlada	5.235	-	-	-	-
CLN	AFAC(c)	Controlada	-	15.711	-	-	-
CRA	Mútuo	Controlada em conjunto	-	41.459	-	-	13.959
VLT	Mútuo	Coligada	-	82.732	-	-	10.232
VIARIO	Mútuo	Controlada em conjunto	-	85.091	-	-	9.641
Total			70.567	358.244	-	22.842	33.832

Controladora							
31/12/2017							
Parte relacionada	Transação	Relação	Ativo		Passivo		Resultado mar/17
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
OAS/FUNCEF/PETROS/PREVI	Dividendos	Acionista	-	-	-	22.842	-
LAMSA	Nota de Débito(a)	Controlada	1.877	-	-	-	-
GRUPAR	Nota de Débito(a)	Controlada	9.574	-	-	-	-
VIA040	Nota de Débito(a)	Controlada	-	75.009	-	-	-
CART	Nota de Débito(a)	Controlada	15.659	-	-	-	-
CLN	Nota de Débito(a)	Controlada	424	-	-	-	-
METRÓRIO	Nota de Débito(a)	Controlada	9.365	-	-	-	-
METROBARRA	Nota de Débito(a)	Controlada	-	35.300	-	-	-
LAMBRA	Nota de Débito(a)	Controlada	4	-	-	-	-
GRUPAR	Dividendos	Controlada	-	11.075	-	-	-
LAMSA	Dividendos	Controlada	22.891	-	-	-	-
METRÓRIO	Dividendos	Controlada	3	-	-	-	-
CLN	Dividendos	Controlada	5.235	-	-	-	-
CLN	AFAC(c)	Controlada	-	15.711	-	-	-
CRA	Mútuo	Controlada em conjunto	-	40.618	-	-	9.838
VLT	Mútuo	Coligada	-	80.479	-	-	2.136
VIARIO	Mútuo	Controlada em conjunto	-	55.302	-	-	4.546
Total			65.032	313.494	-	22.842	16.520

Consolidado							
31/03/2018							
Parte relacionada	Transação	Relação	Ativo		Passivo		Resultado mar/18
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
OAS/FUNCEF/PETROS/PREVI	Dividendos	Acionista	-	-	-	22.842	-
ACSA	Nota de Débito/Dividendos	-	-	-	-	1.231	-
OTP	Dividendos	-	-	-	487	-	-
PEX(b)	Nota de Débito(a)	Controlada	26	-	-	-	-
VLT	Mútuo	Coligada	-	82.732	-	-	10.232
VIARIO	Mútuo	Controlada em conjunto	-	85.091	-	-	9.641
CRA	Mútuo	Controlada em conjunto	-	41.459	-	-	13.959
Total			26	209.282	487	24.073	33.832

Consolidado							
31/12/2017							
Parte relacionada	Transação	Relação	Ativo		Passivo		Resultado mar/17
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
OAS/FUNCEF/PETROS/PREVI	Dividendos	Acionista	-	-	-	22.842	-
ACSA	Nota de Débito/Dividendos	-	-	-	8.648	1.231	-
OTP	Dividendos	-	-	-	487	-	-
PEX(b)	Nota de Débito(a)	Controlada	26	-	-	-	-
VLT	Mútuo	Coligada	-	80.479	-	-	2.136
VIARIO	Mútuo	Controlada em conjunto	-	55.302	-	-	4.546
CRA	Mútuo	Controlada em conjunto	-	40.618	-	-	9.838
Total			26	176.399	9.135	24.073	16.520

- (a) Nota de débito: Serviços compartilhados referentes ao rateio dos gastos incorridos comuns às partes relacionadas, incluindo gastos com a estrutura administrativa do grupo, que estão sendo compartilhadas entre as empresas através de critérios de rateio que consideram, por exemplo, histórico do uso efetivo de

determinado recurso compartilhado por cada uma das partes, quantidade de colaboradores de cada parte que terão acesso a determinado recurso compartilhado e aferição do uso efetivo de determinado recurso compartilhado. Os rateios, geralmente, são liquidados no prazo de um mês, com exceção do METROBARRA e VIA040 que estão classificados no longo prazo devido à expectativa de recebimento ser superior a um ano.

(b) Controlada classificada como operações descontinuadas.

(c) O AFAC encontra-se no grupo de investimentos da INVEPAR.

CRA

Em 9 de junho de 2015 foi firmado contrato de mútuo entre a INVEPAR e a coligada CRA no valor de R\$27.500, o qual está sendo atualizado a taxa de 130% do CDI. O prazo de pagamento da operação, com renovação automática e mensal até 15 de janeiro de 2029.

VIARIO

Em 28 de abril de 2016, foi assinado contrato de mútuo entre a INVEPAR e a coligada VIARIO no valor de R\$36.955 em 31 de dezembro de 2016 com vencimento em 2034. Sobre o montante do principal incidiram juros equivalentes a 130% do CDI.

VLT

Em 22 de julho de 2016, o VLT firmou contrato de mútuo com a INVEPAR no montante de R\$ 25.000 remunerados pelo CDI + 5% a.a, com vencimento em 15 de janeiro de 2034.

Remuneração da Administração

A remuneração dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Controladora, que incluem os membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretores Estatutários, está composta como segue:

Composição	Controladora			Consolidado		
	31/03/2018			31/03/2018		
	Diretoria	Conselhos	Total	Diretoria	Conselhos	Total
Pró-labore	1.469	538	2.007	4.111	538	4.649
Participação nos resultados / Bônus variáveis	5	-	5	5	-	5
Encargos	295	108	403	759	108	867
Outros benefícios	226	-	226	605	-	605
Total	1.995	646	2.641	5.480	646	6.126

Composição	Controladora			Consolidado		
	31/03/2017			31/03/2017		
	Diretoria	Conselhos	Total	Diretoria	Conselhos	Total
Pró-labore	1.385	499	1.884	4.229	886	5.115
Participação nos resultados / Bônus variáveis	5	-	5	609	-	609
Encargos	279	100	379	826	162	988
Outros benefícios	230	-	230	1.280	-	1.280
Total	1.899	599	2.498	6.944	1.048	7.992

Em 20 de abril de 2018, foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária a remuneração global anual dos administradores da INVEPAR Holding de até R\$28.502 para o exercício de 2018.

A Companhia, assim como suas controladas, não mantém qualquer dependência econômica, financeira ou tecnológica com fornecedores ou instituições com os quais mantém relação comercial.

Programa de Incentivos de Longo Prazo

O presente Programa de Incentivo de Longo Prazo – *Performance Phantom Stock Options* da Invepar não tem natureza de um plano de opção de compra de ações nos termos do art. 168, §3º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, não haverá entrega de ações da Companhia e/ou compensação financeira por compra e venda de ações da Companhia.

O programa é baseado na concessão de opções virtuais aos elegíveis (grupo de executivos aprovado pelo Conselho de Administração da Invepar), ele visa estimular o alcance de metas desafiadoras para a Companhia, por meio de uma gestão eficiente e a fim de obter resultados sustentáveis, alinhar interesses dos acionistas e executivos e reter os executivos-chave para alcance dos objetivos estratégicos da Companhia.

O plano concederá o pagamento de premiações em dinheiro baseadas no crescimento do valor da empresa (IPCA + 9,7% a.a.), condicionada ao alcance do gatilho de 90% da meta projetada de EBITDA.

O primeiro ciclo iniciou-se em 1º de janeiro de 2017 e tem vigência de oito anos, onde o participante poderá exercer a opção a partir do quarto ano, conforme regra de vesting.

O primeiro gatilho ocorrerá em 2020, os participantes terão direito a 33,33% das ações outorgadas, o mesmo ocorrerá em 2021 e 2022, completando assim 100%. Caso não seja atingida a meta em cada vesting, a respectiva parcela (1/3) não será exercida. A última janela para exercer as opções corresponderá ao oitavo ano desde sua concessão.

Valorização das ações:

O cálculo das Outorgas seguirá a metodologia de *Expected Growth*, onde o delta da opção corresponde ao valor presente (data da outorga) do ganho potencial de uma opção, ou seja, a diferença entre o preço estimado de venda da ação e o preço do exercício, que é definido na outorga.

Em cada Oferta de Outorga o participante terá o direito de receber um número de unidades (opções virtuais) levando-se em consideração as premissas definidas no Programa.

Opções serão outorgadas pelo Conselho de Administração tão logo as variáveis financeiras sejam deliberadas para cálculo das outorgas.

Os valores provisionados na Companhia referentes ao programa de incentivo de longo prazo até a data-base de 31 de março de 2018 totalizam o montante R\$5.471 (R\$5.238 em 31 de dezembro de 2017).

8. INVESTIMENTOS

Controladora

As participações em controladas, controladas em conjunto e coligadas, avaliadas pelo método da equivalência patrimonial, foram apuradas de acordo com os balanços patrimoniais das respectivas investidas em cada data-base.

Investida	Participação da Invepar %	Quantidade de ações em 31/03/2018		Saldos em 31/12/2017	Aumento de capital	Redução de capital	Amortização de ágios	Equivalência patrimonial	Dividendos e JSCP	Saldos em 31/03/2018
		Ordinárias	Preferenciais	Investimentos						Investimentos
Controladas										
LAMSA	100,00	51.927.409	103.854.827	119.118	-	-	-	31.427	-	150.545
CLN	91,49	10.463.020	18.257.592	74.500	-	-	-	2.676	-	77.176
CART	100,00	1.308.194.522	1.308.194.522	533.699	50.000	-	(50)	(23.863)	-	559.786
LAMBRA	100,00	863.644.681	-	24.755	-	(10.000)	-	(1.992)	-	12.763
METRÓRIO	100,00	1.446.898.779	-	1.343.855	-	-	-	6.938	-	1.350.793
METROBARRA	100,00	913.291.048	-	128.441	12.500	-	-	(9.531)	-	131.410
VIA040	100,00	706.866.817	-	528.349	16.000	-	-	4.958	-	549.307
				<u>2.752.717</u>	<u>78.500</u>	<u>(10.000)</u>	<u>(50)</u>	<u>10.613</u>	<u>-</u>	<u>2.831.780</u>
Controladas em conjunto										
VIARIO	33,34	120.569.852	-	50.004	-	-	-	(2.887)	-	47.117
CBN	50,00	183.879.853	-	134.732	4.500	-	-	1.261	-	140.493
CRA	50,00	70.719.454	-	28.026	-	-	-	(464)	-	27.562
				<u>212.762</u>	<u>4.500</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(2.090)</u>	<u>-</u>	<u>215.172 *</u>
Coligada										
VLT	24,93	295.802.212	-	52.739	-	-	-	(2.948)	-	49.791
CRT	24,92	17.994	3.550	57.021	-	-	(1.087)	2.676	(1.431)	57.179
				<u>109.760</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.087)</u>	<u>(272)</u>	<u>(1.431)</u>	<u>106.970 *</u>
TOTAL				<u>3.075.239</u>	<u>83.000</u>	<u>(10.000)</u>	<u>(1.137)</u>	<u>8.252</u>	<u>(1.431)</u>	<u>3.153.922</u>
Operações descontinuadas										
PEX	100,00	31.798.778	-	796	-	-	-	(95)	-	701
				<u>796</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(95)</u>	<u>-</u>	<u>701</u>
Saldo Passivo do Investimento										
Investida	Participação da Invepar %	Quantidade de ações em 31/03/2018		Saldos em 31/12/2017	Aumento de capital	Redução de capital	Amortização de ágios	Equivalência patrimonial	Dividendos e JSCP	Saldos em 31/03/2018
		Ordinárias	Preferenciais	Investimentos						Investimentos
Controlada										
GRUPAR	80,00	342.289.340.867	-	(305.291)	-	-	-	(55.734)	-	(361.025)
				<u>(305.291)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(55.734)</u>	<u>-</u>	<u>(361.025)</u>
				<u>Saldos em 31/12/2017</u>						<u>Saldos em 31/03/2018</u>
Adiantamento para futuro investimento **				<u>53.564</u>						<u>53.564 *</u>

(*) Saldos que compõem o valor do investimento consolidado.

(**) Montante pago pelo METROBARRA para os acionistas da CRB para aquisição futura dessa empresa.

(***) Inclui AFAC da CLN no montante de R\$15.711.

Em 31 de março de 2018, o ágio registrado sobre os investimentos na CART e CRT montam R\$4.230 e R\$15.935, respectivamente.

Investida	Participação da Invepar %	Quantidade de ações em 31/12/2017		Saldos em 31/12/2016	Aumento de capital	Redução de capital	Amortização de ágios	Equivalência patrimonial	Dividendos e JSCP	Saldos em 31/12/2017
		Ordinárias	Preferenciais	Investimentos						Investimentos
Controladas										
LAMSA	100,00	51.927.409	103.854.827	106.420	-	-	-	96.274	(83.576)	119.118
CLN	91,49	10.463.020	18.257.592	65.263	-	-	-	12.898	(3.661)	74.500 ***
CART	100,00	1.308.194.522	1.308.194.522	517.304	222.500	-	(201)	(205.904)	-	533.699
LAMBRA	100,00	863.644.681	-	395.669	-	(397.953)	-	27.039	-	24.755
METRÔRIO	100,00	1.446.898.779	-	1.349.923	-	-	-	(6.068)	-	1.343.855
METROBARRA	100,00	888.390.925	-	125.870	69.900	-	-	(67.329)	-	128.441
VIA040	100,00	706.866.817	-	402.816	138.690	-	-	(13.157)	-	528.349
				<u>2.963.265</u>	<u>431.090</u>	<u>(397.954)</u>	<u>(201)</u>	<u>(156.247)</u>	<u>(87.237)</u>	<u>2.752.717</u>
Controladas em conjunto										
VIARIO	33,34	120.569.852	-	67.396	-	-	-	(17.392)	-	50.004
CBN	50,00	177.571.632	-	106.845	15.000	-	-	12.887	-	134.732
CRA	50,00	70.719.454	-	35.246	-	-	-	(7.220)	-	28.026
				<u>209.487</u>	<u>15.000</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(11.725)</u>	<u>-</u>	<u>212.762 *</u>
Coligada										
VLT	24,93	295.802.212	-	55.857	-	-	-	(3.118)	-	52.739
CRT	24,92	17.994	3.550	65.154	-	-	(4.346)	10.495	(14.282)	57.021
				<u>121.011</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(4.346)</u>	<u>7.377</u>	<u>(14.282)</u>	<u>109.760 *</u>
TOTAL				<u>3.293.762</u>	<u>446.090</u>	<u>(397.954)</u>	<u>(4.547)</u>	<u>(160.595)</u>	<u>(101.519)</u>	<u>3.075.239</u>
Operações descontinuadas										
PEX	100,00	31.798.778	-	1.811	-	-	-	(1.015)	-	796
				<u>1.811</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.015)</u>	<u>-</u>	<u>796</u>
Saldo Passivo do Investimento										
Investida	Participação da Invepar %	Quantidade de ações em 31/12/2017		Saldos em 31/12/2016	Aumento de capital	Redução de capital	Amortização de ágios	Equivalência patrimonial	Dividendos e JSCP	Saldos em 31/12/2017
		Ordinárias	Preferenciais	Investimentos						Investimentos
Controlada										
GRUPAR	80,00	342.289.340.867	-	(396.302)	357.377	-	-	(266.366)	-	(305.291)
				<u>(396.302)</u>	<u>357.377</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(266.366)</u>	<u>-</u>	<u>(305.291)</u>
Adiantamento para futuro investimento **				<u>Saldos em 31/12/2016</u>						<u>Saldos em 31/12/2017</u>
				<u>53.564</u>						<u>53.564 *</u>

(*) Saldos que compõem o valor do investimento consolidado.

(**) Montante pago pelo METROBARRA para os acionistas da CRB para aquisição futura dessa empresa.

(***) Inclui AFAC da CLN no montante de R\$15.711.

Em 31 de dezembro de 2017, o ágio registrado na aquisição dos investimentos na CART e CRT montam R\$4.280 e R\$17.022, respectivamente.

a) Informações sobre os investimentos da controladora

Os valores abaixo apresentados correspondem a 100% dos números das empresas, ou seja, não foi considerado o percentual de participação da INVEPAR.

a.1) Outras informações sobre as controladas, controladas em conjunto e coligadas em 31 de março de 2018

	Empresas	(+ Investimento total)				(- Investimento não caixa)			Participação da Invepar %	
		Adição ao imobilizado	Software e outros	Direito de Concessão (Investimento)	Resultado financeiro sobre capitalização da outorga	Capitalização de resultado financeiro	Aquisição de Intangível / Imobilizado ainda não liquidada	Margem de Construção		(=) Investimento caixa
Rodovias	LAMSA	184	4.065	-	-	-	107	18	4.124	100
	CLN	24	-	-	-	-	7	-	17	91,49
	CART	154	10.021	3.788	-	-	1.904	136	11.923	100
	CBN	2	35	34.713	-	-	4.101	357	30.292	50
	CRT	400	51	3.256	-	-	121	-	3.586	24,92
	CRA	-	97	299	-	-	-	3	393	50
	VIARIO	65	-	521	-	-	-	-	586	33,34
	VIA040	7	23.566	-	-	15.565	1.884	144	5.981	100
Mobilidade Urbana	METRÔRIO	1.209	5	18.596	-	-	1.672	-	18.138	100
	METROBARRA	539	24	-	-	-	331	-	232	100
	VLT	209	-	-	-	-	-	-	209	24,87
Aeroportos	GRU AIRPORT	-	-	4.261	58.100	58.486	-	-	3.875	40,8 *

(*) O percentual de 40,8% de GRU AIRPORT representa participação indireta.

a.2) Outras informações sobre as controladas, controladas em conjunto e coligadas em 31 de dezembro de 2017

Empresas	(+) Investimento total				(-) Investimento não caixa			(=) Investimento caixa	Participação da Invepar %
	Adição ao imobilizado	Software e outros	Direito de Concessão (Investimento)	Resultado financeiro sobre capitalização da outorga	Capitalização de resultado financeiro	Aquisição de Intangível / Imobilizado ainda não liquidada	Margem de Construção		
Rodovias	LAMSA	1.174	-	18.861	-	2.382	153	17.500	100
	CLN	334	22	1.923	-	100	16	2.164	91,49
	CART	1.105	316	194.214	-	2.513	1.924	191.199	100
	CBN	237	148	95.671	-	16.137	942	78.977	50
	CRT	2.122	186	18.586	-	1.295	-	19.599	24,92
	CRA	-	68	4.897	-	-	18	4.947	50
	VIARIO	35.109	2.897	24.626	-	-	-	62.632	33,34
	VIA040	1.085	14	222.303	-	70.163	1.254	147.246	100
Mobilidade Urbana	METRÔRIO	4.822	242	74.788	-	12.324	-	67.528	100
	METROBARRA	80.793	-	-	-	30.251	-	50.542	100
	VLT	331	-	177.535	-	-	527	177.339	24,93
	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aeroportos	GRU AIRPORT	110	-	59.684	241.841	243.727	10.408	47.500	40,8 *

(*) O percentual de 40,8% de GRU AIRPORT representa participação indireta.

b) METRÔRIO

A Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. (“METRÔRIO”) é uma sociedade por ações de capital aberto, constituída em 26 de agosto de 2008 com o objetivo de: (i) participação em outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou cotista; (ii) a participação em empreendimentos imobiliários; e (iii) a participação, como cotista, em fundos de investimentos regularmente constituídos. Com o processo de otimização da estrutura societária ocorrido em 2009, o METRÔRIO passou a ser uma empresa de transporte urbano de passageiros. O METRÔRIO detém o direito exclusivo de operar e explorar as concessões das Linhas 1 e 2 do metrô da cidade do Rio de Janeiro. O término do contrato de concessão ocorrerá em 27 de janeiro de 2038.

c) CART

A Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. (“CART”) é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída em 12 de novembro de 2008, cuja atividade exclusiva é a exploração do sistema rodoviário do corredor Raposo Tavares, sob o regime de concessão, do Edital nº 04 do Programa Estadual de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo. O prazo da concessão é de 30 anos.

d) CBN

A Concessionária Bahia Norte S.A. é uma Sociedade de Propósito Específico (“SPE”), de capital fechado, constituída em 29 de junho de 2010, que tem como objeto social, específica e exclusivamente, a exploração e operação do sistema rodoviário composto por trechos das rodovias BA-093, BA-512, BA-521, BA-524, BA-526 e BA-535, seus acessos, faixas de domínio, edificações e terrenos, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas, tudo em conformidade com as condições do contrato de concessão firmado entre o Estado da Bahia, o Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia (“DERBA”), a Agência Estadual de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações do Estado da Bahia (“AGERBA”, em conjunto com o Estado da Bahia e DERBA, o “Poder Concedente”), pelo prazo de 30 anos.

e) CRT

A Concessionária Rio-Teresópolis S.A. sociedade anônima de capital aberto constituída em Assembleia Geral realizada em 7 de novembro de 1995. Suas atividades compreendem, exclusivamente, a exploração, sob forma de concessão, não onerosa, de serviço precedido de obra pública, pelo prazo de 25 anos, teve início em 23 de março de 1996 e portanto término em 22 de março de 2021.

f) CRA

A Concessionária Rota do Atlântico S.A. foi constituída em 10 de junho de 2011, tendo como objetivo a exploração, pelo regime de concessão, e a execução de obras do Complexo Viário e Logístico de SUAPE - “Express Way”, pelo prazo de 35 anos, a partir de novembro de 2011.

g) GRUPAR

Em 6 de fevereiro de 2012, a INVEPAR venceu, em consórcio com a Airports Company South Africa Soc Limited - ACSA, o leilão da concessão de serviços públicos para construção parcial, manutenção e exploração do Aeroporto Internacional Governador André Franco Montoro, na

Cidade de Guarulhos em São Paulo. Para explorar a concessão foi criada a Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. - "GRU AIRPORT" da qual o Consórcio INVEPAR - ACSA, através do Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. - "GRUPAR", possui 51% (sendo 80% da INVEPAR e 20% da ACSA) e 49% são detidos pela INFRAERO, conforme o edital da licitação. Conforme memorando de entendimentos firmado entre INVEPAR e ACSA, a ACSA aumentou sua participação em GRUPAR para 20% de seu capital em outubro de 2015. A concessão terá prazo de 20 anos, podendo ser renovado por mais 5 anos.

h) LAMBRA

A INVEPAR obteve da extinta VPR Brasil Participações S.A., 100% do capital social da Línea Amarilla Brasil Participações S.A. ("LAMBRA"), que por sua vez era detentora de 100% do capital social da Línea Amarilla S.A.C. ("LAMSAC"), uma sociedade com sede no Peru, constituída em 6 de outubro de 2009 com objeto social de construção e exploração de uma via expressa na região metropolitana de Lima, conforme contrato de concessão firmado em 12 de novembro de 2009 junto a Municipalidad Metropolitana de Lima, no Peru, tendo a referida concessão um prazo de 30 anos.

Em 20 de dezembro de 2016, a Companhia concluiu, nos termos dos contratos celebrados em 5 de agosto de 2016, a alienação da totalidade das ações de emissão da LAMSAC e da PEX PERU.

Os valores de venda da LAMSAC e PEX PERU, recebidos na data da conclusão da operação, foram respectivamente R\$4.084.842 e R\$37.115.

Os contratos de compra e venda de ações preveem ainda bônus adicionais no valor de S/.253.037, equivalentes a R\$241.422 na data do balanço, a realizar em até três anos, vinculados ao cumprimento de certas condições. Tais bônus serão contabilizados quando cumpridos os eventos futuros necessários para sua realização.

i) VIARIO

A Concessionária VIARIO S.A. é uma sociedade anônima, constituída em 20 de abril de 2012 e iniciou suas operações em 26 de abril de 2012 de acordo com o Contrato de Concessão firmado com a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro. A VIARIO tem como objetivo a concessão para implantação e exploração da infraestrutura e da prestação de serviço público de operação, manutenção, monitoração e realização de melhorias de Ligação Transolímpica. O prazo da concessão é de 35 anos, contados da data de assinatura do contrato de concessão.

j) PEX

A empresa tinha como objeto social a (i) exploração de serviços acessórios ao setor de transportes e estacionamento, inclusive a administração e intermediação de meio de pagamento de pedágios e estacionamentos; (ii) a realização de cobrança, recebimento, depósito, pagamento e administração de recursos, por conta e ordem dos usuários do serviço; e (iii) aquisição, manutenção, troca, venda, doação, locação e comodato de equipamentos como meio para a realização de suas operações. Em novembro de 2016, suas operações foram descontinuadas e na data-base de 31 de março de 2017 a controlada encontra-se classificada em operações descontinuadas e o resultado de suas operações foi desconsolidado e apresentado na Demonstração do Resultado como resultado de operação descontinuada.

k) VLT

Em 26 de abril de 2013, a Comissão Especial de Licitação da concorrência promovida pelo Município do Rio de Janeiro - Estado do Rio de Janeiro, por meio da Secretaria Municipal da Casa Civil, divulgou o resultado do certame relativo à contratação, em regime de parceria público-privada, na modalidade de concessão patrocinada, dos serviços, fornecimentos e obras de implantação, operação e manutenção de sistema de transporte de passageiros através de Veículo Leve sobre Trilhos ("VLT"), na região portuária e central do Rio de Janeiro, pelo prazo de 25 anos, iniciado a partir da emissão da Ordem de Início.

l) LAMSA

A Linha Amarela S.A. - LAMSA ("LAMSA"), cuja sede está localizada na Avenida Governador Carlos Lacerda S/N, Rio de Janeiro - RJ – Brasil, foi constituída sob forma de sociedade anônima de capital fechado, fundada em 21 de novembro de 1995, e tem como objeto social exclusivamente operar e explorar, através da cobrança de pedágio e outras atividades pertinentes, a concessão outorgada pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro da via denominada Linha Amarela. O prazo da concessão é de 40 anos contados a partir do início das operações, ocorrido em janeiro de 1998, conforme previsto no 11º Termo Aditivo Contratual assinado em 14 de maio de 2010.

m) CLN

A Concessionária Litoral Norte S.A. - CLN ("CLN") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 3 de fevereiro de 2000, com sede na Rodovia 099 BA - Estrada do Coco, Praça do Pedágio, Camaçari - BA. A CLN tem como objeto social operar e explorar, por meio da cobrança de pedágio e outras atividades pertinentes, a concessão da via denominada BA-099, sistema rodoviário Estrada do Coco - Linha Verde, de acordo com o Contrato de Concessão outorgado pelo Departamento de Infraestrutura de Transporte da Bahia - DERBA, em 21 de fevereiro de 2000. O término do contrato de concessão ocorrerá em 20 de março de 2035.

n) METROBARRA

Em 20 de dezembro de 2012, através de Assembleia Geral de Constituição, foi criado o METROBARRA S.A. sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ e tendo como única subscritora de seu capital social a INVEPAR. O METROBARRA iniciou sua operação em 19 de setembro de 2016 e tem por objeto social a locação de bens próprios e a participação em outras sociedades, na qualidade de acionista ou quotista, inclusive como holding.

Em 15 de outubro de 2013, o METROBARRA pagou aos acionistas atuais detentores da concessão da Linha 4 do Metrô (Concessionária Rio Barra S.A. - "CRB") o valor de R\$53.564 a título de opção de compra das ações da CRB.

Dessa forma, a Administração do METROBARRA efetuou a análise e projeção do desempenho operacional e financeiro de seus ativos, tendo como uma das principais premissas, o exercício da opção de compra da totalidade das ações da CRB pelo METROBARRA. A premissa adotada pela Administração no teste de impairment é que o exercício da opção ocorra até meados do exercício social de 2022, alterando assim a composição dos fluxos de caixa projetados do METROBARRA.

o) VIA040

Em 31 de janeiro de 2014 através de Assembleia Geral de Constituição, foi criada a Concessionária BR-040 S.A. com sede na cidade de Nova Lima - MG, tendo como única subscritora de seu capital social a INVEPAR. Em 12 de março de 2014 foi celebrado o contrato de concessão entre a Concessionária BR-040 S.A. ("VIA040") e a União Federal, por intermédio da ANTT, tendo por objeto a contratação, na modalidade de concessão, da recuperação, operação, manutenção, conservação, implantação de melhorias e ampliação do sistema rodoviário BR-040/DF/GO/MG, pelo prazo de 30 anos, podendo ser prorrogado por igual período, iniciado a partir da data da Assunção. Em 30 de julho de 2015, a VIA040 iniciou a cobrança de pedágio.

A Medida Provisória (MP) 752 publicada em 24 de novembro de 2016, convertida na Lei nº 13.448 em 5 de junho de 2017, pelo Governo Federal, estabelece, dentre outras, as diretrizes gerais para a prorrogação e a relicitação dos contratos de parceria definidos nos termos da Lei nº 13.334 de 13 de setembro de 2016, nos setores rodoviário, ferroviários e aeroportuários da administração pública federal. Em 11 de setembro de 2017, a VIA040 protocolou junto a ANTT o pedido de adesão ao processo de relicitação, conforme autorizado, respectivamente, pelo Conselho de Administração da INVEPAR e pelo Conselho de Administração da VIA040 em 8 de setembro de 2017. Até a data de autorização da emissão destas demonstrações contábeis o pedido ainda não havia sido homologado pelo Poder Concedente, razão pela qual a controlada continua fazendo parte do Consolidado do grupo INVEPAR.

Até que se defina um novo vencedor do Leilão da relicitação, do qual, conforme prevê a Lei, a VIA040 e seus acionistas não poderão participar, e que este assuma o sistema rodoviário sob concessão, serão mantidos os serviços de operação e manutenção do trecho sob concessão, regulados por um aditivo contratual ainda não firmado entre a ANTT e a VIA040. Após a emissão do acordo entre as partes, a duração das operações da VIA040 estará limitada ao novo prazo de cumprimento das obrigações definidas neste termo. À VIA040 caberá uma indenização pelos investimentos realizados e ainda não amortizados, conforme prevê a Lei 13.448/17, Lei 8.987/95 (Lei das Concessões) e o Contrato de Concessão.

9. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

A Administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base na divisão de sua gestão e tendo como critério as áreas de atuação de cada uma, sendo agrupados da seguinte forma: (i) rodovias; (ii) mobilidade urbana; (iii) aeroportos; e (iv) holding.

As informações por segmento de negócios, revisadas pela Administração da Companhia e correspondentes a 31 de março de 2018 e 2017, são as seguintes:

	31/03/2018					Consolidado
	Rodovias	Mobilidade Urbana	Aeroportos	Holding	Eliminações (*)	
Receita líquida de serviços	238.560	236.292	475.681	-	-	950.533
Receita de construção	31.152	-	-	-	-	31.152
	269.712	236.292	475.681	-	-	981.685
Custo de serviços prestados	(116.949)	(124.664)	(335.239)	-	-	(576.851)
Custo de construção	(30.854)	-	-	-	-	(30.854)
Lucro bruto	121.910	111.628	140.443	-	-	373.980
Despesas gerais e administrativas	(28.472)	(61.877)	(29.867)	(14.996)	-	(135.211)
Equivalência patrimonial	-	-	(69.719)	(47.577)	114.934	(2.362)
Outras receitas (despesas) operacionais	4.853	30	1.533	(22)	-	6.394
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	98.290	49.782	42.390	(62.595)	114.934	242.801
Receitas financeiras	7.297	10.438	6.618	27.537	(17.283)	34.607
Despesas financeiras	(76.755)	(64.487)	(260.538)	(54.574)	19.099	(437.254)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	28.833	(4.267)	(211.530)	(89.632)	116.749	(159.846)
Imposto de renda e contribuição social	(17.193)	1.676	5.157	-	-	(10.360)
Correntes	(16.790)	3.364	(12)	-	-	(13.439)
Diferidos	(403)	(1.688)	5.169	-	-	3.079
Prejuízo do exercício das operações continuadas	11.640	(2.591)	(206.372)	(89.632)	116.749	(170.207)
Ativos mantidos para venda e operações descontinuadas	(95)	-	-	-	-	(95)
Lucro (prejuízo) do exercício após ativos mantidos para venda	11.545	(2.591)	(206.372)	(89.632)	116.749	(170.302)
Atribuível aos acionistas não controladores	-	-	-	-	(80.670)	(80.670)
Atribuível aos acionistas controladores	11.545	(2.591)	(206.372)	(89.632)	197.419	(89.632)
Informações complementares:						
Depreciação e amortização	(43.235)	(48.275)	(205.462)	(1.438)	-	(298.409)
Provisão para manutenção	(6.479)	-	-	-	-	(6.479)
Adição ao imobilizado	369	1.748	-	427	-	2.544
Adição ao intangível	52.599	18.625	62.361	-	-	133.585

(*) A coluna inclui as eliminações e reclassificações entre segmentos no contexto das Demonstrações Contábeis.

Balço patrimonial em 31 de março de 2018

	Rodovias	Mobilidade urbana	Aeroportos	Holding	Eliminações (*)	Consolidado
Ativo						
Ativo circulante	176.111	388.530	534.833	624.541	(82.800)	1.641.216
Ativos classificados como operações descontinuadas	2.975	-	-	-	-	2.975
Ativo não circulante	4.462.264	3.475.625	15.041.686	3.521.624	(2.657.640)	23.843.558
Total do ativo	4.641.350	3.864.155	15.576.519	4.146.165	(2.740.440)	25.487.749
Passivo e patrimônio líquido						
Passivo circulante	1.315.149	257.632	1.072.737	731.964	(62.971)	3.314.511
Passivos classificados como operações descontinuadas	2.274	-	-	-	-	2.274
Passivo não circulante	1.952.813	2.124.322	15.822.525	850.264	(634.902)	20.115.021
Patrimônio líquido	1.371.115	1.482.201	(1.318.743)	2.563.937	(2.042.567)	2.055.943
Total do passivo e patrimônio líquido	4.641.350	3.864.155	15.576.519	4.146.165	(2.740.440)	25.487.749

(*) A coluna inclui as eliminações e reclassificações entre segmentos no contexto das Demonstrações Contábeis.

	31/03/2017					
	Rodovias	Mobilidade Urbana	Aeroportos	Holding	Eliminações (*)	Consolidado
Receita líquida de serviços	217.616	238.468	410.264	-	-	866.348
Receita de construção	53.481	17.455	-	-	-	70.936
	271.097	255.923	410.264	-	-	937.284
Custo de serviços prestados	(117.881)	(128.536)	(317.664)	-	-	(564.081)
Custo de construção	(52.953)	(17.455)	-	-	-	(70.408)
Lucro bruto	100.263	109.932	92.600	-	-	302.795
Despesas gerais e administrativas	(30.082)	(75.470)	(31.547)	(9.652)	-	(146.751)
Equivalência patrimonial	-	-	-	(126.327)	121.622	(4.705)
Outras receitas (despesas) operacionais	150	(73)	1.227	-	-	1.304
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	70.331	34.389	62.280	(135.979)	121.622	152.643
Receitas financeiras	27.129	10.529	9.495	16.015	(18.622)	44.546
Despesas financeiras	(75.848)	(89.056)	(292.546)	(17.851)	18.622	(456.679)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	21.612	(44.138)	(220.771)	(137.815)	121.622	(259.490)
Imposto de renda e contribuição social	(18.380)	3.686	14.897	-	-	203
Correntes	(14.722)	-	-	-	-	(14.722)
Diferidos	(3.658)	3.686	14.897	-	-	14.925
Prejuízo do exercício das operações continuadas	3.232	(40.452)	(205.874)	(137.815)	121.622	(259.287)
Ativos mantidos para venda e operações descontinuadas	(762)	-	-	-	-	(762)
Lucro (prejuízo) do exercício após ativos mantidos para venda	2.470	(40.452)	(205.874)	(137.815)	121.622	(260.049)
Atribuível aos acionistas não controladores	-	-	(100.775)	-	(20.697)	(121.472)
Atribuível aos acionistas controladores	2.470	(40.452)	(105.099)	-	142.319	(138.577)
Informações complementares:						
Depreciação e amortização	(42.792)	(45.141)	(190.109)	(1.465)	-	(279.507)
Provisão para manutenção	(5.819)	-	-	-	-	(5.819)
Adição ao imobilizado	315	11.490	13	-	-	11.818
Adição ao intangível	79.575	18.225	72.828	106	-	170.734

(*) A coluna inclui as eliminações e reclassificações entre segmentos no contexto das Demonstrações Contábeis.

Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2017

	Rodovias	Mobilidade urbana	Aeroportos	Holding	Eliminações (*)	Consolidado
Ativo						
Ativo circulante	215.587	257.457	364.801	731.155	(78.341)	1.490.658
Ativo mantido para venda	2.261	-	-	796	-	3.057
Ativo não circulante	4.464.220	3.510.408	15.631.815	3.397.405	(3.008.389)	23.995.459
Total do ativo	4.682.068	3.767.865	15.996.616	4.129.356	(3.086.730)	25.489.174
Passivo e patrimônio líquido						
Passivo circulante	1.376.954	676.877	1.087.075	924.518	(79.369)	3.986.057
Passivos classificados como mantidos para venda	2.261	-	-	-	-	2.261
Passivo não circulante	2.000.087	1.618.694	15.649.320	551.268	(544.757)	19.274.612
Patrimônio líquido	1.302.766	1.472.293	(739.779)	2.653.570	(2.462.604)	2.226.245
Total do passivo e patrimônio líquido	4.682.068	3.767.865	15.996.616	4.129.356	(3.086.730)	25.489.174

(*) A coluna inclui as eliminações e reclassificações entre segmentos no contexto das Demonstrações Contábeis.

10. IMOBILIZADO (CONSOLIDADO)

	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação %	31/12/2017	Adições	Baixas	Transferências *	31/03/2018
Custo						
Instalações	13,6	15.959	-	-	-	15.959
Máquinas e equipamentos	9,2	746.981	814	(3)	520	748.312
Móveis e utensílios	9,2	25.964	250	-	-	26.214
Veículos	19,1	33.706	3	-	-	33.709
Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros	6,8	148.568	-	-	-	148.568
Equipamentos de informática	19,6	107.460	628	(48)	-	108.040
Imobilizado em andamento		298.227	539	-	(1.045)	297.721
Outros		3.254	310	-	-	3.564
		1.380.119	2.544	(51)	(525)	1.382.087
Depreciação acumulada						
Instalações		(4.537)	(285)	-	-	(4.822)
Máquinas e equipamentos		(109.329)	(12.875)	-	4	(122.200)
Móveis e utensílios		(15.510)	(732)	-	-	(16.242)
Veículos		(22.649)	(1.392)	-	-	(24.041)
Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros		(21.118)	(3.667)	-	-	(24.785)
Equipamentos de informática		(68.604)	(3.606)	-	-	(72.210)
Outros		(840)	(194)	-	-	(1.034)
		(242.587)	(22.751)	-	4	(265.334)
Imobilizado líquido		1.137.532	(20.207)	(51)	(521)	1.116.753

* O saldo em aberto refere-se a itens transferidos do imobilizado para o grupo de intangível para melhor classificação contábil.

	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação %	31/12/2016	Adições	Baixas	Transferências *	31/12/2017
Custo						
Etiquetas eletrônicas	6,6	274	-	(274)	-	-
Instalações	13,6	15.961	-	(2)	-	15.959
Máquinas e equipamentos	9,2	613.570	4.406	(2.631)	131.636	746.981
Móveis e utensílios	9,2	22.944	1.255	(115)	1.880	25.964
Veículos	19,1	33.698	385	(661)	284	33.706
Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros	6,8	147.858	-	-	710	148.568
Equipamentos de informática	19,6	103.431	2.179	(126)	1.976	107.460
Imobilizado em andamento		352.073	81.614	-	(135.460)	298.227
Outros		2.276	978	-	-	3.254
		1.292.085	90.817	(3.809)	1.026	1.380.119
Depreciação acumulada						
Etiquetas eletrônicas		(244)	(3)	247	-	-
Instalações		(3.222)	(1.315)	-	-	(4.537)
Máquinas e equipamentos		(72.022)	(38.651)	1.332	12	(109.329)
Móveis e utensílios		(10.127)	(5.447)	60	4	(15.510)
Veículos		(16.823)	(6.345)	519	-	(22.649)
Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros		(6.662)	(14.456)	-	-	(21.118)
Equipamentos de informática		(55.264)	(13.368)	36	(8)	(68.604)
Outros		(423)	(409)	-	(8)	(840)
		(164.787)	(79.994)	2.194	-	(242.587)
Imobilizado líquido		1.127.298	10.823	(1.615)	1.026	1.137.532

* O saldo em aberto refere-se a itens transferidos do imobilizado para o grupo de intangível para melhor classificação contábil.

Em 31 de março de 2018, o imobilizado em andamento refere-se basicamente aos investimentos da controlada METROBARRA, como o piloto automático e a sinalização.

Redução do valor recuperável de ativos

De acordo com o CPC01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo imobilizado, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de reconhecimento de perda para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos e não identificou possível desvalorização de seus ativos no período findo em 31 de março de 2018.

A controlada METROBARRA efetuou análise e projeção do desempenho operacional e financeiro de seus ativos, tendo como uma das principais premissas, o exercício da opção de compra da totalidade das ações da CRB pelo METROBARRA, conforme contrato de compra e venda firmado em 23 de novembro de 2012. A premissa adotada pelo METROBARRA no teste de impairment é que o exercício da opção ocorra até fim do exercício social de 2022, alterando assim a composição do seu fluxo de caixa projetado.

11. INTANGÍVEL (CONSOLIDADO)

	31/12/2017	Adições	Baixas	Transferências *	31/03/2018
Custo					
Software	105.186	101	-	846	106.133
Direito de concessão - investimento LAMSA (b)	467.132	4.065	-	1.045	472.242
Direito de concessão - investimento CLN (b)	141.803	-	-	-	141.803
Direito de concessão - investimento CART (b)	2.093.590	3.788	(67)	-	2.097.311
Direito de concessão - outorga CART (a)	634.000	-	-	-	634.000
Direito de concessão - ágio - CART (a)	5.957	-	-	-	5.957
Direito de concessão - investimento METRÓRIO (d)	1.935.822	16.762	(5.421)	(520)	1.946.643
Direito de concessão - outorga METRÓRIO (e)	1.326.979	-	-	-	1.326.979
Direito de concessão - investimento GRU (b)	4.095.454	4.261	-	(846)	4.098.869
Direito de concessão - outorga GRU (c)	14.160.273	58.100	-	-	14.218.373
Direito de concessão - investimento VIA040 (b)	1.657.868	23.566	-	-	1.681.434
Outros	4.661	10.021	-	-	14.682
	26.628.725	120.664	(5.488)	525	26.744.426
Amortização					
Software	(55.659)	(10.578)	-	-	(66.237)
Direito de concessão - investimento LAMSA (b) (até 2037)	(92.623)	(4.871)	-	-	(97.494)
Direito de concessão - investimento CLN (b) (até 2050)	(32.647)	(880)	-	-	(33.527)
Direito de concessão - investimento CART (b) (até 2039)	(354.884)	(18.227)	-	-	(373.111)
Direito de concessão - outorga CART (a) (até 2039)	(185.232)	(5.283)	-	-	(190.515)
Direito de concessão - ágio - CART (a) (até 2039)	(1.677)	-	-	-	(1.677)
Direito de concessão - investimento METRÓRIO (d) (até 2038)	(493.796)	(9.792)	-	(3)	(503.591)
Direito de concessão - outorga METRÓRIO (e) (até 2038)	(568.247)	(12.789)	-	-	(581.036)
Direito de concessão - investimento GRU (b) (até 2032)	(618.363)	(52.504)	-	-	(670.867)
Direito de concessão - outorga GRU (c) (até 2032)	(2.599.798)	(150.798)	-	-	(2.750.596)
Direito de concessão - investimento VIA040 (b) (até 2044)	(75.470)	(9.735)	-	-	(85.205)
Outros	(142)	(201)	-	-	(343)
	(5.078.538)	(275.658)	-	(3)	(5.354.199)
Intangível líquido	21.550.187	(154.994)	(5.488)	522	21.390.227

* O saldo em aberto refere-se a itens transferidos do imobilizado para o grupo de intangível para melhor classificação contábil.

	31/12/2016	Adições	Baixas	Transferências *	31/12/2017
Custo					
Software	101.159	2.363	-	1.664	105.186
Direito de concessão - investimento LAMSA (b)	448.271	18.861	-	-	467.132
Direito de concessão - investimento CLN (b)	139.923	39	(1)	1.842	141.803
Direito de concessão - investimento CART (b)	1.900.802	194.214	(1.426)	-	2.093.590
Direito de concessão - outorga CART (a)	634.000	-	-	-	634.000
Direito de concessão - ágio - CART (a)	5.957	-	-	-	5.957
Direito de concessão - investimento METRÓRIO (d)	1.871.863	74.758	(4.846)	(5.953)	1.935.822
Direito de concessão - outorga METRÓRIO (e)	1.326.979	-	-	-	1.326.979
Direito de concessão - investimento GRU (b)	4.038.666	59.682	(2.197)	(697)	4.095.454
Direito de concessão - outorga GRU (c)	13.918.432	241.841	-	-	14.160.273
Direito de concessão - investimento VIA040 (b)	1.435.849	222.303	-	(284)	1.657.868
Outros	280	2.340	(361)	2.402	4.661
	<u>25.822.181</u>	<u>816.401</u>	<u>(8.831)</u>	<u>(1.026)</u>	<u>26.628.725</u>
Amortização					
Software	(40.413)	(15.246)	-	-	(55.659)
Direito de concessão - investimento LAMSA (b) (até 2037)	(75.320)	(17.303)	-	-	(92.623)
Direito de concessão - investimento CLN (b) (até 2050)	(29.177)	(3.470)	-	-	(32.647)
Direito de concessão - investimento CART (b) (até 2039)	(283.874)	(71.195)	185	-	(354.884)
Direito de concessão - outorga CART (a) (até 2039)	(164.099)	(21.133)	-	-	(185.232)
Direito de concessão - ágio - CART (a) (até 2039)	(1.476)	(201)	-	-	(1.677)
Direito de concessão - investimento METRÓRIO (d) (até 2038)	(443.330)	(50.466)	-	-	(493.796)
Direito de concessão - outorga METRÓRIO (e) (até 2038)	(501.725)	(66.529)	7	-	(568.247)
Direito de concessão - investimento GRU (b) (até 2032)	(425.089)	(193.274)	-	-	(618.363)
Direito de concessão - outorga GRU (c) (até 2032)	(2.037.901)	(561.897)	-	-	(2.599.798)
Direito de concessão - investimento VIA040 (b) (até 2044)	(36.608)	(38.862)	-	-	(75.470)
Outros	(140)	(2)	-	-	(142)
	<u>(4.039.152)</u>	<u>(1.039.578)</u>	<u>192</u>	<u>-</u>	<u>(5.078.538)</u>
Intangível líquido	<u>21.783.029</u>	<u>(223.177)</u>	<u>(8.639)</u>	<u>(1.026)</u>	<u>21.550.187</u>

* O saldo em aberto refere-se a itens transferidos do imobilizado para o grupo de intangível para melhor classificação contábil.

A amortização dos direitos de uso de software é calculada pelo método linear, considerando a sua utilização efetiva e não supera o prazo de cinco anos.

O grupo INVEPAR tem realizado ampliações e melhorias nas concessões que opera. Tendo em vista que tais obras foram financiadas com capital de terceiros, a Companhia efetuou a capitalização dos juros referentes aos montantes que foram usados nas obras, obedecendo aos critérios de aplicação dos recursos. O valor dos juros capitalizados nos empréstimos, financiamentos e debêntures durante o trimestre findo em 31 de março de 2018 foi de R\$15.951 (R\$72.049 em 31 de dezembro de 2017).

- (a) Outorga CART - Com a assinatura do contrato de concessão, a controlada CART se comprometeu a desembolsar o valor de R\$634.000 em conta a favor do DER/SP, a título de outorga fixa, já liquidado. O valor de R\$5.957 refere-se ao ágio pago na aquisição do controle da CART. O valor do direito de concessão foi determinado com base em laudo elaborado por empresa independente para determinação do valor justo dos ativos e passivos adquiridos.
- (b) Investimentos - Direitos de concessão decorrentes dos investimentos realizados por cada controlada na infraestrutura da concessão, os quais, são obrigações dos respectivos contratos de concessão.
- (c) Outorga GRU AIRPORT - Com a assinatura do contrato de concessão, a Concessionária se comprometeu a desembolsar o total de R\$16.213.000 com parcelas anuais de R\$810.650, sendo o saldo corrigido desde fevereiro de 2012, mês de realização da sessão pública do leilão, pelo IPCA-IBGE, em conta a favor do FNAC (Fundo Nacional de Aviação Civil), a título de outorga fixa.

Segundo orientações contidas no OCPC 05, a outorga fixa foi reconhecida e ajustada a valor presente, terá sua amortização de acordo com a evolução da curva estimada de passageiros e as

despesas financeiras provenientes da atualização serão capitalizadas em função da curva de investimentos no ativo não circulante. A capitalização será realizada proporcionalmente à finalização de cada fase.

- (d) Renovação/extensão do direito de concessão referente às outorgas principal e suplementar para o segundo período de concessão da controlada METRÔRIO. Através do Sexto Aditivo o METRÔRIO e o poder concedente acordaram, dentre outras medidas, prorrogar, sob condição resolutiva, o prazo do Contrato, passando a Concessão a vigorar até 27 de janeiro de 2038. A prorrogação da Concessão se deu em contrapartida a investimentos a serem realizados pela Concessionária, conforme os termos do Parágrafo 3º da Cláusula 9ª do Aditivo. Os investimentos são reconhecidos no Ativo intangível a medida em que são realizados.
- (e) Outorga METRÔRIO - Direito de concessão referente à outorga principal e outorga suplementar. O montante referente ao Ativo intangível - Direito de concessão “Outorga principal” é de R\$231.196 e a “Outorga suplementar” é de R\$162.940, totalizando R\$394.136. O valor de R\$932.843 refere-se ao direito de concessão adquirido que foi determinado com base em laudo elaborado por empresa independente para determinação do valor justo dos respectivos ativos e passivos adquiridos.

De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada pelo período da concessão, considerando se tratar de ativo intangível com prazo de vida útil definida.

As principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são como segue:

- Receitas

As receitas foram projetadas pelo período da concessão, considerando o crescimento da base de clientes da Unidade Geradora de Caixa.

- Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas foram projetados em linha com o desempenho histórico da controlada, bem como com o crescimento das receitas.

- Investimentos de capital

Os investimentos em bens de capital foram estimados considerando a infraestrutura necessária para viabilizar a oferta dos serviços, com base, principalmente, nas obrigações contratuais e no histórico da concessão.

As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da controlada e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

- Prazo de amortização

A amortização do intangível referente às concessões é linear, exceto GRU AIRPORT que é amortizada pela curva de passageiros, de acordo com o número de dias restantes para o final do período de cada concessão. O valor é registrado na conta de custo de amortização da concessão no custo operacional e a contrapartida é a conta de amortização acumulada no ativo intangível.

Redução do valor recuperável de ativos

De acordo com o CPC01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de reconhecimento de perda para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetuou análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos e não identificou possível desvalorização de seus ativos no período findo em 31 de março de 2018.

Especificamente, com relação a VIA040, a Administração da controlada efetuou teste de recuperabilidade dos seus ativos, comparando o valor contábil com o valor recuperável, tendo como premissa-chave a pretensão da VIA040 na relicitação do Contrato de Concessão dos trechos rodoviários da BR-040/DF/GO/MG dentro dos próximos exercícios sociais, fundamentados pela publicação da Lei 13.448/17 (originada da MP 752), conforme citado na Nota explicativa 1.a. Tal premissa tem como entendimento a total recuperabilidade dos montantes investidos e não depreciados ou amortizados pela concessionária até o momento da referida relicitação. Cabe ressaltar que tais premissas serão revisadas periodicamente considerando o progresso das discussões e tramitações em torno das regulamentações da Lei 13.448/17, em conjunto com as tomadas de decisões da Administração da Companhia. Em 31 de março de 2018 não foram identificadas evidências de ativos intangíveis com custos registrados superiores aos seus valores de recuperação.

12. FORNECEDORES

	Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017
Fornecedores nacionais	165.698	240.347
Fornecedores internacionais	19.106	20.695
Circulante	184.804	261.042
Fornecedores nacionais	5.379	5.615
Não circulante	5.379	5.615

13. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES (CONSOLIDADO)

Empresa	Tipo / Credor	Moeda	Vencimento	Indexador	Encargos anuais	Garantia	Total circulante	Total não circulante	31/03/2018	31/12/2017
CART	BNDES e outros	Real	mar/21 a mar/25	TJLP e TRB*	2,45%	(b)	122.606	484.257	606.863	682.839
CART	Debêntures	Real	dez-24	IPCA	5,8% e 6,05%	(b)	37.073	976.392	1.013.465	989.651
CART	(-) Custo de captação	Real	dez-24	-	-	-	(5.388)	(38.558)	(43.946)	(45.216)
CLN	BNB II	Real	dez-24	CDI	4,12%	(b)	4.693	26.787	31.480	32.573
CLN	(-) Custo de captação	Real	dez-24	-	-	-	(55)	(154)	(209)	(223)
GRU AIRPORT	BNDES e outros	Real	dez/18 a dez/27	TJLP	2,88% e 3,40%	(b)	222.494	2.646.319	2.868.813	2.900.880
GRU AIRPORT	Debêntures	Real	dez/25 e out/26	IPCA	6,40% e 7,86%	(b)	61.775	694.310	756.085	747.754
GRU AIRPORT	(-) Custo de captação	Real	dez-25	-	-	-	(708)	(6.787)	(7.495)	(7.732)
LAMSA	Debêntures	Real	mai-27	TR	10%	(b) e (e)	37.088	263.186	300.274	308.407
LAMSA	ITA U/SANTANDER	Real	mar-20	USD	-	(b)	22.652	13.045	35.697	52.122
LAMSA	(-) Custo de captação	Real	mai-27	USD	-	-	(21)	-	(21)	(39)
METRÓRIO	BNDES	Real	out-24	TJLP	1,72% e 1,92%	(b) e (d)	39.741	198.278	238.019	246.520
METRÓRIO	FINEP	Real	jan-18	Fixa	5,25% e 8,25%	(d)	-	-	-	267
METRÓRIO	Caixa Econômica	Real	jun-34	TR	7,80%	(b) e (d)	10.498	231.036	241.534	243.814
METRÓRIO	Capital de giro	Dólar	mar-18	-	-	(a)	-	-	-	110.929
METRÓRIO	Debêntures	Real	mar-23	CDI	9,70%	(a)	-	552.671	552.671	282.129
METRÓRIO	BB	Real	ago-18	CDI	17,57%	(a)	-	-	-	18.000
METRÓRIO	(-) Custo de captação	Real	jun-34	-	-	-	(59)	(6.268)	(6.327)	(594)
METROBARRA	Debêntures	Real	dez-29	TR	9,19%	(d)	25.287	979.440	1.004.727	1.008.955
METROBARRA	(-) Custo de captação	Real	dez-29	-	-	-	-	(1.827)	(1.827)	(1.866)
VIA040	BNDES	Real	out-24	TJLP	2% a 6%	(c)	947.104	7.083	954.187	964.729
VIA040	(-) Custo de captação	Real	out-24	-	-	-	(11.320)	-	(11.320)	(11.320)
INVEPAR	Debêntures	Real	dez/18 e out/24	IPCA	12%	(b)	689.573	460.614	1.150.187	1.104.878
							2.203.033	7.479.823	9.682.856	9.627.457
							-	(157.659)	(157.659)	(137.469)
							2.203.033	7.322.165	9.525.197	9.489.988

(a) Sem Garantia.

(b) Garantia de Projeto (representado pelo i)

(c) Fiança Bancária.

(d) Fiança ou Aval do Acionista.

(e) Fiança de uma subsidiária.

i Garantia de Projeto: Penhor de ações e/ou Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios, e/ou Cessão Fiduciária dos Direitos Emergentes, Alienação Fiduciária de Ativos Financeiros e/ou Conta Reserva.

(*) TRB - Taxa de Referência do BNDES indexada ao IPCA

	Total circulante	Total não circulante	31/03/2018
Empréstimos	1.355.544	3.508.965	4.864.509
Debêntures	847.489	3.813.200	4.660.689
	2.203.033	7.322.165	9.525.198

	Total circulante	Total não circulante	31/12/2017
Empréstimos	1.498.309	3.641.742	5.140.051
Debêntures	1.295.951	3.053.986	4.349.937
	2.794.260	6.695.729	9.489.988

Empresas	31/12/2017	Captação	Pagamento		Provisão juros	Juros capitalizados	Custo de captação amortizado	Custo de captação incorrido	Variação cambial e monetária	Parte Relacionada	31/03/2018
			Principal	Juros *							
INVEPAR	1.104.879	-	-	(54.557)	100.080	-	(215)	-	-	-	1.150.187
LAMSA	360.490	-	(23.773)	(7.724)	7.026	-	-	-	(70)	-	335.949
CLN	32.350	-	(972)	(318)	211	-	-	-	-	-	31.271
CART	1.627.273	-	(59.833)	(33.854)	28.067	-	-	1.270	13.458	-	1.576.381
METRÓRIO	901.065	550.000	(417.780)	(23.231)	16.300	-	(5.734)	-	2.157	3.120	1.025.897
METROBARRA	1.007.089	-	(4.567)	(21.119)	21.460	-	-	38	-	-	1.002.901
GRUPAR	3.640.902	-	(41.965)	(69.626)	87.469	386	-	236	-	-	3.617.402
VIA040	953.409	-	(12.189)	(18.457)	2.853	15.565	8.297	(8.297)	1.688	-	942.869
Total dívida	9.627.457	550.000	(561.079)	(228.886)	263.466	15.951	2.348	(6.753)	17.233	3.120	9.682.857
Aplicações financeiras	(137.469)										(137.469)
Dívida líquida	9.489.988										9.525.198

Empresas	31/12/2016	Captação	Pagamento		Provisão juros	Juros capitalizados	Custo de captação amortizado	Custo de captação incorrido	Variação cambial e monetária	Parte Relacionada	31/12/2017
			Principal	Juros *							
INVEPAR	-	1.084.108	-	-	62.071	-	-	208	1.494	(43.002)	1.104.879
LAMSA	424.829	-	(65.763)	(29.917)	32.853	-	-	132	(1.644)	-	360.490
CLN	39.176	-	(6.770)	(1.565)	1.288	-	-	221	-	-	32.350
CART	1.724.114	40.098	(199.705)	(123.703)	140.768	-	-	5.313	40.388	-	1.627.273
METRÓRIO	974.270	18.000	(111.018)	(85.001)	80.357	-	(2.571)	-	31.169	(4.141)	901.065
METROBARRA	980.470	-	(8.120)	(76.475)	111.045	-	-	169	-	-	1.007.089
GRUPAR	3.565.996	107.220	(84.658)	(310.950)	358.565	1.886	-	2.843	-	-	3.640.902
VIA040	959.788	-	(29.452)	(76.555)	16.593	70.163	(48.182)	61.054	-	-	953.409
Total dívida	8.668.643	1.249.426	(505.486)	(704.166)	803.540	72.049	(50.753)	69.940	71.407	(47.143)	9.627.457
Aplicações financeiras	(114.296)										(114.296)
Dívida líquida	8.554.347										9.489.988

*Por se tratar de custos de obtenção de recursos financeiros para financiamento de construção, os juros pagos estão classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento.

Segue abaixo a composição dos empréstimos, financiamentos e debêntures de longo prazo por ano de vencimento:

2019	143.181
2020	430.475
2021	517.213
2022	693.245
2023	782.502
2024	835.029
2025	704.565
2026	515.519
2027	415.006
2028	346.944
2029 em diante	1.938.486
	<u>7.322.165</u>

Cláusulas restritivas

Empresa	Dívida	Covenants	Limite	Apuração	
LAMSA	2ª Emissão de Debêntures (CEF)	ICSD	$\geq 1,3$	Anual	
		DL/EBITDA	≤ 2	Trimestral*	
		EBITDA/DFL	$\geq 1,5$	Trimestral*	
	Itaú BBA	ICSD	$\geq 1,3$	Anual	
		DL/EBITDA	≤ 2	Trimestral*	
		Santander	DL/EBITDA	$\leq 3,0$	Anual**
	DL/EBITDA		$\leq 2,0$	Anual***	
	CART	2ª Emissão de Debêntures/BNDES	ICSD	$\geq 1,2$	Semestral
			PL/AT	$> 20\%$	Semestral
METRÔRIO	Pró Transporte (CEF)	ICSD	≥ 1	Anual	
		BNDES	≥ 2	Anual	
	HSBC/CITIBANK	DIVIDA			
		LIQUIDA/EBITDA	$< 3,50$	Trimestral	
INVEPAR	Debêntures e Nota Promissória	CS/(CS+DL)	$\geq 25\%$	Anual	
		ICSD	$\geq 1,3$	Anual	
		DL/EBITDA	$\geq 7,5$	Anual até dez/2017	
		DL/EBITDA	$\geq 6,5$	Anual até dez/2018	
		DL/EBITDA	$\geq 5,5$	Anual até dez/2019	
METROBARRA	3ª Emissão de debêntures	DL/EBITDA	$\geq 4,5$	Anual até dez/2020	
		DL/EBITDA	$\geq 3,5$	Anual até dez/2021	
		DL/EBITDA	≥ 3	Anual até dez/2022	
		DL/EBITDA	$\geq 2,5$	Anual até dez/2023	
		DL/EBITDA	≥ 2	Anual a partir de jan/2024	

(*) A quebra do Covenants só ocorrerá no caso de descumprimento do índice no período de 12 meses.

(**) Resultado financeiro líquido.

(***) O Covenants a partir dezembro de 2017.

Em 31 de março de 2018, as cláusulas restritivas existentes nos contratos de empréstimos ou debêntures foram atendidas.

INVEPAR

Em 15 de outubro de 2015, foi realizada a 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real adicional, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos e sob o regime misto de colocação, mediante a emissão de 200.000 debêntures da Companhia, com valor nominal unitário de R\$10, totalizando R\$2.000.000 e tendo vencimento em 15 de outubro 2024. Parte dos recursos obtidos foi utilizada para o pré-pagamento de dívidas existentes - 2ª Emissão de Debêntures da Companhia, 1ª e 2ª Emissões de Notas Promissórias Comerciais da Companhia e de Cédulas de Crédito Bancário - no montante equivalente a

R\$1.200.000, acrescidos dos juros correspondentes até a presente data e, a outra parte, para a realização de investimentos, direta ou indiretamente, em empresas nas quais a INVEPAR possui participação acionária.

Em 29 de dezembro de 2016, a INVEPAR efetuou o resgate antecipado de 168.626 debêntures da sua 3ª emissão de debêntures, com pagamento total de R\$2.106.957. O restante da emissão foi adquirido pela LAMBRA no mercado secundário pagando o montante de R\$390.960 pelas 31.374 debêntures, de forma que essas debêntures estão mantidas em tesouraria no grupo INVEPAR, não integrando o endividamento consolidado.

Em 24 de outubro de 2017, a Companhia informou ao mercado que o Conselho de Administração aprovou em 18 de outubro de 2017 a venda de até a totalidade das debêntures da 3ª emissão da Companhia detida por sua subsidiária integral LAMBRA aos acionistas da Companhia. A liquidação da venda de 15.684 debêntures no montante de R\$219.270, que representa 49,9% de sua totalidade, ocorreu em 24 de outubro de 2017. Esta operação visa prover recursos para que a Companhia realize os aportes necessários em suas subsidiárias em virtude de compromissos contratados, viabilizando no curto prazo a continuidade do plano de investimento das subsidiárias e preservação do valor econômico do grupo INVEPAR. No dia 11 de dezembro de 2017, a Mubadala Consultoria Financeira Ltda. (“Mubadala”), adquiriu 15.690 debêntures da 3ª emissão de debêntures da INVEPAR, no valor bruto de R\$223.652. Além da transferência da custódia das debêntures, LAMBRA e Mubadala firmaram um contrato de compra e venda das debêntures cujo vencimento se dará em dezembro de 2018.

Em 11 de dezembro de 2017, a INVEPAR realizou a 4ª emissão de debêntures conversíveis em ações ordinárias e preferenciais, da espécie quirografária, com garantia real adicional, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos, sob regime de melhores esforços de colocação, mediante a emissão 80.000 debêntures da Companhia, com valor nominal unitário de R\$10, totalizando o valor nominal de R\$800.000. As debêntures terão prazo de vigência de 12 meses contados da data de emissão, vencendo, portando em 11 de dezembro de 2018. Na mesma data a Mubadala, por meio de suas afiliadas, integralizou o valor nominal de R\$650.000, no âmbito da 4ª emissão de debêntures, totalizando um investimento no valor de R\$873.652.

GRU AIRPORT

a) Em 28 de janeiro de 2014, foi aprovada a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em regime de garantia firme de colocação, para distribuição pública, estruturada de acordo com a Instrução CVM 476, no valor de R\$ 300.000, emitidas em quatro séries, com valor nominal unitário de R\$ 1 cada, totalizando 300.000 debêntures (75.000 debêntures para cada série). Os recursos obtidos por meio desta emissão foram utilizados para suportar os investimentos na ampliação da infraestrutura do Aeroporto. A atualização monetária sobre o valor unitário das debêntures ocorre através da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), além dos juros remuneratórios de 7,86% a.a, correspondente a 1ª emissão.

b) Em 8 de agosto de 2014, foi aprovada a segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em regime de garantia firme de colocação, para distribuição pública, estruturada de acordo com a Instrução CVM 400, no valor de R\$ 300.000, emitidas em série única, com valor nominal unitário de R\$1 cada, totalizando 300.000 debêntures. A atualização monetária sobre o valor unitário das debêntures ocorre através da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), além dos juros remuneratórios de 6,40% a.a., correspondente a 2ª emissão.

c) Em 28 de abril de 2016, GRU AIRPORT utilizou o montante de R\$50.000 da conta garantida, com a finalidade de limite de crédito rotativo, com juros remuneratórios obtidos pela composição da taxa CDI Cetip e sobrepreço efetivo anual, incidentes sobre a média aritmética simples dos saldos devedores diários.

d) No exercício de 2017, a Concessionária captou R\$107.220 referentes à liberação da linha de investimento do financiamento de longo prazo do BNDES de R\$77.220 e captação de capital de giro junto ao Bando Daycoval de Cédula de Crédito Bancário no montante de R\$30.000.

LAMSA

a) Durante o prazo de vigência das debêntures será considerada um evento de inadimplemento a não observância e não manutenção dos seguintes índices financeiros mínimos, a partir da data de emissão: (1) EBITDA/Despesas Financeiras Líquidas limite mínimo 1,5 (um inteiro e cinco décimos); (2) Dívida Líquida / EBITDA limite máximo 2,0 (dois inteiros); e (3) ICSD limite mínimo 1,3 (um inteiro e três décimos). A falta de cumprimento pela LAMSA dos índices anteriormente mencionados somente ficará caracterizada quando verificada nas suas informações financeiras trimestrais e auditadas por, no mínimo, 2 (dois) trimestres civis consecutivos, ou, ainda, por 2 (dois) trimestres civis não consecutivos dentro de um período de 12 (doze) meses.

b) Em 7 de agosto de 2015, a LAMSA captou empréstimo em moeda estrangeira sob o amparo da Lei 4.131, no valor de USD14,320 sendo o dólar de início USD3,49 equivalente a R\$50.000. O empréstimo tem remuneração de 3,2980% ao ano acrescido de variação cambial e Imposto de Renda de 17,6471%. Para esta operação apresentou como Garantia de Cessão Fiduciária – Recebíveis – Swap próprio e foram adquiridas pelo Itaú BBA Internacional PLC. O prazo de vencimento do empréstimo é de três anos, contados da data de emissão, vencendo, portanto, em 7 de agosto de 2018. Os juros remuneratórios são pagos semestralmente durante o período de carência, a partir do 6º (sexto) mês contado da data de emissão, inclusive. O primeiro pagamento ocorreu em 10 de fevereiro de 2016 e o último pagamento será na data de vencimento do empréstimo. O prazo de pagamento do principal é equivalente ao da remuneração a partir do 12º (décimo segundo) mês contado da data de emissão.

c) Em 14 de março de 2016, a LAMSA captou empréstimo em moeda estrangeira sob o amparo da Lei 4.131, no valor de USD13,736 sendo o dólar de início USD3,64 equivalente a R\$50.000. O empréstimo terá remuneração de 5,1615% ao ano acrescido de variação cambial e Imposto de Renda de 17,6471%. Para esta operação apresentou como Garantia de Cessão Fiduciária – Recebíveis – Swap próprio e foram adquiridas pelo Banco Santander (Brasil) S.A.. O prazo de vencimento do empréstimo é de quatro anos, contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 16 de março de 2020. Os juros remuneratórios serão pagos semestralmente durante o período de carência, a partir do 6º (sexto) mês contado da data de emissão, inclusive. O primeiro pagamento ocorreu em 14 de setembro de 2016 e o último pagamento será na data de vencimento do empréstimo. O prazo de pagamento do principal ocorrerá a partir do 12º (décimo segundo) mês contado da data de emissão, após o período de carência.

METRÔRIO

a) Em 12 de março de 2014, foi celebrado um Contrato de Abertura de Crédito e Outras Avenças com o Citibank N.A., especificamente destinado para fins societários em geral, incluindo, mas não se limitando a reforço de seu capital de giro, no valor de US\$ 36,389, em parcela única, os juros incidirão sobre o saldo devedor do principal, calculados à taxa de 2,2313 a.a., pagos em parcela única. Parte do principal foi pago em 11 de março de 2016 e o restante quitado em março de 2018.

b) Em 11 de março de 2016, foi celebrado um Aditivo ao Contrato de Abertura de Crédito e Outras Avenças entre o METRÔRIO e o Citibank N.A., no valor US\$37,736 perfazendo o montante de R\$140.000. Os juros incidirão sobre o saldo devedor do principal, calculados à taxa de 2,7000 a.a., em 2 parcelas pagáveis em 13 de março de 2017 e 12 de março 2018. A forma de pagamento do principal será a partir de 366 dias contados da data de desembolso em 2 parcelas consecutivas, nas datas de 13 de março 2017 e 12 de março de 2018 (já liquidado).

c) Em 16 de novembro de 2016, foi celebrado o Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública da 7ª Emissão de Debêntures simples, com Esforços Restritos do METRÔRIO, em regime de garantia firme.

As Debêntures foram objeto de Oferta Restrita, sob regime de garantia firme de subscrição a serem outorgada ao METRÔRIO pelo Banco Bradesco S.A.. A Emissão foi realizada em 16 de novembro de 2016, e composta por 10.000 Debêntures, com valor nominal unitário de R\$10.000,00, perfazendo o montante de R\$100.000. O prazo de vencimento das Debêntures será de 18 meses contados da Data de Emissão, que serão liquidadas em 16 de maio de 2018.

d) Em 8 de março de 2012 foi celebrado o contrato de abertura de crédito nº 330.900.489 com o Banco do Brasil S.A. que previa um limite de crédito de R\$18.000. Com vencimento em 08 de fevereiro de 2012, o contrato é prorrogado por períodos de 90 dias, sendo o próximo vencimento em 7 de julho de 2017. Em 6 de fevereiro de 2017, com objetivo de atender a demanda de fluxo de caixa, foi liberado o crédito de R\$ 18.000. Os juros incidirão sobre o saldo devedor, calculados hoje à taxa de 144,87% do CDI a serem debitados mensalmente no último dia útil de cada mês.

e) Em 12 de março de 2018, foi celebrado o Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública da 8ª Emissão de Debêntures, composta por 55.000 Debêntures, com valor nominal unitário de R\$10, perfazendo o montante de R\$550.000. O prazo de vencimento das Debêntures será de 60 meses contados da Data de Emissão, a ser liquidado em 13 de março de 2023.

CART

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 9 de novembro de 2012, foi aprovada a realização da segunda emissão de debêntures simples da CART, não conversíveis em ações, de acordo com a Instrução CVM nº 400.

Foram emitidas 750.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$1,00, totalizando R\$750.000. A emissão se deu em duas séries, sendo que para a primeira série foram emitidas 380.000 debêntures e para a segunda série foram emitidas 370.000 debêntures.

As debêntures terão prazo de vencimento de 12 anos, vencendo-se, portanto, em 15 de dezembro de 2024 e incidirão juros remuneratórios, prefixados correspondentes a 5,80% a.a. para as debêntures da primeira série, e 6,05% a.a. para as debêntures da segunda série.

Os juros remuneratórios são pagos anualmente, a partir da data de emissão, sempre no dia 15 do mês de dezembro, tendo o primeiro pagamento ocorrido em 15 de dezembro de 2013.

As debêntures emitidas não possuem cláusula de repactuação.

Os encargos financeiros incorridos da captação das debêntures no montante de R\$59.008 estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. O saldo a apropriar em 31 de março de 2018 é de R\$43.946 (R\$45.216 em 31 de dezembro de 2017).

Em 10 de fevereiro de 2011, a CART assinou contrato com o BNDES convertendo a captação inicial da modalidade Ponte para Sênior. A primeira liberação, referente ao “Subcrédito A”, no montante de R\$377.575, ocorreu em 15 de fevereiro de 2011. Parcela deste empréstimo, no montante de R\$273.637 foi utilizado para quitação do valor original, juros e comissão do empréstimo ponte, restando o valor líquido de R\$103.938. Subcrédito A vem sendo pago em 114 parcelas mensais e consecutivas, sendo a primeira em 15 de outubro de 2011. Sobre o montante da dívida incidem juros de 2,45% a.a. acima da TJLP. O crédito foi posto à disposição da CART a medida que as comprovações de aplicação dos recursos anteriormente liberados foram feitas. Do montante total contratado de R\$1.052.242, foi liberado pelo BNDES R\$1.039.487 até 31 de março de 2018 (R\$1.039.487 até 31 de dezembro de 2017), restando um saldo a liberar de R\$12.755.

VIA040

a) Em 10 de setembro de 2014, a VIA040 firmou contrato de financiamento mediante abertura de crédito junto ao BNDES, no montante total de R\$965.750, dividido em dois subcréditos: “A” R\$717.130 e “B” R\$248.620, destinado à prestação de serviço público de recuperação, conservação, implantação de melhorias e ampliação de capacidade da rodovia BR 040. Sobre o principal da dívida incidem juros de 2,0% a.a. mais TJLP.

Originalmente, o principal e o juros da dívida seriam pagos ao BNDES em prestação única, no valor principal vincendo da dívida, que vencia em 15 de março de 2016 e que havia sido postergado para 15 de novembro de 2016 e depois para 15 de maio de 2017

A VIA040 renegociou com o BNDES novo prazo de vencimento para 15 de novembro de 2017, com inclusão de mecanismo de repactuação automática da dívida com prazo final em 15 de maio de 2019, desde que cumpra determinados requisitos firmados entre as partes. A partir de 15 de maio de 2017, a VIA040 encerrará o período de carência do financiamento e, conforme o novo acordo, iniciará a amortização do principal do saldo devedor em parcelas mensais e sucessivas, no valor de 1/240 do saldo devedor, no período compreendido entre 15 de junho de 2017 (inclusive) e 15 de outubro de 2017 (inclusive), juntamente com as prestações dos juros incorridos em cada período. Os juros incididos após o dia 15 de novembro de 2016 estão sendo pagos mensalmente desde dia 15 de dezembro de 2016.

As liberações ocorridas, referentes aos subcréditos A e B, foram as seguintes:

Subcrédito	Data	Montante
A	22 de setembro de 2014	R\$322.000
	26 de dezembro de 2014	R\$190.000
	22 de maio de 2015	R\$117.000
	27 de agosto de 2015	R\$22.814
	24 de setembro de 2015	R\$65.403
B	25 de janeiro de 2016	R\$83.085
	27 de janeiro de 2016	R\$77.394

Como garantia ao fiel cumprimento das obrigações da VIA040 para com o BNDES, a INVEPAR, alienou fiduciariamente, por meio de Contrato de Penhor de Direitos Creditórios, as ações que

detêm da VIA040 como garantia ao pagamento do Empréstimo PONTE, aos bancos fiadores da operação.

Este contrato possui cláusulas de vencimento antecipado atreladas a inadimplência, indicadores profissionais ou societários e também está sujeito às cláusulas aplicáveis aos contratos do BNDES. Em 31 de março de 2018, todas as cláusulas de vencimento antecipado foram atendidas.

O contrato de empréstimo PONTE celebrado com o BNDES, prevê como hipótese de vencimento cruzado do débito a extinção do Contrato de Concessão. O contrato de prestação de fiança celebrado pela VIA040 com Banco do Brasil S.A., Banco Bradesco S.A., Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG, Itaú Unibanco S.A., Banco Bradesco BBI S.A. e BB Banco de Investimentos S.A., para garantia do empréstimo PONTE BNDES, prevê a possibilidade de exigência de substituição e/ou devolução antecipada das cartas de fiança em vigor, caso (i) seja declarado o vencimento antecipado de obrigações pecuniárias da VIA040 e/ou da INVEPAR, na qualidade de interveniente-garantidora, com os fiadores e seus controladores e/ou qualquer de suas controladas e coligadas; (ii) constatado o vencimento antecipado de quaisquer obrigações pecuniárias da VIA040, na qualidade de afiançada, com terceiros em valor individual ou agregado superior a R\$10.000 ou (iii) ocorra o vencimento antecipado de quaisquer obrigações pecuniárias da INVEPAR, na qualidade de interveniente garantidora, com terceiros em valor individual ou agregado superior a R\$50.000.

METROBARRA

a) Em 22 de dezembro de 2015, o METROBARRA realizou a quarta emissão de debêntures privadas, com esforços restritos no valor de R\$600.000.

Tais debêntures não eram conversíveis em ações e não possuíam cláusula de repactuação. As debêntures foram remuneradas a CDI + 3,5% ao ano, e tinha vencimento em 21 de maio de 2016 e eram garantidas pela alienação fiduciária das ações do METROBARRA.

Em 12 de maio de 2016, o METROBARRA assinou junto à CEF o boletim de subscrição para emissão de debêntures no montante de R\$932.861, no qual o principal objetivo é a quitação das debêntures no montante de R\$600.000.

Em 13 de maio de 2016, os recursos foram liberados pela CEF, equalizando assim, a estrutura de capital do METROBARRA.

Em 21 de junho de 2016, o METROBARRA cumpriu as condições precedentes de desbloqueio comprovando que todos os valores da 1ª liberação foram desembolsados conforme as regras da escritura das debêntures e com isso conseguiu a liberação de R\$900.100 para conta de livre movimentação, equalizando assim, a estrutura de capital do METROBARRA.

Aplicações financeiras vinculadas

Em decorrência da Companhia dispor de um direito legalmente executável para liquidar pelo montante líquido os ativos e passivos financeiros e da administração da Companhia ter a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente, nos termos do CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação, a Companhia classificou em 31 de março de 2018 as aplicações financeiras vinculadas a dívida no montante de R\$157.659 conforme abaixo:

METRÔRIO

- R\$25.243, referem-se à aplicação em fundo de investimento junto a instituição Itaú BBA para garantir os empréstimos contratados em 6 de fevereiro de 2009 e 16 de setembro de 2009 junto ao BNDES e aplicação em CDB junto a Caixa Econômica Federal para garantir o financiamento contratado em 30 de junho de 2010.

CLN

- R\$2.106, referem-se a aplicações em CDB do Banco do Nordeste do Brasil e mantidas até o vencimento pela controlada CLN por estarem diretamente vinculadas ao fundo de liquidez exigido por essa instituição para concessão do financiamento, tendo prazos de resgate semelhantes aos de sua liquidação.

CART

- R\$72.752, efetuadas em conexão com a cláusula estipulada em contrato de empréstimo junto ao BNDES, que determinam que a controlada CART deve constituir uma conta reserva, na qual deverão ser depositados recursos em montante equivalente a: (i) 6 meses de prestações vincendas de amortização de principal e encargos da dívida dos Subcréditos “A”, “B-1”, “B-2”, “C”, “D”, “E” e “F” até agosto de 2013; (ii) 7 meses de prestações vincendas de amortização de principal e encargos da dívida dos Subcréditos “A”, “B-1”, “B-2”, “C”, “D”, “E” e “F” a partir de setembro de 2013; e (iii) 8 meses de prestações vincendas de amortização de principal e encargos da dívida dos Subcréditos “A”, “B-1”, “B-2”, “C”, “D”, “E” e “F” a partir de setembro de 2015. As aplicações financeiras são classificadas como recebíveis, e referem-se substancialmente a operações de renda fixa, indexados a taxa de 90% a 95% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (em 31 de dezembro de 2017, a taxa de 75,0% a 100,25% do CDI).
- R\$27.253, efetuadas em conexão com a cláusula estipulada na Escritura Particular da 2ª Emissão de Debêntures Simples, que determinam que a CART deva constituir uma Conta de Pagamento do Serviço da Dívida das Debêntures.

METROBARRA

- R\$30.305, efetuadas em conexão com a cláusula estipulada nos termos da Escritura de Emissão da 3ª emissão debêntures, que determinam que o METROBARRA deva constituir uma conta reserva, até um mês antes, da data do primeiro pagamento de principal, juros e/ou eventuais acessórios, o que ocorrer primeiro, das Debêntures. Está aplicação é uma CDB e está indexada pelo CDI em 90% com vencimento em 18 de março de 2019.

14. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

	31/12/2017	Outorga Variável		Outorga Fixa			31/03/2018
		Atualização resultado	Pagamento	Atualização resultado	Atualização intangível	Transferência	
Outorga METRÔRIO (a)	1.851	-	-	9	-	-	1.860
Outorga GRU AIRPORT (b)	437.117	54.290	-	3.369	1.162	964	496.902
Outorga CART (c)	470	1.278	(1.297)	-	-	-	451
Circulante	439.438	55.568	(1.297)	3.378	1.162	964	499.213
Outorga METRÔRIO (a)	40.235	-	-	691	-	-	40.926
Outorga GRU AIRPORT (b)	11.941.423	-	-	165.955	56.938	(964)	12.163.352
Não Circulante	11.981.658	-	-	166.646	56.938	(964)	12.204.278
Total	12.421.096	55.568	(1.297)	170.024	58.100	-	12.703.491

	31/12/2016	Outorga Variável		Outorga Fixa				31/12/2017
		Atualização resultado	Pagamento	Atualização resultado	Atualização intangível	Transferência	Compensação	
Outorga METRÔRIO (a)	1.824	-	-	27	-	-	-	1.851
Outorga GRU AIRPORT (b)	1.249.535	200.601	(187.102)	43.716	14.510	724.307	44.975	(1.653.425)
Outorga CART (c)	437	5.513	(5.480)	-	-	-	-	470
Circulante	1.251.796	206.114	(192.582)	43.743	14.510	724.307	44.975	(1.653.425)
Outorga METRÔRIO (a)	52.094	-	-	6.865	-	-	-	(18.724)
Outorga GRU AIRPORT (b)	11.747.091	-	-	691.308	227.331	(724.307)	-	11.941.423
Não Circulante	11.799.185	-	-	698.173	227.331	(724.307)	-	(18.724)
Total	13.050.981	206.114	(192.582)	741.916	241.841	-	44.975	(1.672.149)

(a) O saldo referente ao METRÔRIO no montante de R\$1.860 refere-se:

1. Ônus da concessão assumido no processo de licitação no montante de R\$979 (R\$974 em 31 de dezembro de 2017), repactuado através dos termos do Aditivo, determinado com base no valor devido ao Poder Concedente através do pagamento de parcelas ou quitado através da realização de investimentos. Com base no Aditivo, este saldo será pago pela Concessionária em dação através da aquisição de carros metrô até janeiro de 2018.

2. O valor de R\$881 (R\$877 em 31 de dezembro de 2017) refere-se a renovação/extensão do direito de concessão do METRÔRIO até janeiro de 2038.

O valor de R\$40.926 (R\$40.235 em 31 de dezembro de 2017), líquido do montante penhorado da renda e já depositado judicialmente, no valor total de R\$57.684 (R\$56.293 em 31 de dezembro de 2016) refere-se ao ônus da concessão assumido no processo de licitação, repactuado através dos termos do Aditivo, determinado com base no valor devido ao Poder Concedente sobre a entrada em operação de novas estações de acordo com o Parágrafo 9º, da Cláusula 1ª do Contrato. Até a data de 31 de dezembro de 2014, o METRÔRIO recebeu do Poder Concedente três estações que estão sujeitas aos termos desta Cláusula: Estação Siqueira Campos, Estação Cantagalo e Estação General Osório. A liquidação da obrigação se dará através dos termos do Parágrafo 14º da Cláusula 22ª do Aditivo, onde a Concessionária assumiu a responsabilidade de liquidar certas obrigações referentes a ações judiciais contra a Companhia de Transportes sobre Trilhos do Estado do Rio de Janeiro (RIOTRILHOS) e Companhia do Metropolitano do Rio de Janeiro (CMRJ). Estas obrigações: (i) serão liquidadas à medida que os pagamentos forem sendo exigidos em execuções homologadas pelo Poder Judiciário, e (ii) sofrem atualização monetária de acordo com os índices aplicados no Tribunal de origem.

Baseado na análise da Administração, à luz das informações disponíveis até a presente data e nas diversas possibilidades na liquidação dos processos, o METRÔRIO mantém a parcela de Outorga suplementar registrada no passivo não circulante.

(b) Pela assinatura do contrato de concessão, a controlada GRU AIRPORT se obriga a pagar à União uma contribuição fixa no total de R\$16.213.000, reconhecida e ajustada a valor presente, à taxa de desconto de 9,15% conforme OCPC 05, que será paga em 20 parcelas anuais de R\$810.650. Esses pagamentos ocorrerão no mês de julho de cada ano, sendo necessária a constituição de conta reserva dois meses antes, os pagamentos serão reajustados pelo IPCA-IBGE desde a data da realização da sessão pública do leilão, que ocorreu em fevereiro de 2012, até a data do efetivo pagamento, em conta a favor do FNAC (Fundo Nacional de Aviação Civil).

Além da contribuição fixa, a controlada GRU AIRPORT também se compromete a pagar a contribuição variável que corresponderá ao montante em reais resultante da aplicação da alíquota de 10% sobre a totalidade da receita bruta anual, deduzida da receita de construção. Caso a receita bruta anual observada pela controlada GRU AIRPORT exceda os valores determinados no contrato de concessão, a contribuição variável sobre a receita excedente será cobrada pela alíquota de 15%.

Em 26 de outubro de 2017 a Medida Provisória 779/17, que tratava sobre a reprogramação do pagamento da contribuição fixa, foi convertida na Lei nº 13.499/17, a qual, celebra os aditivos contratuais que versem sobre a alteração do cronograma de pagamentos das outorgas nos contratos de parceria no setor aeroportuário celebrados até 31 de dezembro de 2016.

Em 17 de agosto de 2017, através da Nota Técnica nº 11(SEI)/2017/SRA, a ANAC consentiu a reprogramação do fluxo de pagamento das outorgas e apresentou aditivo do contrato, estabelecendo o novo fluxo de pagamentos.

Em 19 de dezembro de 2017, após o pagamento integral da Outorga Fixa de 2017, GRU AIRPORT realizou a antecipação do valor de R\$319.000 (em valores de 2012), atualizado até esta data, totalizando o montante de R\$460.000 referente à parte da Outorga Fixa de 2018, em conformidade com o aditamento ao contrato de concessão que alterou o fluxo de pagamento da Outorga Fixa original, nos termos da Lei nº 13.499/2017 e da Portaria nº 135/MTPA. De acordo com o referido aditamento, GRU AIRPORT postergará para os anos entre 2031 e 2032 o montante pago antecipadamente de R\$319.000, devidamente atualizado. O saldo remanescente de R\$ 172.650 (em valores de 2012), será pago em julho de 2018.

Requilíbrio econômico financeiro de GRU AIRPORT

Em 30 de outubro de 2014, GRU AIRPORT protocolou junto à ANAC o pedido de revisão extraordinária do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão em razão da alteração contratual efetuada pela Decisão ANAC 121, de 13 de novembro de 2012, que teve como objetivo a alteração unilateral das tarifas aplicáveis aos serviços de Armazenagem e Capatazia referentes às cargas importadas em trânsito. Tal regime tarifário diferiu pontualmente em relação àquele aplicável à INFRAERO no tocante ao mecanismo de cálculo das tarifas aeroportuárias aplicáveis ao mercado de carga importada, entre as alterações, destaca-se o tratamento dispensado às cargas em trânsito para zona primária e trânsito internacional.

Em 22 de dezembro de 2016, a Diretoria da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC decidiu aprovar a 1ª Revisão Extraordinária do Contrato de Concessão do Aeroporto Internacional de Guarulhos em R\$113.844 com o objetivo de recompor seu equilíbrio econômico-financeiro.

Conforme estabelecido na decisão nº 191 da ANAC a parcela da contribuição fixa devida em cada ano será deduzida pelo valor aplicável conforme tabela.

Ano	Valor a ser deduzido
2016	32.796
2017	7.143
2018	6.862
2019	6.580
2020	6.298
2021	6.019
2022	5.744
2023	5.521
2024	5.299
2025	5.025
2026	4.760
2027	4.505
2028	4.259
2029	4.022
2030	3.796
2031	3.593
2032	1.621
Total	113.843

Os valores estabelecidos na tabela serão revistos quando da realização de revisões periódicas do fluxo de caixa marginal, e eventuais diferenças relativas as estimativas dos anos anteriores deverão ser compensadas no pagamento da contribuição fixa seguinte à conclusão do processo de revisão. O valor a ser descontado em cada ano deverá ser atualizado pelo IPCA, calculado pelo IBGE, acumulado ente abril de 2016 e o mês anterior ao do pagamento da contribuição fixa anual e pela taxa de desconto do fluxo de caixa marginal de 6,81%, estabelecida pela Resolução nº 355, de 17 de março de 2015, proporcional ao número de meses correspondente.

(c) A partir de 1º de novembro de 2013, o percentual de outorga variável sobre a receita bruta da CART foi reduzido de 3%, para 1,5%, conforme deliberação do Conselho Diretor da Agência de Transporte do Estado de São Paulo (ARTESP). O pagamento ocorre mensalmente.

15. PROVISÃO PARA RISCOS PROCESSUAIS

As controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

Com base na opinião de seus consultores jurídicos, as controladas realizaram a análise das demandas judiciais pendentes e, com base na experiência referente às quantias reivindicadas, constituíram provisão em montante considerado suficiente para cobrir os desembolsos estimados com as ações em curso, como segue:

Natureza do risco	Consolidado				
	31/12/2017	Constituição	Reversões/ pagamentos	Atualização monetária	31/03/2018
Trabalhistas	29.654	2.493	(951)	-	31.196
Cíveis	10.301	477	(257)	368	10.889
Tributários	4.766	654	(23)	32	5.429
Outros	4.263	2.736	(5)	-	6.994
Total	48.984	6.360	(1.236)	400	54.508

a) Riscos trabalhistas

As controladas são parte em processos de natureza trabalhista movidos por ex-funcionários, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de reintegração, horas extraordinárias, equiparação

salarial, dentre outros.

b) Riscos cíveis

As controladas são parte em processos cíveis, movidos por clientes, principalmente em decorrência de incidentes ocorridos nos sistemas rodoviário, metroviário e aeroportuário.

c) Riscos tributários

A controlada METRÔRIO optou pelo contingenciamento dos valores da ação judicial referente a suspensão da exigibilidade do ICMS sobre as tarifas de conexão e uso do sistema de transmissão (TUST) ou distribuição (TUSD) até que o mérito da ação seja decidido e ocorra o trânsito em julgado.

d) Riscos possíveis

A Companhia e suas controladas são rés em processos de natureza cível, trabalhista e tributário, sobre os quais seus consultores jurídicos entendem como possíveis as probabilidades de perda. Amparada na opinião de seus consultores jurídicos, não foi efetuada provisão para contingências com esta avaliação.

Com base na opinião de seus consultores jurídicos, as controladas realizaram a análise das demandas judiciais com probabilidade de desembolso futuro possível como se segue:

Natureza do risco	Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017
Trabalhistas	102.710	102.245
Cíveis	98.277	102.896
Tributários	63.036	13.966
Ambientais	190	13.481
Total	264.213	232.588

A Controlada METRÔRIO possui como principais causas trabalhistas, no montante de R\$66.854, sucessão, acidente de trabalho, periculosidade, horas extras, equiparação e reversão por justa causa; e como causas cíveis: sucessão, terceirização e superlotação.

A Controlada GRU AIRPORT possui Autos de Infração lavrados pela Receita Federal do Brasil, de natureza tributária, cujos objetos, em sua maioria, estão relacionados à atividade de armazenagem de mercadoria sob pena de perdimento nos armazéns do Aeroporto. E também Autos de Infração lavrados pela Prefeitura do Município de Guarulhos arguindo a cobrança de Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS e lançamentos de Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana – IPTU.

e) Depósitos judiciais, recursais e autos de arrecadação

Do montante de R\$91.330 (R\$88.523 em 31 de dezembro de 2017), o saldo principal de R\$51.911 (R\$51.523 em 31 de dezembro de 2017) refere-se a controlada METRÔRIO, que possui bloqueios judiciais no montante de R\$3.190 em 31 de março de 2018 (R\$3.101 em 31 de dezembro de 2017) e valores relacionados à depósitos judiciais para causas não consideradas de desembolso futuro provável, conforme discriminados abaixo:

e.1) Depósitos recursais

Em 31 de março de 2018, o METRÔRIO possuía R\$26.746 em depósitos recursais (R\$26.446 em 31 de dezembro de 2017).

e.2) Depósitos judiciais - embargos de terceiros - autos de arrecadação

Trata-se de recurso jurídico que permite a um terceiro pleitear a exclusão de seus bens, penhorados em execução na qual não era parte.

As ordens de penhora contra o METRÔRIO, em sua grande maioria, têm como origem ações trabalhistas e cíveis ajuizadas contra a Companhia do Metropolitano do Rio de Janeiro (CMRJ), nas quais a Concessionária foi arrolada como sucessora.

Desta forma, o METRÔRIO interpôs diversos embargos de terceiros, objetivando a suspensão da penhora da sua renda e de seus bens. O valor total de processos relativos aos embargos de terceiros em 31 de março de 2018 é de aproximadamente R\$42.778 (R\$26.548 em 31 de dezembro de 2017), sendo de natureza trabalhista e cível.

Em 31 de março de 2018, o montante penhorado da renda e já depositado judicialmente é de R\$21.975 (R\$21.976 em 31 de dezembro de 2017).

Procedimento Arbitral

CART

Em 24 de fevereiro de 2017, a CART recebeu Notificação para Instituição de Procedimento Arbitral encaminhada pelo Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CAM-CCBC), tendo como Requerente a OAS S.A. (em recuperação judicial), com valor provisório atribuído de R\$450.000, a fim de dirimir conflito originado do contrato de execução de obras civis firmado pelas partes. A CART não concorda com os pedidos apresentados pela OAS S.A., e por outro lado, entende que a ora Requerente deixou de cumprir com obrigações do contrato de execução de obras civis.

Em 16 de março de 2017, seguindo o Regulamento da CAM-CCBC, a CART apresentou resposta ao pedido de instauração de procedimento arbitral, apresentando seus contra pleitos, aos quais se atribuíram provisoriamente o valor de R\$350.000. Tanto a CART quanto a OAS indicaram os árbitros que integrarão o corpo de árbitros e, após realizadas as etapas regulamentares, tiveram suas indicações confirmadas.

Em 17 de outubro de 2017, a CART e a OAS S.A. firmaram Termo de Arbitragem para instauração do procedimento arbitral. Até a data de autorização destas demonstrações contábeis não foram apresentadas as alegações iniciais pela requeira (OAS) e, portanto, a CART avalia que somente com as evidências apresentadas durante o curso do processo arbitral, os advogados da CART terão condições de fazer uma avaliação da probabilidade de êxito dos pedidos da Requerente, pois, nesse momento, não há elementos suficientes para essa avaliação. Dessa forma, a avaliação preliminar é de perda possível.

VIA040

Em 30 de maio de 2014, foi celebrado entre a Companhia e a parte relacionada Construtora OAS S.A., o contrato de empreitada para execução de obras civis no sistema rodoviário BR-040, envolvendo a ampliação da capacidade, implantação de melhorias, trabalhos iniciais, recuperação de obras de artes

especiais, recuperação de terraplenos e de estruturas de contenção, por preço global. Os trabalhos iniciais, somente no item pavimento e de recuperação estrutural do pavimento, em preço unitário.

Em 16 de setembro de 2015, a Companhia notificou a Construtora OAS S.A. sobre a sua intenção de rescindir o contrato, no prazo de 30 dias, contados a partir da emissão da referida notificação, conforme previsão contratual, e considerando, (i) a paralisação das atividades contratuais, decorrentes do mútuo interesse das partes em evitar e/ou minimizar custos e despesas desnecessários; (ii) as tratativas para terminação consensual do contrato; (iii) a necessidade da Companhia, no que tange a contratação de outras empreiteiras, visando o cumprimento das regras estabelecidas pelo Poder Concedente, bem como a urgência da consecução das obras para atendimento ao interesse público primário.

Em 17 de dezembro de 2015, a Companhia e a Construtora OAS S.A. firmaram termo de Transação que previu a quitação dos pleitos apresentados pela construtora mediante o pagamento de R\$34.292, em favor da Construtora OAS S.A., sendo o saldo de R\$ 1.138 condicionado à execução da integralidade dos serviços de reparo dos defeitos listados no Anexo I ao referido termo. A transação também assegurou a obrigação da construtora garantir a segurança e solidez das obras, bem como indenizar eventuais danos decorrentes de obrigações trabalhistas e/ou previdenciárias relativas aos empregados e/ou contratados da OAS ou de danos ambientais causados pela construtora. As Partes também ficaram obrigadas ao ressarcimento dos danos decorrentes de dolo.

Em 12 de fevereiro de 2017, a Companhia interpôs processo arbitral em face da Construtora OAS S.A. a fim de que a construtora seja condenada a reparar os vícios na obra, bem como a indenizar todos os outros gastos/prejuízos decorrentes da ação e/ou omissão da Construtora OAS S.A, no valor estimado de R\$17.800. As partes firmaram termo de arbitragem, em 13 de novembro de 2017.

As partes acordaram a postergação dos prazos fixados no termo de arbitragem e, em 26 de fevereiro de 2018, a VIA040 apresentou alegações iniciais. Aguarda-se OAS apresentar resposta às alegações iniciais.

A Administração da VIA040, consubstanciada na opinião de seus assessores jurídicos, avaliou como provável a probabilidade de êxito do procedimento arbitral. Nenhum registro contábil foi realizado referente e este prognóstico.

METROBARRA

Relativamente ao “Contrato de Outorga de Opções de Compra e de Venda de Ações de Emissão da Concessionária Rio Barra S.A. – CRB e Outras Avenças”, celebrado em 23 de novembro de 2012 pela INVEPAR e cedido à MetroBarra S.A. (METROBARRA), informamos que por não terem sido implementadas as condições precedentes previstas no referido instrumento, a METROBARRA iniciou procedimento arbitral contra a CRB e seus atuais acionistas. A CRB também apresentou contra pleitos e requereu indenização pelas perdas e danos suportados pela concessionária. Em 12 de julho de 2017, foi deferida a liminar que mantém o efeito suspensivo do exercício da opção de compra. O procedimento está em fase probatória e ainda não traz conclusões acerca da questão, de modo que a probabilidade de perda é classificada como possível.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADORA)

a) Capital social

Em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017 o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$3.867.919, representado por 429.171.372 ações, sendo 143.057.124 ações

ordinárias e 286.114.248 ações preferenciais. O capital social autorizado da Companhia é de R\$3.926.454.

As composições acionárias da Companhia em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017 estão assim constituída:

	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>	<u>Total</u>	<u>%</u>
Construtora OAS S.A.	1	-	1	0,00
OAS Infraestrutura S.A.	35.764.280	69.117.380	104.881.660	24,44
BB Carteira Livre I Fundo de Investimento em Ações	35.764.281	73.939.746	109.704.027	25,56
Fundação dos Economiários Federais - FUNCEF	35.764.281	71.528.561	107.292.842	25,00
Fundação Petrobras de Seguridade Social - PETROS	<u>35.764.281</u>	<u>71.528.561</u>	<u>107.292.842</u>	<u>25,00</u>
Total	<u>143.057.124</u>	<u>286.114.248</u>	<u>429.171.372</u>	<u>100,00</u>

As ações preferenciais não têm direito a voto e têm direito de participar em igualdade de condições com as ações ordinárias no recebimento do dividendo apurado conforme Estatuto Social.

17. RECEITAS, CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia apresentou suas demonstrações dos resultados de 31 de março de 2018 e 2017 por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

Receitas por natureza

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>
Receita de pedágio	254.243	281.638
Receita com passagens	236.667	189.471
Receitas de aeronaves e passageiros	255.631	220.962
Receita com armazenagem e capatazia	165.256	120.081
Locação de espaço físico e veiculação de anúncios	249.039	226.008
Outras receitas	70	2.951
Impostos, deduções e cancelamentos	(210.373)	(174.763)
Receita de serviços	950.533	866.348
Receita de construção	31.152	70.936
Receita total	<u>981.685</u>	<u>937.284</u>

Existem diferenças entre a receita divulgada na demonstração do resultado e a registrada para fins fiscais. A diferença deve-se basicamente: (i) às isenções de pedágio que não atendem aos critérios de reconhecimento da receita contábil, porém são incluídas na base tributária; e (ii) Receita de construção e o custo de construção, proveniente da aplicação do ICPC 01 (R1) - Contrato de Concessão (IFRIC 12), serão tributados no momento da realização do intangível.

Custos e despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
Pessoal	(10.943)	(15.170)	(150.505)	(158.114)
Conservação e manutenção	543	(730)	(64.918)	(59.237)
Despesas administrativas	(2.870)	7.713	(36.600)	(33.469)
Operacionais	-	-	(53.031)	(65.510)
Energia elétrica	-	-	(33.188)	(33.297)
Outorga variável	-	-	(55.588)	(47.057)
Custo de construção	-	-	(30.854)	(70.408)
Provisão de manutenção	-	-	(6.479)	(5.819)
Depreciação e amortização	(1.438)	(1.465)	(298.409)	(279.507)
Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa e riscos	(288)	-	(13.344)	(28.822)
Outras receitas (despesas) operacionais	(22)	-	6.394	1.304
	<u>(15.018)</u>	<u>(9.652)</u>	<u>(736.522)</u>	<u>(779.936)</u>
Custo de serviços prestados	-	-	(576.851)	(564.081)
Custo de construção	-	-	(30.854)	(70.408)
Despesas gerais e administrativas	(14.996)	(9.652)	(135.211)	(146.751)
Outras receitas (despesas) operacionais	(22)	-	6.394	1.304
	<u>(15.018)</u>	<u>(9.652)</u>	<u>(736.522)</u>	<u>(779.936)</u>

18. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
Receitas financeiras				
Juros ativos	19.319	3.815	5.337	5.936
Juros sobre aplicações financeiras	8.038	11.658	20.476	29.573
Operações de Hedge	-	266	1.133	266
Variação monetária ativa	173	276	550	1.031
Variações cambiais ativas	7	-	7.111	7.740
Total receitas financeiras	<u>27.537</u>	<u>16.015</u>	<u>34.607</u>	<u>44.546</u>
Despesas financeiras				
Comissões e despesas bancárias	(3.583)	(1.953)	(11.567)	(7.690)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(244)	-	(118.785)	(114.096)
Operações de hedge	(5.604)	(322)	(12.880)	(16.720)
Variação monetária passiva	-	-	(3.076)	(19.398)
Variações cambiais passivas	(26)	(203)	(3.800)	(2.943)
Juros sobre debêntures	(45.093)	(15.204)	(114.454)	(98.157)
Atualização da outorga de GRU (*)	-	-	(171.412)	(195.638)
Outros	(24)	(169)	(1.280)	(2.037)
Total despesas financeiras	<u>(54.574)</u>	<u>(17.851)</u>	<u>(437.254)</u>	<u>(456.679)</u>
Total resultado financeiro	<u>(27.037)</u>	<u>(1.836)</u>	<u>(402.647)</u>	<u>(412.133)</u>

(*) A Concessionária se obriga a pagar à União a contribuição fixa, paga em parcelas anuais reajustada pelo IPCA. A atualização da outorga referente a 31 de março de 2018 totaliza R\$229.512 dos quais R\$58.100 foram capitalizadas ao intangível e R\$171.412 foram registradas como despesa financeira do trimestre.

19. RESULTADO POR AÇÃO

Em atendimento ao CPC 41 (IAS 33) Resultado por Ação, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para 31 de março de 2018 e 2017.

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do trimestre, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o trimestre.

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	31/03/2018			31/03/2017		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador básico						
Prejuízo atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais	(29.843)	(59.694)	(89.537)	(45.934)	(91.881)	(137.815)
Denominador básico						
Média ponderada das ações (em milhares)	143.057	286.114	429.171	143.057	286.114	429.171
Prejuízo básico por ação (R\$)	(0,209)	(0,209)		(0,321)	(0,321)	
	31/03/2018			31/03/2017		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador diluído						
Prejuízo das operações continuadas atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais	(29.843)	(59.694)	(89.537)	(45.934)	(91.881)	(137.815)
(-) Efeito da diluição da participação na CRT - referente às debêntures conversíveis em ações	2	3	5	(304)	(610)	(916)
Prejuízo atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais ajustado	(29.841)	(59.691)	(89.532)	(46.238)	(92.491)	(138.731)
Denominador diluído						
Média ponderada das ações (em milhares)	143.057	286.114	429.171	143.057	286.114	429.171
Prejuízo diluído por ação (R\$)	(0,209)	(0,209)		(0,323)	(0,323)	

Não ocorreram outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações contábeis. A coligada CRT possui debêntures conversíveis em ações. Em GRUPAR, a ACSA (*Airports Company South Africa*) aumentou sua participação de 10% para 20% do capital em outubro de 2015. Conforme demonstrado no cálculo de diluição acima, há diferença entre o cálculo do resultado por ação básico e diluído.

20. SEGUROS

Em 31 de março de 2018, a Companhia e suas controladas mantém seguro-garantia, seguro contra danos materiais, perda de receita e responsabilidade civil, dentre outros, conforme demonstrado a seguir:

Empresa	Modalidade	Limite Máximo de Indenização	Vigência		Seguradora
			Início	Vencimento	
INVEPAR (METRO/CART/LAMSA/CLN/LAMBRA /GRU/GRUPAR/PEX/INSTITUTO INVEPAR/METROBARRA/VIA040)	D&O	100.000	20/03/2018	20/03/2019	XL Seguros
INVEPAR (METRO/CART/LAMSA/CLN METROBARRA/VIA040)	RO	280.000	01/08/2017	01/08/2018	TOKIO
INVEPAR (METRO/CART/LAMSA/CLN /METROBARRA/VIA040)	RCG	100.000	01/08/2017	01/08/2018	TOKIO
METRORIO	AUTO FROTA	TABELA FIPE	31/12/2017	31/12/2018	ITAÚ
METRORIO	TRANS.NAC.	4.000	28/02/2018	28/02/2019	SURA
METRORIO	GARANTIA JUDICIAL	35	22/02/2016	22/02/2019	TOKIO
METRORIO	GARANTIA JUDICIAL	6.964	14/07/2015	14/07/2019	TOKIO
METRORIO	GARANTIA JUDICIAL	422	23/11/2016	23/11/2019	POTTENCIAL
METRORIO	GARANTIA JUDICIAL	817	25/11/2016	25/11/2019	POTTENCIAL
METRORIO	GARANTIA JUDICIAL	899	25/11/2016	25/11/2019	POTTENCIAL
METRORIO	GARANTIA JUDICIAL	3.209	10/10/2017	25/09/2019	POTTENCIAL
METRORIO	GARANTIA JUDICIAL	2.823	28/09/2017	28/09/2022	POTTENCIAL
METRORIO	GARANTIA JUDICIAL	1.716	08/11/2016	08/11/2019	POTTENCIAL
METRORIO	TRANS.INT.IMP.	US\$ 3,000	28/02/2018	28/02/2019	SURA
METRORIO	RE	639	14/08/2017	15/06/2018	ALLIANZ
LAMSA / INVEPAR	AUTO FROTA	TABELA FIPE	29/11/2017	29/11/2018	ITAÚ
LAMSA	GARANTIA CONCESSÃO	25.132	19/12/2017	19/12/2018	POTTENCIAL
CART	GARANTIA CONCESSÃO	26.227	16/03/2018	16/03/2019	POTTENCIAL
CART	GARANTIA CONCESSÃO	126.480	16/03/2018	16/03/2019	POTTENCIAL
CART	AUTO FROTA	TABELA FIPE	24/08/2017	24/08/2018	SOMPO
CLN	AUTO FROTA	TABELA FIPE	20/10/2017	20/10/2018	ITAÚ
CLN	GARANTIA CONCESSÃO	6.426	23/02/2018	23/02/2019	POTTENCIAL
GRU AIRPORT	AUTO FROTA	DIVERSOS	24/05/2017	24/05/2018	ITAÚ SEGURO
GRU AIRPORT	RO	1.600.000	24/05/2017	24/05/2018	TOKIO
GRU AIRPORT	RD/Caminhão	DIVERSOS	24/05/2017	24/05/2018	ALLIANZ
GRU AIRPORT	RC HANGAR E SERV.	USD 500,000	24/05/2017	24/05/2018	MAPFRE
GRU AIRPORT	GARANTIA CONCESSÃO	449.904	04/06/2017	04/06/2018	FATOR
GRU AIRPORT	GARANTIA CONCESSÃO	167.972	04/06/2017	04/06/2018	POTTENCIAL
GRU AIRPORT	EQUIPAMENTOS	10.444	24/05/2017	24/05/2018	ALLIANZ
VIA040	FIANÇA LOCATÍCIA	540	28/08/2016	28/08/2018	POTTENCIAL
VIA040	AUTO FROTA	TABELA FIPE	18/09/2017	18/09/2018	ITAÚ
VIA040	GARANTIA CONCESSÃO	582.790	20/03/2018	20/03/2019	FATOR SEGURADORA
CBN	RO	303.685	17/08/2017	29/12/2018	XL CATLIN
CBN	RCG	30.000	17/08/2017	17/08/2018	HDI Gerling
CBN	GARANTIA CONCESSÃO	33.549	18/08/2017	18/08/2018	AUSTRAL
CBN	AUTO FROTA	TABELA FIPE	30/09/2017	30/09/2018	TOKIO
CBN	D&O	40.000	08/04/2018	08/04/2019	AXA
CRA	GARANTIA CONCESSÃO	32.746	04/12/2017	04/12/2018	BANCO FATOR
CRA	RCG	30.000	29/06/2017	29/06/2018	HDI Gerling
CRA	RO	180.829	29/06/2017	29/12/2018	XL Seguros
CRA	D&O	20.000	08/06/2017	08/06/2018	AXA
CRT	RO	65.000	11/07/2017	11/07/2018	AIG
CRT	AUTO FROTA	TABELA FIPE	30/01/2018	30/01/2019	TOKIO
CRT	GARANTIA CONCESSÃO	28.282	22/11/2017	22/11/2018	FATOR
CRT	RCG	10.000	12/09/2017	12/09/2018	FAIRFAX
VIARIO	D&O	20.000	01/01/2018	01/01/2019	CHUBB
VIARIO	RO	326	09/07/2017	09/07/2018	CHUBB
VIARIO	RCG	61.787	09/07/2017	09/07/2018	CHUBB
VIARIO	GARANTIA CONCESSÃO	42.430	15/07/2017	15/07/2018	J.Malucelli
VLT	RO	455.098	25/08/2017	25/08/2018	CHUBB
VLT	RCG	100.000	04/06/2017	04/06/2018	TOKIO
VLT	D&O	50.000	31/03/2018	31/03/2019	ZURICH
VLT	RE	1.607.168	30/09/2017	15/09/2018	ZURICH
VLT	GARANTIA CONCESSÃO	156.688	23/06/2017	23/06/2018	J.Malucelli
METROBARRA	RE	22.500	30/06/2017	31/08/2018	CHUBB
METROBARRA	RCOBRAS	11.000	31/12/2017	31/12/2018	CHUBB

O escopo dos trabalhos de nossos auditores independentes não inclui a revisão sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e suas Controladas, e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

21. OBJETIVOS E POLÍTICAS PARA GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, valores a receber, empréstimos e financiamentos e obrigações com os Poderes Concedentes.

Instrumentos financeiros	Controladora			
	31/03/2018		31/12/2017	
	Valor justo	Custo amortizado	Valor justo	Custo amortizado
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	521.038	-	616.657	-
Aplicações financeiras	-	-	9.170	-
Partes relacionadas	-	378.289	-	323.611
Instrumentos financeiros derivativos	21.948	-	27.552	-
Dividendos e JSCP propostos	-	34.811	-	39.204
Total do ativo	542.986	413.100	653.379	362.815
Passivos				
Fornecedores	-	3.706	-	4.845
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	1.150.187	-	1.104.879
Dividendos e JSCP propostos	-	22.842	-	22.842
Obrigações com empregados e administradores	-	37.689	-	30.858
Total do passivo	-	1.214.424	-	1.163.424
Instrumentos financeiros	Consolidado			
	31/03/2018		31/12/2017	
	Valor justo	Custo amortizado	Valor justo	Custo amortizado
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	833.524	-	835.099	-
Aplicações financeiras	458.383	-	288.288	-
Contas a receber	-	336.323	-	339.932
Partes relacionadas	-	209.308	-	176.425
Instrumentos financeiros derivativos	29.501	-	37.034	-
Total do ativo	1.321.408	545.631	1.160.421	516.357
Passivos				
Fornecedores	-	190.183	-	266.657
Partes relacionadas	-	487	-	9.135
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	9.525.198	-	9.489.988
Instrumentos financeiros derivativos	3.044	-	25.008	-
Dividendos e JSCP propostos	-	24.073	-	24.073
Concessão de serviço público	-	12.703.491	-	12.421.096
Obrigações com empregados e administradores	-	137.487	-	124.518
Total do passivo	3.044	22.580.919	25.008	22.335.467

As operações da Companhia e das suas controladas estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

a) Crítérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores de mercado

Os valores de mercado informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- *Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras*

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado similares aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor de mercado em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.

- *Contas a receber*

O risco de crédito do cliente é administrado por cada unidade de negócios, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecida pelo grupo em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um sistema interno de classificação de crédito extensivo.

A necessidade de reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável é analisada a cada data reportada em base individual para os principais clientes. O cálculo é baseado em dados históricos efetivos.

- *Empréstimos, financiamentos*

Os valores contábeis dos empréstimos em moeda nacional, obtidos junto à BNDES estão compatíveis com o valor de mercado de tais operações, já que operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. Esses instrumentos financeiros estão classificados como “passivos financeiros não mensurados a valor justo, exceto nas Controladas CART e GRU AIRPORT, as debêntures em 31 de março de 2018 tinham, respectivamente, os valores de R942.790 e 719.668 (R\$906.012 e R\$710.025 em 31 de dezembro de 2017).

- *Concessão de serviço público*

Os saldos informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia e suas controladas possuem aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes. As taxas de juros nas aplicações financeiras são, em sua maioria, vinculadas à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). As taxas de juros dos empréstimos e financiamentos e debêntures estão vinculadas à variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), Taxa Referencial (TR) e Certificado de Depósito Interbancário

(CDI).

c) Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia e suas controladas a concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, de caixa, bancos e aplicações financeiras. A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras em diversas instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito. As perdas de contas a receber foram registradas na rubrica perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa, nota explicativa nº 5.

d) Risco de taxa de câmbio

O grupo gerencia seu risco de câmbio por meio de transações de *hedge* que devam ocorrer no período mínimo de doze meses. Transações para as quais haja incertezas são cobertas por *hedge* por prazo indeterminado. É política do grupo negociar os termos dos derivativos designados na relação de *hedge*, mantendo uma correspondência com os termos dos itens objeto do *hedge* de modo a maximizar a eficácia do *hedge*. O grupo mantém cobertura (*hedge*) para suas exposições a flutuações na conversão para reais de suas operações no exterior, mantendo empréstimos a pagar líquidos em moedas estrangeiras e utilizando *swaps* de moedas e contratos cambiais a termo.

e) Operação de derivativos

A Companhia e suas controladas adotam uma política conservadora em relação a derivativos, fazendo uso desses instrumentos somente quando há necessidade de proteção de passivos, de natureza operacional ou financeira e eventualmente de algum ativo. Adicionalmente, os valores destas operações são dimensionados e limitados.

Em 5 de dezembro de 2017, a INVEPAR e o Mubadala firmaram contrato de troca de risco, relacionada a 4ª Emissão de Debêntures (vide nota 13), que dentre outras resoluções, ajusta a remuneração das debêntures para Dólar + 11,93%. Devido a esta transação, a INVEPAR contratou uma estrutura de proteção “call spread” junto ao Banco Citi para proteção das variações do dólar, pagando em 7 de dezembro de 2017 um prêmio de R\$29.982.

Em 5 de dezembro de 2017, a LAMBRA e o Mubadala firmaram contrato de compra e venda de debêntures com opção de revendas, relacionada a 3ª Emissão de Debêntures da INVEPAR (vide nota 13), que assim como ocorreu com a INVEPAR, ajusta a remuneração das debêntures para Dólar + 11,93%. Devido a esta transação, a LAMBRA também contratou uma estrutura de proteção “call spread” junto ao Banco Citi para proteção das variações do dólar, pagando em 7 de dezembro de 2017 um prêmio de R\$10.318.

Em 31 de março de 2018, INVEPAR, LAMBRA e LAMSA possuíam operações com instrumentos financeiros com características de derivativos para proteção dos contratos já firmados em moedas estrangeiras conforme demonstrado abaixo. O METROBARRA liquidou as NDF's em 27 de janeiro e 22 de fevereiro de 2017 e o METRORIO em 12 de março de 2018.

Em aberto**INVEPAR**

31/03/2018							
Tipo da operação	Banco	Data de início	Data de vencimento	Valor Base	Moeda	Preço de exercício em Reais	Ajuste a mercado em Reais
SWAP	CITIBANK	07/12/2017	11/12/2018	201.566	Dólar	3,35	21.948
						Ativo circulante	21.948

31/12/2017							
Tipo da operação	Banco	Data de início	Data de vencimento	Valor Base	Moeda	Preço de exercício em Reais	Ajuste a mercado em Reais
SWAP	CITIBANK	07/12/2017	11/12/2018	201.566	Dólar	3,35	27.552
						Ativo circulante	27.552

LAMBRA

31/03/2018							
Tipo da operação	Banco	Data de início	Data de vencimento	Valor Base	Moeda	Preço de exercício em Reais	Ajuste a mercado em Reais
SWAP	CITIBANK	07/12/2017	11/12/2018	69.370	Dólar	3,35	7.553
						Ativo circulante	7.553

31/12/2017							
Tipo da operação	Banco	Data de início	Data de vencimento	Valor Base	Moeda	Preço de exercício em Reais	Ajuste a mercado em Reais
SWAP	CITIBANK	07/12/2017	11/12/2018	69.370	Dólar	3,35	9.482
						Ativo circulante	9.482

METRÔRIO

31/12/2017							
Tipo da operação	Banco	Data de início	Data de vencimento	Valor Base	Moeda	Preço de exercício em Reais	Ajuste a mercado em Reais
SWAP	CITIBANK	11/03/2016	12/03/2018	120.000	Dólar	-	(20.311)
						Passivo circulante	(20.311)

LAMSA

31/03/2018							
Tipo da operação	Banco	Data de início	Data de vencimento	Valor Base	Moeda	Preço de exercício em Reais	Ajuste a mercado em Reais
SWAP	ITAÚ	07/08/2015	07/08/2018	50.000	Dólar	n/a	(1.244)
SWAP	SANTANDER	14/03/2016	16/03/2020	50.000	Dólar	n/a	(1.800)
						Passivo circulante	(3.044)

31/12/2017							
Tipo da operação	Banco	Data de início	Data de vencimento	Valor Base	Moeda	Preço de exercício em Reais	Ajuste a mercado em Reais
SWAP	ITAÚ	07/08/2015	07/08/2018	50.000	Dólar	n/a	(1.632)
SWAP	SANTANDER	14/03/2016	16/03/2020	50.000	Dólar	n/a	(3.065)
						Passivo circulante	(4.697)

Liquidados**METROBARRA**

31/12/2017							
Tipo da operação	Banco	Data de início	Liquidação	Valor Base	Moeda	Preço de exercício em Reais	Ajuste a mercado em Reais
NDF - Contrato de compra de moeda futura	HSBC	14/07/2016	22/02/2017	1.500	Dólar	3,01	(635)
NDF - Contrato de compra de moeda futura	HSBC	26/08/2016	27/01/2017	3.000	Dólar	3,18	(875)
							<u>(1.510)</u>

METRÓRIO

31/03/2018							
Tipo da operação	Banco	Data de início	Liquidação	Valor Base	Moeda	Preço de exercício em Reais	Ajuste a mercado em Reais
SWAP	CTIBANK	11/03/2016	12/03/2018	120.000	Dólar	-	(23.595)
							<u>(23.595)</u>

31/12/2017							
Tipo da operação	Banco	Data de início	Liquidação	Valor Base	Moeda	Preço de exercício em Reais	Ajuste a mercado em Reais
SWAP	CTIBANK	11/03/2016	13/03/2017	140.000	Dólar	-	(21.477)
							<u>(21.477)</u>

LAMSA

31/12/2017							
Tipo da operação	Banco	Data de início	Data de vencimento	Valor Base	Moeda	Preço de exercício em Reais	Ajuste a mercado em Reais
SWAP	ITAU	07/08/2015	07/02/2017	10.000	Dólar	n/a	(5.976)
SWAP	SANTANDER	14/03/2016	14/03/2017	50.000	Dólar	n/a	(6.398)
						Passivo circulante	<u>(12.374)</u>

f) Risco de liquidez

O grupo acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo do grupo é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas, empréstimos bancários, debêntures, ações preferenciais, arrendamento mercantil financeiro e arrendamento mercantil operacional.

31 de março de 2018	Até 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos e debêntures	2.203.033	6.799.737	522.428	9.525.198
Fornecedores	184.804	5.379	-	190.183
Concessão de serviço público	499.213	6.696.131	5.508.147	12.703.491

g) Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira e nas taxas de juros

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de oscilações de taxas de juros em seus empréstimos e financiamentos.

No quadro abaixo, são considerados três cenários sobre os ativos e passivos financeiros relevantes, com os respectivos impactos nos saldos de balanço patrimonial consolidado da Companhia, sendo: (i) cenário provável, o adotado pela Companhia; e (ii) cenários variáveis chaves, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Além do cenário provável, a CVM, através da Instrução nº 475, determinou que fossem apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários estão sendo apresentados de acordo com o requerimento da CVM:

As taxas consideradas foram:

Referência para ativos e passivos financeiros	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Selic (% ao ano)	6,37%	4,78%	3,19%
DI Ativo (% ao ano)	6,37%	4,78%	3,19%
DI Passivo (% ao ano)	6,37%	7,96%	9,56%
TR Ativo (% ao ano)	0,10%	0,08%	0,05%
TR Passivo (% ao ano)	0,10%	0,13%	0,15%
TJLP (% ao ano)	6,73%	8,41%	10,10%
Taxa Câmbio Ativo (R\$/US\$)	R\$3,30	R\$2,48	R\$1,65
Taxa Câmbio Passivo (R\$/US\$)	R\$3,30	R\$4,13	R\$4,95
IPCA Ativo (% ao ano)	3,58%	2,69%	1,79%
IPCA Passivo (% ao ano)	3,58%	4,48%	5,37%

Fonte: BACEN, BNDES, IBGE, CETIP e BM&F BOVESPA em 31 de março de 2018

Os valores de sensibilidade na tabela abaixo são de juros a incorrer dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

Análise de sensibilidade de variações na taxas de juros

Em 31 de março de 2018, a sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação de cada um deles, é apresentada nas tabelas abaixo:

g.1) Ativo financeiro

Empresa	Operação	Risco/ indexador	Base	RESULTADO		
				Cenário provável	Cenário A	Cenário B
METRORIO	Equivalente de caixa e Aplicações Financeiras	DI	46.300	2.949	2.212	1.475
METRORIO	Fundo cambial exclusivo	DOLAR	45.189	272	11.433	22.731
CLN	Equivalente de caixa e Aplicações Financeiras	DI	12.345	786	590	393
CART	Equivalente de caixa e Aplicações Financeiras	DI	6.018	383	288	192
GRU AIRPORT	Equivalente de caixa e Aplicações Financeiras	DI	380.543	24.241	18.180	12.120
GRUPAR	Equivalente de caixa e Aplicações Financeiras	DI	3.447	220	165	110
INVEPAR	Equivalente de caixa e Aplicações Financeiras	DI	2.555	163	122	81
LAMSA	Equivalente de caixa e Aplicações Financeiras	DI	9.578	610	458	305
LAMBRA	Equivalente de caixa e Aplicações Financeiras	DI	13.364	851	638	426
METROBARRA	Equivalente de caixa e Aplicações Financeiras	DI	72.443	4.615	3.461	2.307
VIA040	Equivalente de caixa e Aplicações Financeiras	DI	5.070	323	242	161
TOTAL			596.851	35.413	37.788	40.300
Fundo Mover						
	Letras financeiras do tesouro	SELIC	594.121	37.846	28.384	18.923
	CDB	DI	12.164	775	581	387
	Títulos públicos federais - Tesouro Nacional	IPCA	88.769	3.178	2.383	1.589
TOTAL			695.054	41.799	31.348	20.899

g.2) Passivo financeiro

Empresa	Operação	Risco/ indexador	Base	RESULTADO		
				Cenário provável	Cenário A	Cenário B
METRÔRIO	BNDES	TJLP	238.019	16.019	20.023	24.028
METRÔRIO	Financiamento CAIXA	TR	241.534	242	302	362
METRÔRIO	Debênture	DI	546.344	34.802	43.503	52.203
INVEPAR (controladora)	Debênture	IPCA	1.150.187	41.177	51.471	61.765
LAMSA	Debênture	TR	300.253	300	375	450
LAMSA	Empréstimo	DI	35.696	2.274	2.842	3.411
CART	BNDES	TJLP e TRB	606.863	40.842	51.052	61.263
CART	Debênture	IPCA	969.519	34.709	43.386	52.063
METROBARRA	Debênture	DI	1.002.900	63.885	79.856	95.827
GRU AIRPORT	Empréstimo	TJLP	2.868.813	193.071	241.339	289.607
GRU AIRPORT	Debêntures	IPCA	748.590	26.800	33.499	40.199
CLN	Empréstimo	DI	31.271	1.992	2.490	2.988
VIA040	Empréstimo	TJLP	942.868	63.455	79.319	95.182
TOTAL			9.682.858	519.568	649.457	779.348
Aplicações financeiras vinculadas		DI	(157.659)	(10.043)	(7.532)	(5.021)
TOTAL			9.525.199	509.525	641.925	774.327

h) Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital capaz de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

	Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017
Empréstimos, financiamentos e debêntures	9.525.198	9.489.988
Obrigações com poderes concedentes	12.703.491	12.421.096
Caixa e equivalentes de caixa	(833.524)	(835.099)
Aplicações financeiras	(458.383)	(288.288)
Dívida líquida	20.936.782	20.787.697
Patrimônio líquido	(2.055.944)	(2.226.246)
Patrimônio líquido e dívida líquida	18.880.838	18.561.451

i) Hierarquia do valor justo

O grupo usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros:

Nível 1: preços cotados nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Mensurados a valor justo Ativos financeiros	Consolidado			
	31/03/2018	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Equivalentes de caixa	833.524	-	833.524	-
Aplicações financeiras	458.383	-	458.383	-
Total	1.291.907	-	1.291.907	-
Empréstimos e financiamentos	4.864.509	-	4.864.509	-
Debêntures	4.660.689	-	4.660.689	-
Concessão de serviço público	12.703.491	-	12.703.491	-
Total	22.228.689	-	22.228.689	-

Mensurados a valor justo Ativos financeiros	Consolidado			
	31/12/2017	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Equivalentes de caixa	835.099	-	835.099	-
Aplicações financeiras	288.288	-	288.288	-
Total	1.123.387	-	1.123.387	-
Empréstimos e financiamentos	5.140.051	-	5.140.051	-
Debêntures	4.349.937	-	4.349.937	-
Concessão de serviço público	12.421.096	-	12.421.096	-
Total	21.911.084	-	21.911.084	-

• *Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras*

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seu valor de mercado idêntico aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo.

22. TRANSAÇÕES NÃO CAIXA

A Companhia teve as seguintes transações não caixa no trimestre que foram excluídas do fluxo de caixa:

	Consolidado	
	31/03/2018	31/03/2017
Aquisição de imobilizado/intangível ainda não liquidada financeiramente	5.905	48.523
Capitalização do resultado financeiro	15.951	26.433
Encargos financeiros sobre outorga capitalizados no ativo intangível	58.100	70.081

23. COMPROMISSOS E RESPONSABILIDADES

METRÔRIO

Além dos contratos de fornecimento vigentes, o METRÔRIO também possui compromisso relativo à contratação de fornecimento de energia elétrica com a Duke Energy Internacional Geração Paranapanema S.A., para o período entre 1º de janeiro de 2011 e 31 de dezembro de 2021, celebrado em 26 de janeiro de 2009. Essa obrigação foi contratada por dois motivos estratégicos:

(i) Contratação de montante de energia complementar, suficiente para atender ao início da operação da Linha 1A, da entrada em operação dos 19 novos trens e das estações General Osório, Cidade Nova e Uruguai, para o período entre 2011 e 2015; e

(ii) Contratação do montante de energia elétrica para atender ao consumo total das Linhas 1 e 2 do sistema metroviário até 31 de dezembro de 2021, após o vencimento do contrato vigente no período de 1º de janeiro de 2008 a 31 de dezembro de 2015.

E contrato de operação e manutenção da Linha 4 do metrô do Rio de Janeiro, extensão de Ipanema a Barra da Tijuca, assinado entre METRÔRIO, METROBARRA, CRB e o poder concedente (interveniente), onde, o METRÔRIO, fica incumbido de executar a operação e manutenção da Linha 4 após o término das obras civis, o término das instalações dos sistemas de sinalização e da aquisição dos trens.

CART

O prazo da concessão da Companhia e as obrigações decorrentes do Contrato de Concessão celebrado com a Agência de Transportes do Estado de São Paulo (ARTESP) têm seu término previsto para o ano de 2039.

Com a assinatura do Termo de Contrato de Concessão Rodoviário nº 002/ARTESP/2009, relacionado ao Edital de Concorrência Pública Internacional nº 004/2008, a Companhia assumiu os seguintes compromissos:

a) Investimentos: (i) duplicação de rodovia e implantação de retornos em nível e desnível; (ii) construção de postos de pesagem (fixos e móveis) e postos de serviços de atendimento aos usuários; (iii) construção de nove praças de pedágio e demolição de duas praças de pedágios preexistentes; e (iv) implantação e melhoria de acessos, trevos, alças, passarelas para travessia de pedestre, dispositivos de entroncamentos e readequação de intersecções.

b) Outorga fixa e variável: pagamento pelo direito de exploração do sistema rodoviário, dos seguintes montantes:

I. Outorga fixa - Valor fixo de R\$634.000, conforme Nota explicativa nº 11, a favor do Departamento de Estradas de Rodagem - DER/SP que foi liquidada integralmente em 16 de setembro de 2010.

II. Outorga variável - Percentual de 3% aplicado sobre a receita bruta de pedágio e das receitas acessórias efetivamente obtidas pela Companhia, a ser pago mensalmente.

Conforme deliberação do Conselho Diretor da ARTESP, o percentual de outorga variável sobre a receita bruta foi reduzido para 1,5%, a partir do mês de novembro de 2013, por prazo indeterminado.

c) Garantias: (i) garantia de cumprimento das funções de ampliação correspondente a 1,5% do valor da contratação, limitado a 10% do valor do investimento. Esta garantia será liberada na proporção do cumprimento das funções de ampliação, limite máximo de indenização será de R\$43.175. Vigência mínima de 12 meses. (ii) garantia de cumprimento das funções operacionais, de conservação e de pagamento do valor mensal variável, no limite máximo de indenização de

R\$139.534. Vigência de 12 meses.

VIA040

A VIA040 deverá manter, em favor ANTT, como garantia do fiel cumprimento das obrigações contratuais, a Garantia de Execução do Contrato nos montantes indicados na tabela abaixo:

<u>Meta de duplicação</u>	<u>Valor</u>
Até o atendimento da meta total de duplicação prevista no item 3.2.1.1 do PER*	425.000
Do atendimento da meta total de duplicação prevista no item 3.2.1.1 do PER* até o 30º ano	225.000

*PER - Programa de Exploração Rodoviária

A redução do valor da Garantia de Execução do Contrato está condicionada ao cumprimento das metas de duplicação da rodovia descritas no PER. A Garantia de Execução do Contrato será reajustada anualmente, com o mesmo índice de reajuste da Tarifa Básica de Pedágio.

Estão previstas no contrato de concessão as obrigações abaixo descritas:

	<u>Valor</u>
Verba de fiscalização	10.410
Verba de segurança no trânsito	1.334
Recursos para desenvolvimento tecnológico	1.844

A Companhia, como compromisso contratual, assumiu os compromissos de investimentos previstos no PER.

O Programa de Exploração da Rodovia (PER) especifica as condições para execução do Contrato, caracterizando todos os serviços e obras esperados da Concessionária BR 040 ao longo do prazo da Concessão, divididos em frentes que detalham as atividades de responsabilidade da Concessionária BR 040, com fixação do prazo e das condições para o cumprimento integral do PER.

O PER conta com 4 frentes de concessão, cujo escopo encontra-se assim definido:

Frente 1	Frente 2	Frente 3	Frente 4
- Implantação e recuperação das edificações e instalações operacionais;	- Ampliação de capacidade e manutenção de nível de serviço;	- Sistemas elétricos e de iluminação;	- Serviços operacionais: implantação e operacionalização das seguintes infraestruturas e serviços;
- Recuperação e manutenção;	- Obras de ampliação de capacidade e melhorias;	- Pavimento;	- Centro de controle operacional;
- Sinalização e elementos de proteção e segurança;	- Obras em trechos urbanos;	- Elementos de proteção e segurança;	- Equipamentos e veículos da administração;
- Terraplenos e estruturas de contenção;	- Obras de manutenção de nível de serviço; e	- Obras de arte especiais;	- Sistemas de controle de tráfego;
- Obras de arte especiais;	- Obras emergenciais.	- Sistema de drenagem e obras de arte correntes;	- Sistemas de atendimento ao usuário;
- Canteiro central e faixa de domínio;		- Terraplenos e estruturas de contenção;	- Sistemas de pedágio e controle de arrecadação;

<ul style="list-style-type: none"> - Pavimento; e - Sistemas elétricos e de iluminação. 		<ul style="list-style-type: none"> - Canteiro central e faixa de domínio; - Edificações e instalações operacionais; e - Conservação. 	<ul style="list-style-type: none"> - Sistema de comunicação; - Sistema de pesagem; - Sistema de guarda e vigilância patrimonial; e - Reforma dos postos da polícia rodoviária federal.
---	--	---	--

O PER prevê um prazo até 5 (cinco) anos, a contar da data de obtenção da licença de implantação, para que estes investimentos sejam finalizados.

24. PLANO DE PENSÃO E DE BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGADO A FUNCIONÁRIOS

GRU AIRPORT

Em abril de 2014, a Concessionária GRU AIRPORT tornou-se patrocinadora aderente do Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - Plano CV do Instituto Infraero de Seguridade Social - INFRAPREV - com a finalidade de viabilizar a manutenção do plano para a massa de empregados oriundos da INFRAERO, em cumprimento às disposições expressas no anexo 25 do Edital de leilão nº 2/2011 - Contrato de Concessão de Aeroportos nº 002/ANAC/2012 - SBGR Aeroporto Internacional de São Paulo Governador André Franco Montoro - Guarulhos - Capítulo XV - Das Disposições Transitórias, item “15.3”.

O patrocinador aderente se obriga a custear o Plano CV contribuindo, em caráter obrigatório, na forma fixada anualmente no plano de custeio, compartilhando obrigações e responsabilidades financeiras do plano referente à totalidade de seus empregados participantes do plano. O plano de custeio será aprovado anualmente pelo Conselho Deliberativo do INFRAPREV, devendo constar o regime financeiro e o cálculo atuarial.

O Pronunciamento Técnico CPC 33 (IAS 19) determina que em caso de apuração de um Ativo Atuarial Líquido, este somente poderá ser reconhecido se for claramente evidenciado que o mesmo poderá se reverter em benefício econômico para a patrocinadora, seja na forma de efetiva redução de suas contribuições para o plano, ou na forma de reembolso futuro.

Em 31 de março de 2018, não foi identificado passivo atuarial líquido relevante, conforme última avaliação atuarial realizada.

25. ATIVOS CLASSIFICADOS COMO OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

Em 7 novembro de 2016, a Companhia divulgou fato relevante ao mercado informando que decidiu descontinuar as operações de sua controlada PEX.

Abaixo estão demonstrados os ativos e passivos reclassificados no período:

BALANÇO PATRIMONIAL**PEX**

ATIVO	31/03/2018	31/12/2017	PASSIVO	31/03/2018	31/12/2017
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	2.293	2.383	Fornecedores	31	31
Contas a receber	472	472	Impostos a recolher	-	-
Impostos a recuperar	102	105	Obrigações com empregados e administradores	1	1
Adiantamentos	1	1	Adiantamentos de clientes	2.124	2.130
Outros	65	54	Outros	7	11
Total do ativo circulante	<u>2.933</u>	<u>3.015</u>	Total do passivo circulante	<u>2.163</u>	<u>2.173</u>
NÃO CIRCULANTE			NÃO CIRCULANTE		
Parte Relacionada	42	42	Partes relacionadas	26	26
Total do ativo não circulante	<u>42</u>	<u>42</u>	Provisão para obrigações legais	85	62
			Total do passivo não circulante	<u>111</u>	<u>88</u>
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			Capital social	13.140	13.140
			Resultado acumulado	(12.344)	(11.329)
			Resultado do período	(95)	(1.015)
			Total do patrimônio líquido	<u>701</u>	<u>796</u>
TOTAL	<u><u>2.975</u></u>	<u><u>3.057</u></u>	TOTAL	<u><u>2.975</u></u>	<u><u>3.057</u></u>

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**PEX**

	31/03/2018	31/03/2017
Receita líquida de serviços		-
Receita de construção		-
	<u>-</u>	<u>-</u>
Custo de serviços prestados	(4)	(324)
Custo de construção	-	-
Lucro bruto	<u>(4)</u>	<u>(324)</u>
Despesas gerais e administrativas	(106)	(485)
Outras receitas operacionais	-	(3)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	<u>(110)</u>	<u>(812)</u>
Receitas financeiras	35	94
Despesas financeiras	<u>(20)</u>	<u>(44)</u>
Prejuízo líquido do período	<u><u>(95)</u></u>	<u><u>(762)</u></u>

26. EVENTOS SUBSEQUENTES**METRORIO**

Em 18 de abril de 2018, o METRORIO foi citado em uma ação para acompanhamento de uma ação proposta pelo Estado do Rio de Janeiro, referente ao Processo de Revisão Quinquenal Ordinária do período de 2007/2012 provido pela AGETRANSP, que segundo o autor, teria gerado

um crédito em favor do Estado do Rio de Janeiro no montante de R\$197.943. O autor pleiteia a procedência dos pedidos para obrigar o METRORIO a realizar investimentos e/ou melhorias no sistema metroviário no valor do crédito, ou a condenação do METRORIO à recomposição do desequilíbrio por meio de pagamento ao Estado do Rio de Janeiro. O METRORIO avaliou como possível o prognóstico de perda e o valor atualizado de R\$236.531. O processo em questão segue apensado à Ação Anulatória de Ato Administrativo proposta pelo METRORIO, que requereu a anulação da decisão proferida pela AGETRANSP, bem como a anulação de todos os seus efeitos.

INVEPAR APRESENTA NO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2018 CRESCIMENTO DE 9,7% NA RECEITA LÍQUIDA

CRESCIMENTO DE 25% DE EBITDA COMPARADO AO PRIMEIRO TRIMESTRE DO ANO ANTERIOR

Rio de Janeiro, 10 de maio de 2018: Senhores acionistas, a Administração da Invepar – Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. (“Invepar” ou “Companhia”), em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete hoje à apreciação do mercado e de seus acionistas as Informações Trimestrais – ITR relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2018, acompanhadas do relatório de revisão trimestral dos auditores independentes e do parecer do Conselho Fiscal.

As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos Auditores Independentes.

Todas as comparações realizadas neste relatório consideram dados consolidados em relação ao primeiro trimestre de 2017 e todos os valores estão em R\$ milhões, exceto quando indicado de outra forma.

A INVEPAR

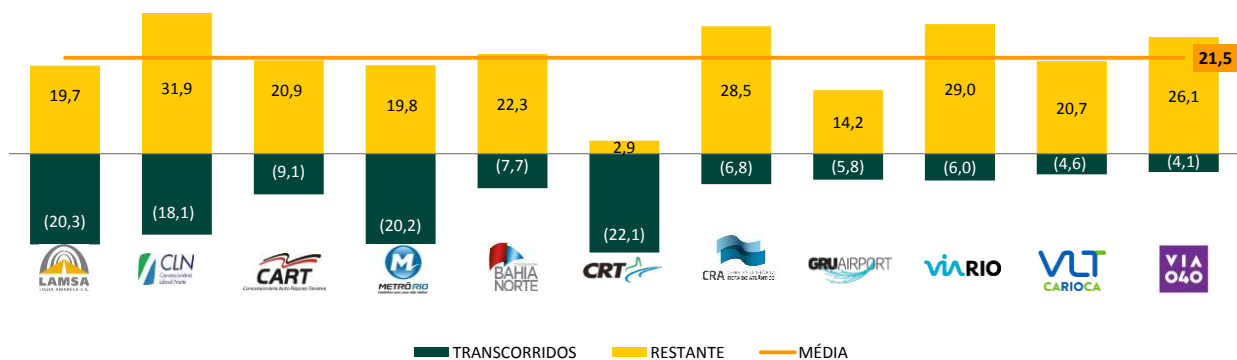
A Invepar atua no setor de infraestrutura de transportes no Brasil, com foco nos segmentos de rodovias, mobilidade urbana e aeroportos. É atualmente um dos maiores grupos de infraestrutura de transportes do Brasil e seu portfólio é composto por onze concessões distribuídas em seus três segmentos de atuação.

Suas concessões rodoviárias são: Linha Amarela S.A. (“LAMSA”), Concessionária Litoral Norte S.A (“CLN”), Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. (“CART”), Concessionária Bahia Norte S.A (“CBN”), Concessionária Rio Teresópolis S.A. (“CRT”), Concessionária Rota do Atlântico (“CRA”), Concessionária ViaRio S.A. (“ViaRio”), a Concessionária BR 040 S.A. (“Via 040”). No segmento de aeroportos, a Invepar controla a Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. (“GRU Airport”) e tem como sócios a Airports Company South Africa (“ACSA”) e a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – Infraero. No segmento de mobilidade urbana, a Invepar está presente por meio da Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. (“MetrôRio”), concessionário das Linhas 1 e 2 e operador da Linha 4, e a Concessionária do VLT Carioca S.A. (“VLT Carioca”), ambas na cidade do Rio de Janeiro.

Além das concessões mencionadas, a Invepar possui a MetrôBarra S.A. (“MetrôBarra”), empresa responsável pela aquisição e disponibilização dos materiais rodantes e sistemas que são utilizados na Linha 4 do metrô na cidade do Rio de Janeiro. A construção da Linha 4 é de responsabilidade da Concessionária Rio Barra, que detém os direitos de exploração da concessão e que não pertence à Invepar.

ENTENDENDO O SETOR DE INFRAESTRUTURA

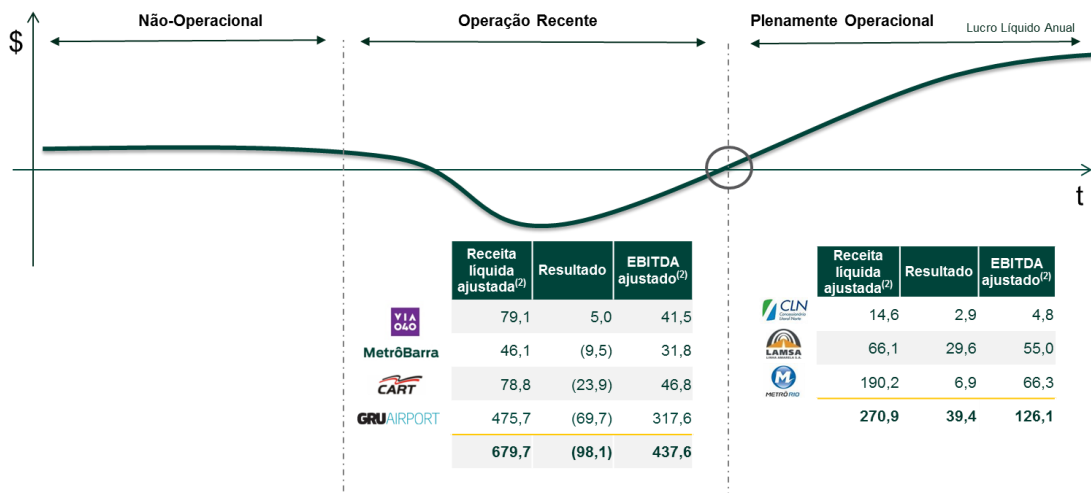
A Invepar é uma empresa de infraestrutura com extenso prazo remanescente de concessão, alcançando uma média de 21,5 anos em 31/03/2018. Este indicador mostra que, na média, as concessões da Invepar são novas e terminaram recentemente o período de fortes investimentos, iniciando uma nova fase de maturação de suas operações.



Durante o período inicial é esperado que as Concessões apresentem resultados negativos até que se atinja a maturidade dos seus investimentos. Inicialmente há geração de caixa negativa e com a maturidade das operações os resultados operacionais se comportam de forma crescente, recuperando assim o valor dos investimentos e seu respectivo retorno.

Este ciclo operacional usualmente possui pouca volatilidade e seu movimento é conhecido como curva J, onde nos anos iniciais de grandes investimentos são esperados resultados negativos que são compensados por resultados crescentes ao longo da concessão, conforme a seguir:

Ciclo de maturação Invepar em números



Nota: (1) Exemplo gráfico da curva J e as empresas do grupo Invepar em seus estágios de maturação.
 (2) Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita e ao Custo de Construção e a Provisão para Manutenção.

As empresas **Plenamente Operacionais** apresentaram maturidade e resiliência operacional, sendo demonstradas pelos resultados positivos. No primeiro trimestre de 2018, o total do lucro líquido desse grupo foi de R\$ 39,4 milhões.

As companhias de **Operação Recente**, que encerraram o período de elevado volume de investimentos, mas ainda estão em fase de desenvolvimento de suas operações, alcançaram, no 1T18, um EBITDA ajustado de R\$ 437,6 milhões. Em relação ao resultado, apresentaram um prejuízo de R\$ 98,1 milhões.

É importante destacar que o ano de 2017 foi o primeiro a registrar 100% das empresas do grupo em fase operacional e arrecadando, ou seja, um patamar de menor risco no ciclo de crescimento do grupo. Isto mostra que as empresas se apresentam em estágios iniciais de maturidade, portanto a Invepar, em 2018, mantém seu portfólio no **Estágio de Operação Recente**.

DESEMPENHO OPERACIONAL¹

RODOVIAS

Indicadores Operacionais	1T17	1T18	▲
Rodovias (Mil)			
Veículos Equivalentes Pagantes - VEPs	57.718	57.993	0,5%
LAMSA	10.831	9.999	-7,7%
CLN	2.161	2.131	-1,3%
CART	11.873	12.205	2,8%
CRT	3.651	3.578	-2,0%
CBN	7.911	7.956	0,6%
CRA	1.884	1.946	3,3%
Via 040	15.922	15.789	-0,8%
ViaRio	3.487	4.389	25,9%

O tráfego consolidado atingiu 58,0 milhões de Veículos Equivalentes Pagantes (VEPs) no primeiro trimestre de 2018, representando um aumento de 0,5% em relação ao ano anterior, influenciado, principalmente, pelo desempenho da CART, CBN, CRA e Via Rio, que contribuíram positivamente para o aumento no número de VEPs. O elevado crescimento de VEPs na ViaRio (25,7%) é explicado, principalmente, pelo início recente de suas operações (concessão ainda em período de *ramp up*) e a autorização da cobrança de pedágio nas alças de acesso da Estrada do Rio Grande.

Neste primeiro trimestre de 2018, a LAMSA ainda não mostrou recuperação em seu fluxo de veículos devido, principalmente, à sensação de insegurança no seu entorno. O aumento da criminalidade e dos confrontos nas comunidades gerou o fechamento da via em alguns momentos. A recuperação da atividade econômica da cidade do Rio de Janeiro também está aquém da recuperação verificada no país.

MOBILIDADE URBANA

Indicadores Operacionais	1T17	1T18	▲
Mobilidade Urbana (Mil)			
Passageiros Transportados	62.743	64.597	3,0%
Passageiros Pagantes	56.164	57.630	2,6%
Relação Pagantes / Transportados	0,895	0,892	-0,3%

O segmento de Mobilidade Urbana atingiu 64,6 milhões de passageiros transportados nos três primeiros meses de 2018, um crescimento de 3,0% em relação ao ano anterior. Esse aumento foi ocasionado pelo início das operações do VLT Carioca, em julho de 2016, ainda em fase de *ramp up*, e o início da operação da Concessão da Linha 4 pelo MetrôRio, em setembro de 2016, também em fase de *ramp up*.

¹ As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte do Auditor Independente.

AEROPORTOS

Indicadores Operacionais	1T17	1T18	▲
Aeropertos			
Passageiros Total (Mil)	9.275	10.214	10,1%
Internacional	3.455	3.729	7,9%
Doméstico	5.821	6.485	11,4%
Movimento total de Aeronaves	65.240	70.512	8,1%
Internacional	18.048	19.527	8,2%
Doméstico	47.192	50.985	8,0%
Carga Total (Toneladas)	61.680	73.512	19,2%

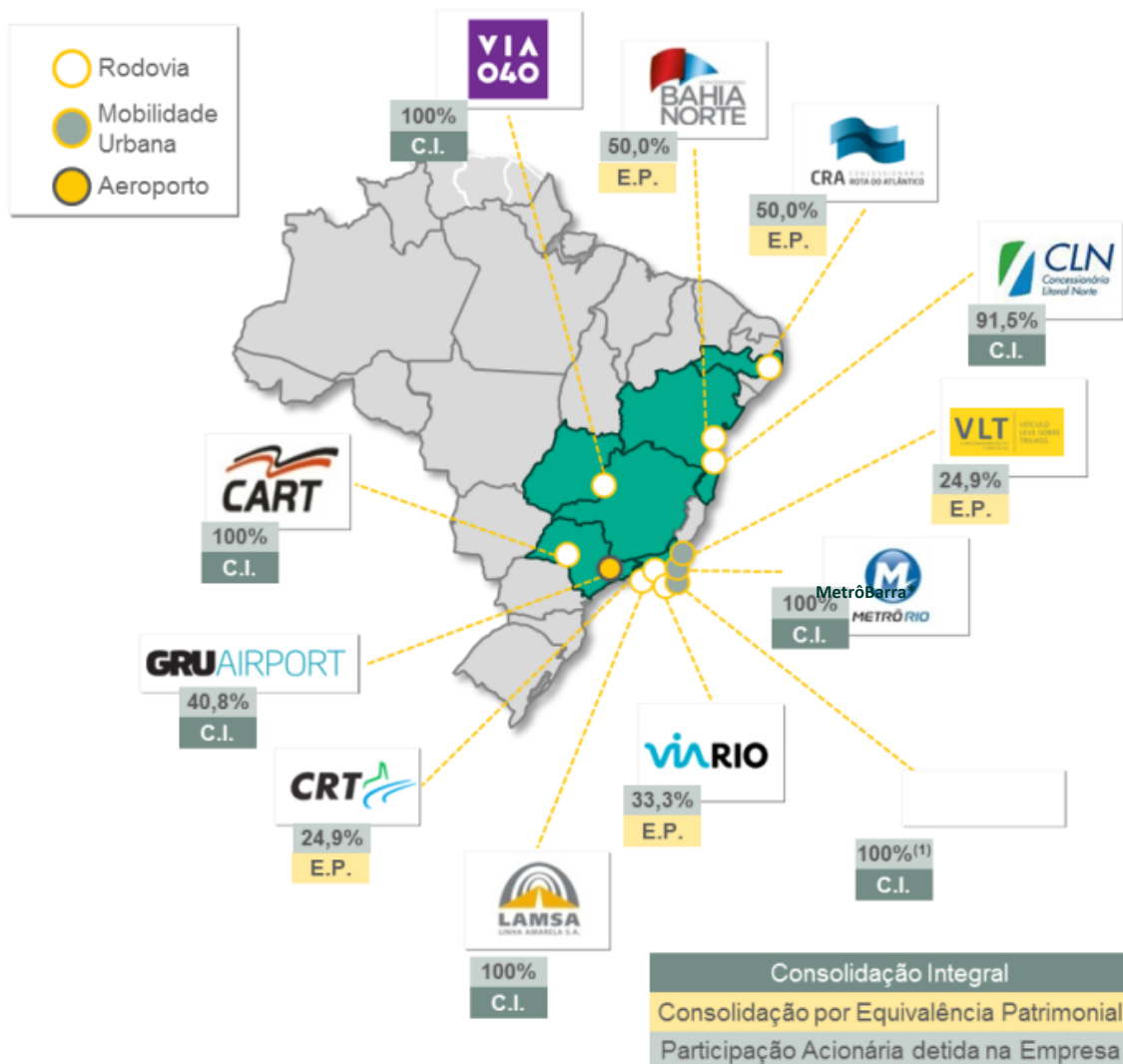
No 1T18 GRU Airport atingiu o número de 10,2 milhões de passageiros, crescimento de 10,1% frente ao mesmo período de 2017, melhor registro histórico do aeroporto para o período. Houve também um aumento da movimentação de aeronaves de 8,1% em relação ao 1T17. Este crescimento é resultado da estratégia definida em três vertentes: (i) consolidação dos *hubs* internacionais das principais empresas domésticas; (ii) fomento das operações em horários alternativos, como madrugada e meio do dia; (iii) foco no crescimento do número de rotas domésticas e internacionais.

Já o volume de cargas apresentou crescimento de 19,2% no 1T18 em comparação ao 1T17, justificado principalmente por uma nova frequência de cargueiro de companhia aérea da Europa iniciada no 2º semestre de 2017, e mais uma frequência semanal iniciada em 2018 de uma companhia do Oriente Médio, com origem da rota na Europa. Este voo tem como característica carga de maior peso agregado, sendo importante para que se estabeleça este tipo de serviço em GRU Airport, garantindo o crescimento de cargas dos setores Automotivo, Fármaco e Maquinário, que tiveram incremento relevante em relação ao mesmo período do ano anterior. Adicionalmente, a movimentação de cargas para exportação cresceu influenciada também pelo aumento de 8,1% da oferta de voos partindo do GRU Airport.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO (CONSOLIDADO)

As Informações Trimestrais - ITR da Invepar relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2018 estão de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”) e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), aplicáveis às operações da Companhia.

A Invepar consolida integralmente as empresas sobre as quais exerce controle: CART, CLN, GRUPar, GRU Airport, LAMSA, MetrôBarra, MetrôRio, e Via 040. As demais empresas são controladas em conjunto, com um ou mais acionistas e são consolidadas pelo método da equivalência patrimonial: CRT, CBN, CRA, VLT Carioca e ViaRio. A seguir a ilustração que demonstra as participações que a Invepar detém nos ativos e o tratamento para efeitos de consolidação dos resultados, distinguindo entre a consolidação integral e a consolidação por equivalência patrimonial:



^{*} Através da MetrôBarra, a Invepar tem a opção de comprar 100% das ações da Concessionária Rio Barra SA, que detém os direitos de construir, operar e manter a Linha 4 do metrô do Rio de Janeiro. O processo de aquisição depende de condições precedentes. Atualmente, a MetrôBarra (100% subsidiária da Invepar) faz a locação material rodante e sistemas para a Linha 4.

RECEITA OPERACIONAL

R\$ MM	1T17	1T18	▲
Receita Líquida Ajustada ⁽¹⁾	866,3	950,5	9,7%
Receita de Rodovias	217,6	238,6	9,6%
Receita de Mobilidade Urbana	238,5	236,3	-0,9%
Receita de Aeroportos	410,3	475,7	15,9%

(1) Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita de Construção.

A Receita Líquida Ajustada atingiu R\$ 950,5 milhões no primeiro trimestre de 2018, um crescimento de 9,7% comparado ao mesmo período do ano anterior. Os principais impactos foram:

Rodovias: crescimento de R\$ 20,9 milhões (+9,6%) em relação ao 1T17, principalmente devido aos reajustes tarifários concedidos ao longo do ano de 2017. Além do reajuste tarifário, a CART também obteve uma reclassificação tarifária em duas praças de pedágio em função da duplicação de pistas.

Mobilidade Urbana: atingiu R\$ 236,3 milhões no 1T18 (-0,9%), um mix entre os impactos positivos provenientes do aumento da demanda na Linha 4 e o reajuste tarifário ocorrido em abril de 2017, saindo de R\$ 4,10 para R\$ 4,30 (+4,9%) e a queda na demanda do MetrôRio nas linhas 1 e 2.

Aeroportos: crescimento de R\$ 65,4 milhões (+15,9%) em relação ao ano anterior, impactado principalmente por:

- Reajuste tarifário das taxas de embarque para voos domésticos e internacionais;
- Aumento de 13,0% na receita com passagens em função do crescimento do número de passageiros;
- Crescimento de 37,6% na receita de cargas devido ao somatório de alguns fatores: (i) aumento de 19,2% na movimentação de cargas; (ii) alteração do método de cobrança; (iii) início da cobrança de armazenagem aos sábados; e (iv) início de duas operações cargueiras relevantes pela Turkish Airlines e Qatar Airways;
- Aumento de 21,1% na receita de aeronaves devido a um aumento de 8,1% na movimentação de aeronaves, em função da mudança de perfil para aeronaves maiores, com maior peso médio e a alteração na legislação para cobrança de permanência.

Destques

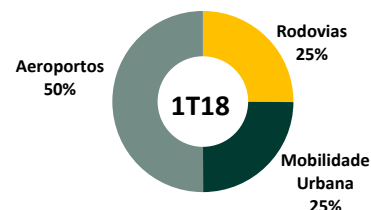
LAMSA

- Reajuste tarifário de R\$ 7,00 para R\$ 7,20 a partir do dia 10 de janeiro de 2018.

ViaRio

- Homologação da tarifa de pedágio reajustada para 2018 de R\$ 7,00 para R\$ 7,25 e início da cobrança em janeiro de 2018; e
- Autorização pela Prefeitura do Rio de Janeiro da cobrança de pedágio nas alças da Estrada do Rio Grande a partir de 15 de fevereiro.

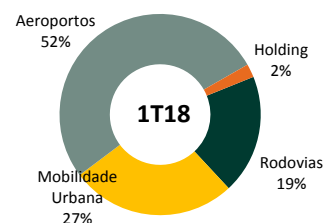
Composição da Receita Líquida Ajustada



CUSTOS E DESPESAS

R\$ MM	1T17	1T18	▲
Custos & Despesas Operacionais	(779,9)	(736,5)	-5,6%
Pessoal	(158,1)	(150,5)	-4,8%
Conservação & Manutenção Operacionais	(59,2)	(64,9)	9,6%
Outorga Variável	(47,1)	(55,6)	18,1%
Despesas Administrativas	(61,0)	(43,6)	-28,6%
Custo de Construção (IFRS)	(70,4)	(30,9)	-56,2%
Provisão para Manutenção (IFRS)	(5,8)	(6,5)	11,3%
Depreciação & Amortização	(279,5)	(298,4)	6,8%
Custos & Despesas Operacionais Ajustados⁽¹⁾	(703,7)	(699,2)	-0,6%

Composição dos Custos e Despesas Ajustados¹

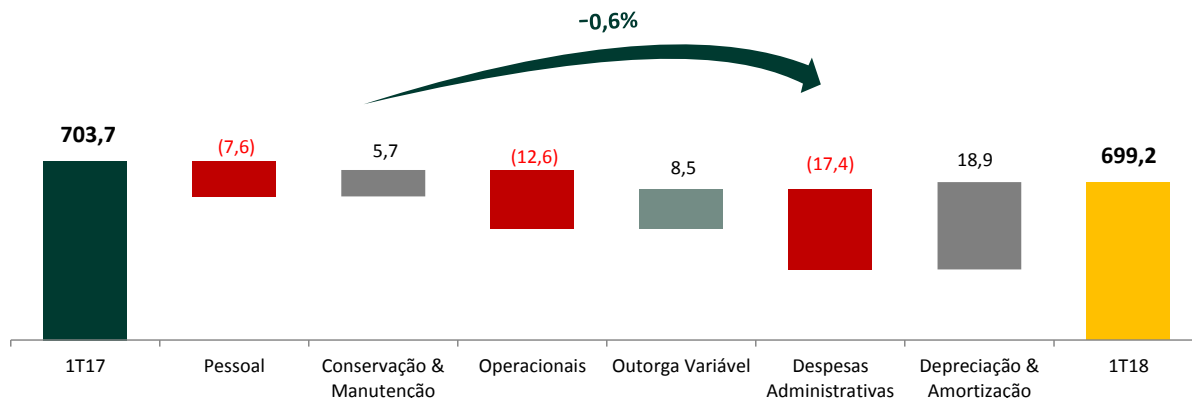


(1) Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita e ao Custo de Construção, à Provisão para Manutenção.

No primeiro trimestre de 2018, os Custos e Despesas Ajustados apresentaram uma queda de 0,6% em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo R\$ 699,2 milhões. A redução de R\$ 4,5 milhões é explicada, principalmente, pela queda de 12,7% nos custos operacionais, diminuição de R\$ 17,4 milhões nas despesas administrativas e de uma redução de 4,8% nos gastos com pessoal.

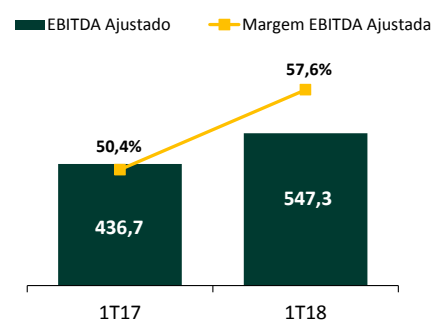
Em depreciação e amortização o aumento ocorreu devido à ativação de novos itens e maior número de bens em atividade operacional.

Variação dos Custos e Despesas em 1T18



EBITDA E MARGEM EBITDA

R\$ MM	1T17	1T18	▲
Equivalência Patrimonial	(5,5)	(2,4)	-56,8%
EBIT	151,9	242,7	59,8%
(+) Depreciação & Amortização	279,5	298,4	6,8%
EBITDA¹	431,4	541,1	25,4%
Ajustes	5,3	6,2	16,8%
(-) Receita de Construção (IFRS)	(70,9)	(31,2)	-56,1%
(+) Custo de Construção (IFRS)	70,4	30,9	-56,2%
(+) Provisão de Manutenção (IFRS)	5,8	6,5	11,3%
EBITDA Ajustado²	436,7	547,3	25,3%
Receita Líquida Ajustada²	866,3	950,5	9,7%
Margem EBITDA (%) Ajustada²	50,4%	57,6%	7,2 p.p.



(1) Instrução CVM Nº527/12.

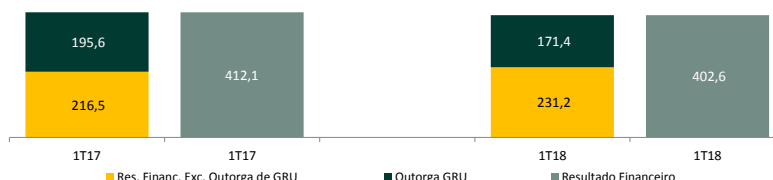
(2) Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita e ao Custo de Construção, à Provisão para Manutenção e itens não recorrentes.

O EBITDA Ajustado totalizou R\$ 547,3 milhões no primeiro trimestre de 2018, um crescimento de 25,3% quando comparado com o primeiro trimestre de 2017. A margem EBITDA Ajustada atingiu 57,6%, aumento de 7,2 pontos percentuais se comparado ao mesmo período do ano anterior.

O crescimento do EBITDA foi impulsionado, principalmente, pelos reajustes tarifários com impacto direto sobre as receitas, assim como pelo controle dos Custos e Despesas, que apresentaram variação negativa.

RESULTADO FINANCEIRO

A despesa financeira líquida totalizou R\$ 402,6 milhões no primeiro trimestre de 2018, representando um aumento de R\$ 9,5 milhões em relação primeiro trimestre de 2017.



Apesar da redução de R\$ 24,2 milhões do valor da atualização financeira da outorga fixa de GRU Airport, o valor de R\$ 136,2 milhões no 1T18 ainda representa grande parte das despesas financeiras, atingindo 42,6% do resultado financeiro total no período.

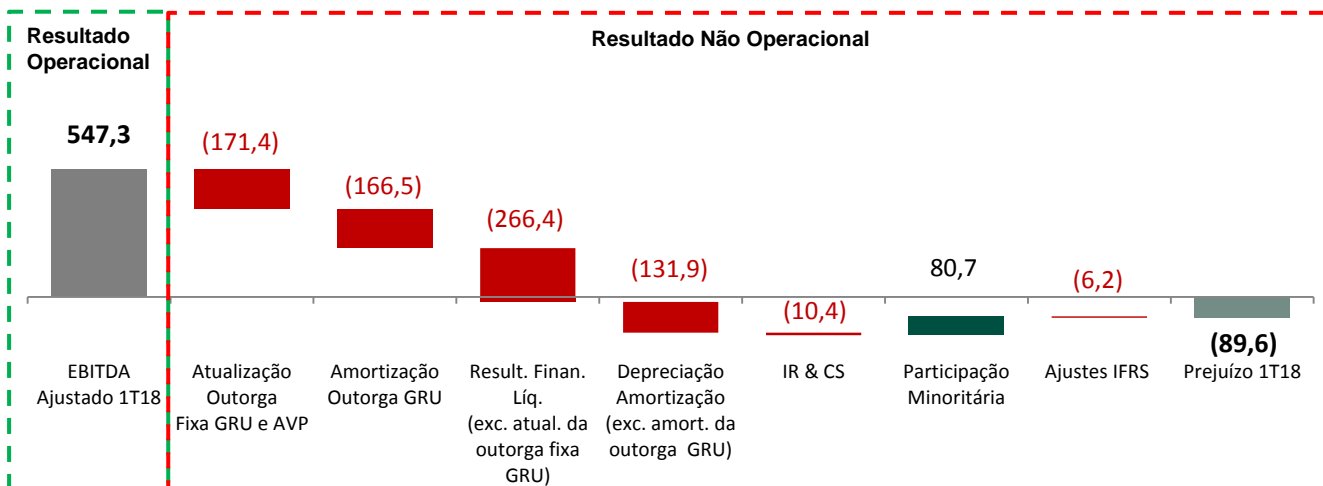
A redução no resultado líquido entre os períodos analisados ocorreu em função da queda dos índices que incidem nos juros e correção monetária de empréstimos contraídos para fazer face ao plano de investimentos.

RESULTADO DO EXERCÍCIO

O resultado do primeiro trimestre de 2018 foi 35,3% melhor em relação ao resultado do mesmo período do ano anterior. Os R\$ 89,6 milhões negativos permanecem impactados principalmente pelos resultados não operacionais, com destaque para a atualização da outorga fixa e AVP de GRU Airport, amortização da outorga de GRU Airport e Resultado Financeiro Líquido do período.

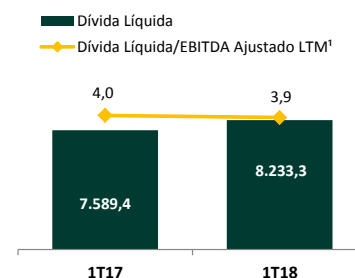


Conforme pode ser verificado no gráfico abaixo, o resultado operacional foi impactado por efeitos não operacionais, sendo alguns deles não caixa.



DISPONIBILIDADES E ENDIVIDAMENTO

Consolidado R\$ MM	1T17	1T18	▲
Dívida Bruta	8.525,2	9.525,2	11,7%
Curto Prazo	1.715,0	2.203,0	28,5%
Longo Prazo	6.810,2	7.322,2	7,5%
Disponibilidades	935,8	1.291,9	38,1%
Caixa e equivalentes de caixa	175,6	833,5	374,7%
Aplicações Financeiras	760,2	458,4	-39,7%
Dívida Líquida	7.589,4	8.233,3	8,5%



¹ Últimos doze meses terminados em março de 2018

O grupo Invepar encerrou o período findo em 31 de março de 2018 com saldo de caixa e aplicações financeiras no total de R\$ 1,3 bilhão. A variação no saldo ocorreu devido a entrada de recursos com a venda pela LAMBRA das debêntures da 3ª emissão e também a 4ª Emissão de Debêntures da Invepar.

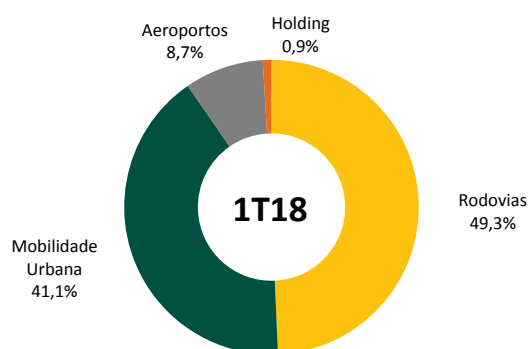
A dívida bruta consolidada da Companhia atingiu R\$ 9,5 bilhões no 1T18, representando um aumento de R\$ 1,0 bilhão (+11,7%) em relação ao mesmo período do ano anterior, ocasionado, principalmente, pela conclusão da 4ª emissão de debêntures da Companhia. O montante da dívida com vencimento no longo prazo representou 77%.

Importante destacar que os valores de outorga são contabilizados no passivo em rubrica específica, sem serem considerados como saldo de dívida.

PRINCIPAIS INVESTIMENTOS

No primeiro trimestre de 2018 os investimentos totalizaram R\$ 44,7 milhões, dos quais R\$ 22,0 milhões em Rodovias, R\$ 18,4 milhões em Mobilidade Urbana, R\$ 3,9 milhões em Aeroportos e R\$ 0,4 milhões na Holding.

R\$ MM	1T18
Rodovias	22,0
LAMSA	4,1
CLN	0,0
CART	11,9
Via 040	6,0
Mobilidade Urbana	18,4
MetrôRio	18,2
Metro Barra	0,2
Aeroportos	3,9
GRU Airport	3,9
Holding	0,4
Total Investido ⁽¹⁾	44,7
Capitalização do Resultado Financeiro	74,1
Outros Efeitos Não Caixa ⁽²⁾	5,9
Margem de Construção	0,3



(1) Investimento apresentado sob a ótica de caixa, excluindo os valores da outorga fixa de GRU Airport, assim como outros efeitos não caixa para aproximar ao máximo do investimento financeiro.

Os investimentos no período foram realizados de forma a garantir a sustentação e manutenção dos ativos.